



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Reitoria



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UTFPR

PDI 2018– 2022

Proposta elaborada pelas comissões designadas
pelas portarias nº 477 (de 16/03/2017), nº 766 (de 18/04/2017) e
nº 971 (de 19/05/2017)

Curitiba, outubro de 2017

GESTÃO DA UTFPR 2016-2020

Luiz Alberto Pilatti

Reitor

Vanessa Ishikawa Rasoto

Vice-Reitora

Luis Mauricio Martins de Resende

Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional

Valdir Fernandes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Douglas Paulo Bertrand Renaux

Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias

Sandroney Fochessatto

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Hilda Alberton de Carvalho

Diretora de Gestão da Avaliação Institucional

Mariangela de Oliveira Gomes Setti

Diretora de Gestão da Comunicação

Silvana Weinhardt De Oliveira Madalosso Vieira

Diretora de Gestão de Pessoas

Rosane Beatriz Zanetti Putz

Diretora de Gestão de Tecnologia da Informação

Isaura Alberton de Lima

Chefe de Gabinete

Leslie de Oliveira Bocchino

Procuradora

Paulo André de Camargo Beltrão

Assessor de Desenvolvimento Acadêmico

Mauricio Alves Mendes

Assessor de Relações Internacionais

Carlos Eduardo Cantarelli

Assessor de Educação Aberta

Carlos Henrique Mariano

Assessor de Assuntos Estudantis

Vilson Ongaratto

Assessor de Desenvolvimento Institucional

Sadi Daronch

Chefe de Auditoria Interna

Marcelo Ferreira da Silva

Diretor-Geral do Câmpus Apucarana

Heron Oliveira dos Santos Lima

Diretor-Geral do Câmpus Campo Mourão

Márcio Jacometti

Diretor-Geral do Câmpus Cornélio Procopio

Cezar Augusto Romano

Diretora-Geral do Câmpus Curitiba

Everton Ricardi Lozano da Silva

Diretor-Geral do Câmpus Dois Vizinhos

Alexandre da Trindade Alfaro

Diretor-Geral do Câmpus Francisco Beltrão

Ana Lúcia Ferreira

Diretora-Geral do Câmpus Guarapuava

Sidney Alves Lourenço

Diretor-Geral do Câmpus Londrina

Flávio Feix Pauli

Diretor-Geral do Câmpus Medianeira

Idemir Citadin

Diretor-Geral do Câmpus Pato Branco

Antonio Augusto de Paula Xavier

Diretor-Geral do Câmpus Ponta Grossa

Carlos Alberto Mucelin

Diretor-Geral do Câmpus Santa Helena

Viviane da Silva Lobo

Diretora-Geral do Câmpus Toledo

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL DA UTFPR**

PDI

2018 – 2022

Proposta elaborada pela
comissões designadas pela
Reitoria da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR),

Portarias nº 477 de 16 de março
de 2017, nº 766 de 18 de abril
de 2017, nº 971 de 19 de maio
de 2017.

EQUIPE TÉCNICA

Membros da Comissão central responsável pela elaboração da proposta do PDI 2018-2022 da UTFPR, instituída pela Portaria nº 477 de 16 de março de 2017, nº 766 de 18 de abril de 2017, da Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Vanessa Ishikawa Rasoto - Presidente

João Paulo Aires - Vice-Presidente

Andrea Regina Prestes Rocha

Luis Mauricio Martins de Resende

Gilberto Souto

Douglas Paulo Bertrand Renaux

Carlos Raimundo Erig Lima

Sandroney Fochesatto

Leila Milani

Valdir Fernandes

Nestor Cortez Saavedra

Hilda Alberton de Carvalho

Adriana Maria Wan Stadnik

Rosane Beatriz Zanetti Putz

Eduardo Renan Manika

Mariângela de Oliveira Gomes Setti

Paulo Juarez Rueda Strogenski

Silvana Weinhardt de Oliveira Madalosso Vieira

Thasiana Maria Kukolj da Luz

Maurício Alves Mendes

Carlos Cziulik

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
ANPROTEC	Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
AP	Câmpus Apucarana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana Industrial
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGU	Controladoria-Geral da União
CIS	Comissão Interna de Supervisão ,
CM	Câmpus Campo Mourão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGEP	Conselho de Graduação e Educação Profissional
COGERHS	Coordenação de Gestão de Recursos Humanos
COMUT	Comutação Bibliográfica
COPPG	Conselho de Pesquisa e Pós Graduação
COUNI	Conselho Universitário ,
CP	Câmpus Cornélio Procopio
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGEI	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente ,
CT	Câmpus Curitiba
DCIs	Diretrizes Curriculares Internas
DE	Dedicação Exclusiva
DEINFRA	Departamento de Infraestrutura
DEPEDUC	Departamento de Educação
DEPED	Departamento de Educação nos Câmpus
DESUP	Diretoria de Educação Superior
DESI	Departamento de Sistemas de Informação
DIAS	Divisão de Assistência Estudantil
DIRAV	Diretoria de Gestão da Avaliação Institucional
DIRCOM	Diretoria de Gestão da Comunicação
DIRGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIRGTI	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DV	Câmpus Dois Vizinhos
EAD	Ensino a Distância
E-MEC	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
E-Tec	Escola Técnica Aberta do Brasil
FB	Câmpus Francisco Beltrão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
FUNTEF-PR	Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR
GECEL	Grêmio Estudantil César Lattes ,
GP	Câmpus Guarapuava
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LD	Câmpus Londrina
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Câmpus Medianeira

MEC	Ministério da Educação
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica ,
NPPD	Núcleo Permanente de Pessoal Docente ,
NAPNE	Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas
NUAPE	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
NUASA	Núcleo de Apoio à Saúde
NUENS	Núcleo de Ensino
PAINT	Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Programa de Formação Pedagógica
PB	Câmpus Pato Branco
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGI	Plano de Gestão Institucional
PGC	Plano de Gestão do Câmpus
PET	Programa de Educação Tutorial
PG	Câmpus Ponta Grossa
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PIBIC-JR	Programa de Bolsas de Iniciação Científica para Alunos do Ensino Técnico e Médio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNEs	Portadores de Necessidades Especiais
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Agronomia
PPGEB	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica
PPGCTA	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental
PPGEC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
PPGCA	Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada
PPGECT	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia
PPGFCET	Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica
PPGPGP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública
PPGEE	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PPGEM	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais
PPGEN	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
PPGI	Programa de Pós-Graduação em Informática
PPGRD	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
PPGTP	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos
PPGTA	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos
PPGTAL	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos
PPGTAMB	Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PPGZO	Programa de Pós-Graduação em Zootecnia
PROEM	Programa de Empreendedorismo e Inovação
PROFOP	Programa Especial de Formação Pedagógica
PROFMAT	Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROREC	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
QACG	Quantidade Atual de Cursos de Graduação
QACTI	Quantidade Atual de Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado Presencial

QACTEAD	Quantidade Atual de Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente a Distância
QCG	Quantidade de Cursos de Graduação
QTC	Quantidade Total de Cursos
RAD	Registro de Atividades Docentes
RAINT	Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REPARTE	Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIUT	Repositório Institucional
RJU	Regime Jurídico Único
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RU	Restaurante Universitário
SEED-PR	Secretaria de Estado de Educação do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIBRATEC	Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIEX	Sistema Nacional de Informações de Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Orçamento e Gestão
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TAs	Técnicos-Administrativos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TD	Câmpus Toledo
TI	Tecnologia da Informação
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos 13 câmpus da UTFPR no Estado do Paraná.....	20
Figura 2 – Organograma da UTFPR no nível da administração superior.	94
Figura 3 – Organograma da estrutura diretiva dos câmpus da UTFPR.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo dos eixos avaliativos e dimensões - PDI.....	22
Quadro 2 - Metas do Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	23
Quadro 3 - Metas do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	25
Quadro 4 - Metas do Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....	27
Quadro 5 - Metas do Eixo 4 - Políticas de Gestão	29
Quadro 6 - Metas do Eixo 5 - Infraestrutura Física	30
Quadro 7 - Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados em 2017-1	53
Quadro 8 - Informações dos cursos de graduação ofertados em 2017.	54
Quadro 9 - Programação da oferta de novos cursos de graduação	57
Quadro 10 - Relação dos Programas de Pós-Graduação por Câmpus da UTFPR.	59
Quadro 11 - Relação dos polos de Programas Pós-Graduação em Rede Nacional da UTFPR	61
Quadro 12 - Estimativa de abertura de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu.....	61
Quadro 13 - Grupos PET da UTFPR.....	86
Quadro 14 - Descritivo da atuação da UTFPR em ações de mobilidade internacional	104
Quadro 15 - Pesos para definição da matriz de descentralização orçamentária.	128
Quadro 16 - Cronograma das Audiências Públicas nos câmpus.	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de docentes efetivos, substitutos e temporários distribuídos por titulação.	75
Tabela 2 – Quadro de docentes efetivos, substitutos e temporários distribuídos por regime de trabalho.	76
Tabela 3 – Servidores técnico-administrativos distribuídos por titulação.	77
Tabela 4 – Quantitativo dos estudantes participantes do Programa de Monitoria 2017.	83
Tabela 5 – Número de bolsas de iniciação científica (PIBIC).	83
Tabela 6 – Número de bolsas PIBIC por câmpus da UTFPR em setembro/2017.	84
Tabela 7 – Número de bolsas de iniciação tecnológica (PIBITI)	84
Tabela 8 – Número de bolsas de iniciação tecnológica do programa PIBITI por câmpus da UTFPR.	85
Tabela 9 – Número de bolsas de Apoio a Ações Afirmativas	85
Tabela 10 – Número de Bolsas de Iniciação Científica para alunos do Ensino Técnico e Médio.	86
Tabela 11 – Demonstrativo das áreas por câmpus (em m ²).	115
Tabela 12 – Demonstrativo das áreas construídas (em m ²).	115
Tabela 13 – Áreas por tipo de utilização nas atividades acadêmicas (em m ²).	116
Tabela 14 – Número de ambientes de ensino existentes.	117
Tabela 15 – Capacidade dos ambientes (números de lugares).	117
Tabela 16 – Demonstrativo dos equipamentos de informática e audiovisuais.	118
Tabela 17 – Total do acervo bibliográfico disponível, em títulos, nos câmpus da UTFPR.	120
Tabela 18 - Total do acervo bibliográfico disponível, em exemplares, nos câmpus da UTFPR.	121
Tabela 19 – A área total das bibliotecas da UTFPR.	121
Tabela 20 – Distribuição dos links de comunicação de dados entre os câmpus da UTFPR.	124
Tabela 21 – Percentuais aplicados na descentralização orçamentária em 2017.	128
Tabela 22 – Recursos para a manutenção da Reitoria, Custeio Institucional, Fundo de Reserva e UNEPES do Câmpus DV, Área Experimental do Câmpus PB e rateio aos Câmpus.	129
Tabela 23 – Demonstrativo da previsão de receitas para os anos de 2013 a 2017	129

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	17
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES DA UTFPR	17
1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	17
1.2.1 De Escola de Aprendizes Artífices à Universidade Tecnológica	17
1.2.2 Natureza Institucional	21
1.2.3 Elaboração do PDI da UTFPR	21
1.2.4 Descrição dos Macro-Objetivos do PDI 2018-2022	23
1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	32
1.3.1 Cursos Regulares Presenciais	32
1.3.2 Ensino a Distância	32
1.3.3 Curso de Educação Continuada	32
2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	33
2.1 INSERÇÃO REGIONAL.....	33
2.2 FILOSOFIA INSTITUCIONAL	34
2.3 POLÍTICAS DE ENSINO.....	37
2.3.1 Articulação entre a Teoria e a Prática	38
2.3.2 Desenvolvimento de Competências Profissionais.....	38
2.3.3 Flexibilidade Curricular	39
2.3.4 Mobilidade Acadêmica	41
2.3.5 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	42
2.3.6 Políticas e Metas dos Cursos de Graduação.....	43
2.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	44
2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	47
2.6 POLÍTICAS DE GESTÃO	49
2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	50
3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	52
3.1 OFERTA DE CURSOS	52
3.1.1 Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	52
3.1.2 Cursos de Graduação.....	53
3.1.3 Cursos de Pós-Graduação.....	58
3.1.4 Programa Especial de Formação Pedagógica	62
3.1.5 Educação na Modalidade a Distância (EaD)	63
3.1.6 Cursos de Extensão.....	64
3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	65
3.2.1 Atividades Complementares	68
3.3 INOVAÇÕES CURRICULARES	72
4 CORPO DOCENTE	74
4.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO.....	74
4.2 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE.....	74

4.2.1	Experiência no Magistério Superior	74
4.2.2	Experiência Profissional Não Acadêmica.....	74
4.3	POLÍTICAS PARA O CORPO DOCENTE	75
4.3.1	De Qualificação.....	75
4.3.2	Do Plano de Carreira.....	75
4.3.3	Do Regime de Trabalho	76
5	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	77
5.1	Critérios de Seleção e Contratação	77
5.2	Políticas para o Corpo Técnico-Administrativo	77
5.2.1	De Qualificação.....	77
5.2.2	Do Plano de Carreira.....	78
5.2.3	Do Regime de Trabalho	78
6	CORPO DISCENTE	80
6.1	Formas de Acesso aos Cursos da UTFPR	80
6.1.1	Formas de Acesso aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	80
6.1.2	Formas de Acesso aos Cursos de Pós-Graduação	81
6.1.3	Formas de Acesso aos Cursos de Extensão	81
6.2	PROGRAMAS DE APOIO AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	82
6.2.1	Apoio Pedagógico	82
6.2.2	Programa de Bolsa de Extensão Universitária	87
6.2.3	Programa de Auxílio Estudantil	88
6.3	Estímulo à Permanência	90
6.4	Acompanhamento de Egressos	91
7	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	93
7.1	Estrutura Organizacional	93
7.1.1	Gestão Universitária	95
7.2	INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS INSTITUCIONAIS	96
7.2.1	Conselho Universitário (COUNI)	96
7.3	ÓRGÃOS DELIBERATIVOS ESPECIALIZADOS.....	96
7.3.1	Conselho de Graduação e Educação Profissional.....	96
7.3.2	Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.....	97
7.3.3	Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias.....	97
7.3.4	Conselho de Planejamento e Administração	97
7.4	FÓRUNS CONSULTIVOS	98
7.4.1	Fórum de Desenvolvimento da UTFPR.....	98
7.4.2	Fórum de Executivos dos Municípios da UTFPR.....	98
7.4.3	Fórum Empresarial e Comunitário da UTFPR.....	98
7.5	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE	99
7.6	COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO	100
7.7	ÓRGÃOS COLEGIADOS DE CURSOS	100
7.7.1	Colegiado de Curso de Graduação	100
7.7.2	Colegiado de Curso de Pós-Graduação	100
7.8	ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	101
7.9	RELAÇÕES E PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS.....	101
7.9.1	Comunidade Empresarial	101
7.9.2	Comunidade de Egressos.....	102
7.9.3	Intervenções Comunitárias.....	103

7.9.4	Relações Interinstitucionais.....	103
8	AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	107
8.1	ÓRGÃOS DE CONTROLE OFICIAL	107
8.1.1	Comissão de Ética	107
8.1.2	Ouvidoria Geral.....	107
8.1.3	Serviço de Informação ao Cidadão.....	108
8.1.4	Auditoria Interna	108
8.1.5	Ação da CGU na UTFPR.....	109
8.1.6	Ação do TCU na UTFPR	109
8.2	ASPECTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	110
8.3	METODOLOGIA.....	110
8.4	EIXOS DO PROCESSO AVALIATIVO INSTITUCIONAL.....	111
8.5	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	111
8.6	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	112
8.7	DA COMUNIDADE ACADÊMICA	112
8.8	DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	112
8.9	FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	113
8.10	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	113
9	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	115
9.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	115
9.1.1	Demonstrativo das áreas dos câmpus.....	115
9.1.2	Área Segundo a Utilização	116
9.2	INFRAESTRUTURA ACADÊMICA.....	118
9.2.1	Laboratórios de Informática	118
9.2.2	Laboratórios Didáticos Específicos	119
9.2.3	Biblioteca	119
9.3	POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA E ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXISTENTES 121	
9.3.1	Conservação e Segurança.....	122
9.3.2	Limpeza, Conservação do Espaço Físico, do Mobiliário e Equipamentos.....	122
9.3.3	Serviços de Tecnologia da Informação (TICs)	123
9.4	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	125
10	ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	127
11	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	128
11.1	ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	128
11.2	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	129
12	METODOLOGIA DE TRABALHO DA COMISSÃO	131
ANEXO 1	- Portaria de Nomeação da Comissão de Trabalho	134

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL DA UTFPR
2018-2022**

APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais é imprescindível que as instituições adotem ações estratégicas para torná-las diferenciadas. Assim, o planejamento organizacional é a principal ferramenta para que sejam alcançados os objetivos descritos na missão, visão, valores e metas, conforme a disponibilidade de tempo, pessoal, infraestrutura física e financeiro-orçamentária; o relacionamento com a comunidade interna e externa, bem como os resultados estimados pela sociedade.

Para a UTFPR, o planejamento deve ser desenvolvido de forma estratégica, otimizada, alinhado à consolidação de cada um de seus 13 câmpus, administrando um orçamento anual que ultrapassa R\$ 880 milhões, contando com a colaboração de 2.801 docentes (2.520 efetivos e 281 substitutos) e 1.169 técnico-administrativos, atendendo mais de 35.000 estudantes matriculados regularmente em cursos desde o técnico-integrado a pós-graduação em nível de doutorado, projetando uma expansão durante a vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em, pelo menos, 10% nos indicadores institucionais.

Desta forma, no encerramento da vigência do PDI 2013-2017, é apresentada a proposta para o novo PDI da UTFPR, a ser realizado de 2018 a 2022, seguindo a estrutura disponível na Instrução para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006.

Para elaboração deste PDI, foram realizadas 16 audiências públicas (com a participação de 1.817 pessoas), ocorridas em cada câmpus do interior do Estado, duas no Câmpus Curitiba - Centro, uma no Câmpus Curitiba - Sede Ecoville, uma no Câmpus Curitiba - Sede Neoville, 118 reuniões por áreas, 1.559 sugestões encaminhadas por meio do formulário eletrônico (562) e nas audiências nos câmpus (997), e mais 23 documentos protocolados por e-mail.

As sugestões encaminhadas pela comunidade foram compiladas, analisadas e validadas pela Comissão de Trabalho, composta por representantes dos 13 câmpus. As sugestões validadas foram classificadas segundo sua abrangência, sendo as propostas de cunho geral contempladas no PDI e as demais, divididas entre o Plano de Gestão Institucional (PGI) e o Plano de Gestão de Câmpus (PGC).

Concluída a etapa de elaboração da proposta, o documento do PDI é disponibilizado à comunidade universitária nesta consulta pública, para coleta de sugestões, correções, inclusões e aprimoramentos. Finalizada esta fase, o documento consolidado será encaminhado ao Conselho Universitário (COUNI) para apreciação e deliberação e, sendo aprovado, será protocolado no EMEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior do MEC.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES DA UTFPR

MISSÃO

Desenvolver a **educação tecnológica de excelência** por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma **ética, sustentável, produtiva e inovadora** com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade.

VISÃO

Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

VALORES

ÉTICA: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade.

DESENVOLVIMENTO HUMANO: formar o cidadão integrado no contexto social.

INTEGRAÇÃO SOCIAL: realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico.

INOVAÇÃO: efetuar a mudança por meio da postura empreendedora.

QUALIDADE e EXCELÊNCIA: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade.

SUSTENTABILIDADE: assegurar que todas as ações se observem **sustentáveis nas** dimensões sociais, ambientais e econômicas.

1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

1.2.1 De Escola de Aprendizes Artífices à Universidade Tecnológica

A UTFPR tem sua gênese na criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país, em 23 de setembro de 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha. No Paraná, na sua capital Curitiba, a Escola foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910, em um prédio na Praça Carlos Gomes e seu ensino destinava-se aos jovens das camadas menos favorecidas da sociedade. Na época, os 45 estudantes atendidos recebiam, durante o período matutino, os conhecimentos elementares e, no período vespertino, aprendiam

ofícios nas áreas de sapataria, alfaiataria, marcenaria e serralheria e, posteriormente, de pintura decorativa e escultura ornamental.

Em 1936, a Instituição mudou para um local maior, situado na esquina da Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen, onde sua Sede permanece até os dias atuais. Profissionalizando-se cada vez mais, em 1937, a Escola iniciou o ensino em âmbito de ginásio industrial, passando, assim, a ter uma nova denominação, a de Liceu Industrial do Paraná.

Com a organização do ensino industrial realizada em todo o país, em 1942, este passou a ser ministrado em dois ciclos: ensino industrial básico, de mestria e artesanal, e o ensino técnico e pedagógico. Com esta reforma, instituiu-se a rede federal de instituições de ensino industrial e, a partir daí, o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba, ofertando os cursos de Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.

Com o acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, no campo do ensino industrial, no início dos anos 50, cujo objetivo era a orientação, formação e treinamento de professores da área técnica do Brasil, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI) que elevou o padrão de qualidade do ensino técnico, mais especificamente da Escola Técnica de Curitiba, então sede da CBAI.

A partir da reforma do ensino industrial, em 1959, o ensino técnico no Brasil, que, até então, era dividido em ramos diferentes, foi unificado pela legislação.

Com o cotidiano orientado pela Lei nº 5.692/71, a Escola, que buscava formar para o trabalho, foi transformada na Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Considerada como unidade escolar padrão do Estado, a ETFPR destacava-se por seus cursos de qualidade, passando a ser referência para essa modalidade de ensino no país. Após receber autorização do Ministério da Educação e Cultura, a partir de 1974, a Escola passou a ministrar Cursos Superiores de Engenharia de Operação nas áreas de Construção Civil e Elétrica.

Decorridos quatro anos, em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), ofertando os cursos de graduação plena em Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrotécnica, e Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrônica/Telecomunicações, Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil transformado, a seguir, em Engenharia de Produção Civil e, posteriormente, Engenharia Industrial Mecânica.

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), instituído pelo governo federal, possibilitou a interiorização do CEFET-PR com a implantação de suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), segundo a seguinte cronologia: em 1989, na cidade de Medianeira; em 1993 nas cidades de Cornélio Procópio, Ponta Grossa e Pato Branco, sendo que esta última incorporou a Faculdade de Ciências e Humanidades existente na cidade; em 1995, na cidade de Campo Mourão; e, em 2003, na cidade de Dois Vizinhos, com a incorporação da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos.

Como a promulgação do Decreto nº. 2.208/97, que extinguiu a possibilidade de se ofertar Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, a Instituição implantou o Ensino Médio e os Cursos Superiores de Tecnologia e, a partir de então, redirecionou a sua atuação para o Ensino Superior, com expansão também na pós-graduação.

Ancorada por um plano interno de capacitação e ampliada pela contratação de novos docentes com experiência e titulação, a pós-graduação *stricto sensu* ganhou seus primeiros contornos, em 1988, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial (CPGEI). Em 1995, teve início o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE); em 2001, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGEM), ambos em Curitiba; em 2004, a pós-graduação chega ao interior do Estado com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) em Ponta Grossa; entre 2006 e 2009 são abertos três novos cursos, todos no interior do Estado. Com o CPGEI, em 1999, o CEFET-PR oferta seu primeiro curso de doutorado. No interior, os primeiros cursos de doutorado, o Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA) em Pato Branco e o PPGEP em Ponta Grossa, começam a funcionar em 2012. Dos sete programas existentes em 2009, a UTFPR, em apenas oito anos, avançou para 51 cursos de mestrado e oito de doutorado.

Em 2006, o MEC autorizou o funcionamento dos Câmpus Apucarana, Londrina e Toledo, com início das atividades no início de 2007; em janeiro de 2008, o Câmpus Francisco Beltrão; em fevereiro de 2011, o Câmpus Guarapuava e, em junho de 2013, foi autorizada a instalação do Câmpus Santa Helena, cujas atividades iniciaram-se no primeiro semestre de 2014. Assim, a UTFPR está presente em treze localidades do Estado do Paraná, com os Câmpus Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo, conforme demonstrado na figura 1.

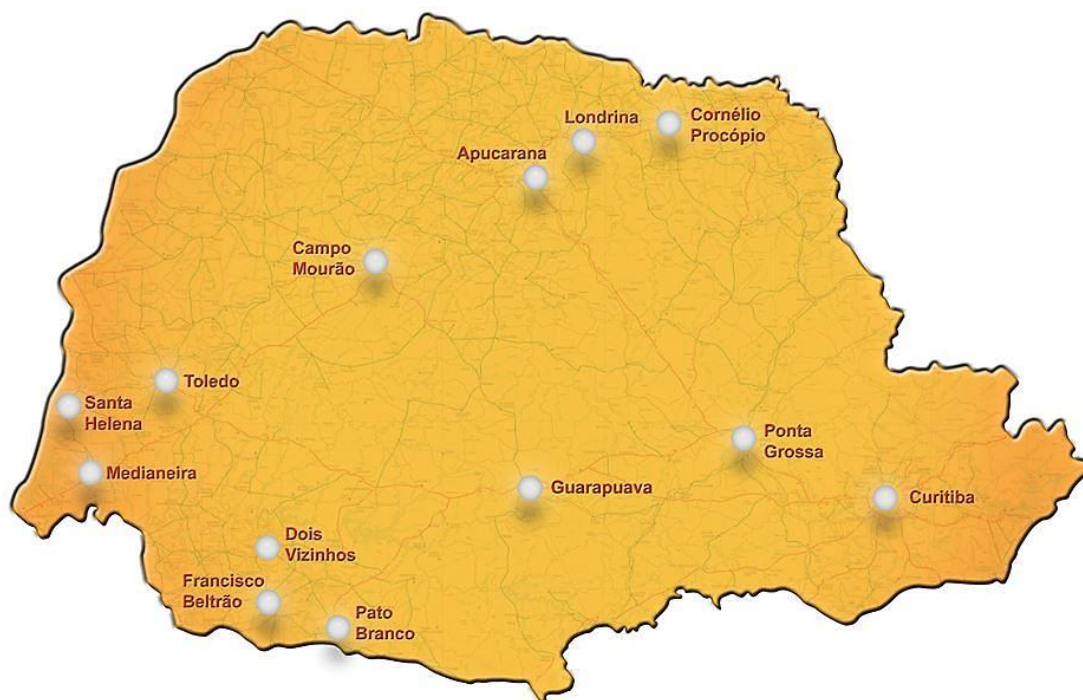


Figura 1 – Localização dos 13 câmpus da UTFPR no Estado do Paraná
Fonte: DIRCOM

Em 2008, a UTFPR aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC), instituído pelo Decreto nº 6.090, de 24/04/2007, que objetivava dotar as universidades federais das condições humanas e financeiras para ampliação do acesso e permanência na educação superior, contribuindo para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública de qualidade. Como resultado desse Programa, a UTFPR desenvolveu e está consolidando seus projetos e ações para a melhoria dos espaços físicos e equipamentos, para a qualificação e ampliação de seu contingente de recursos humanos, melhorias no processo ensino-aprendizagem e na assistência estudantil, incluindo também a expansão de vagas e cursos ofertados.

Considerando a trajetória da Instituição voltada para o ensino superior é possível identificar quatro balizas temporais:

- a primeira, em 1974, com a inserção institucional no contexto das instituições de Ensino Superior;
- a segunda, em 1989, determinada pela expansão geográfica com a implantação das suas UNEDs;
- a terceira, conformada em 1998, com o início da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia; e
- a quarta, em 2008, determinada pela adesão ao REUNI.

Estes quatros balizadores foram essenciais para a gestão diretiva pleitear junto ao MEC a mudança institucional de CEFET-PR para UTFPR. Tal demanda originou-se na comunidade interna, justificada pelos indicadores acadêmicos e pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que a credenciavam como universidade especializada, conforme o disposto no Parágrafo único do Artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Assim, a partir do endosso do então Ministro da Educação, Cristovam Buarque e, posteriormente, no mandato do Ministro Tarso Genro, em 2005, foi sancionado o Projeto de Lei nº 11.184 pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 07 de outubro de 2005, que transformou o CEFET-PR na primeira Universidade Tecnológica do país.

A UTFPR conta, atualmente, com 2.520 docentes efetivos, 1.169 técnicos-administrativos e mais de 35.000 estudantes regularmente matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio, em cursos de graduação nas modalidades de Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologias e em programas de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos em seus 13 câmpus no Estado do Paraná.

1.2.2 Natureza Institucional

A UTFPR, Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e com 13 câmpus instalados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Dois Vizinhos, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo, regida pela Lei nº 11.184/2005, possui natureza jurídica de autarquia de regime especial, é vinculada ao MEC e goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, de gestão financeira e patrimonial.

1.2.3 Elaboração do PDI da UTFPR

A elaboração do PDI da UTFPR, para o período 2018-2022, teve como referência a Missão, a Visão, os Valores e as metas institucionais, considerados elementos essenciais na organização das suas políticas, planos e ações.

A definição do planejamento institucional e a distribuição dos macro-objetivos deste PDI, tomaram por base os 5 (cinco) eixos avaliativos estabelecidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), compreendendo:

- **Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional**
- **Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional**
- **Eixo 3 - Políticas Acadêmicas**
- **Eixo 4 - Políticas de Gestão**
- **Eixo 5 - Infraestrutura Física**

Para efeito comparativo da distribuição dos macro-objetivos do PDI 2018-2022 conforme os eixos avaliativos do SINAES, registra(m)-se no Quadro 1 a(s) dimensão(ões) equivalente(s) contida(s) no PDI 2013-2017.

Quadro 1 - Comparativo dos eixos avaliativos e dimensões - PDI

Eixo avaliativo	Dimensão equivalente no PDI 2013-2017
■ Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	■ Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
■ Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	■ Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional ■ Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
■ Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	■ Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão ■ Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade ■ Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
■ Eixo 4 - Políticas de Gestão	■ Dimensão 5: Políticas de Pessoal ■ Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição ■ Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
■ Eixo 5 - Infraestrutura Física	■ Dimensão 7: Infraestrutura Física

A partir destes cinco eixos avaliativos e suas definições, foram estruturados os Macro-objetivos, Responsável, Colaborador(es), Cronograma e Fatores Condicionantes, formando, assim, o PDI 2018-2022 da UTFPR.

Para elaboração desta proposta, foram utilizados os seguintes documentos norteadores (base legal):

- Lei n.º 11.184 /2005;
- Estatuto da UTFPR;
- Regimento Geral;
- Regimento dos Câmpus;
- Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI);
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017;
- Plano de Gestão Institucional (PGI) 2013-2016;

- As propostas do Plano de Gestão 2016-2020, apresentadas na campanha para escolha do Reitor e Vice-Reitor, em 2016;
- As propostas apresentadas nas 16 audiências públicas;
- As propostas originadas nas 118 reuniões de áreas;
- As propostas encaminhadas no formulário eletrônico, em documentos protocolados e pelo e-mail da comissão central do PDI; e
- As propostas desenvolvidas em grupos de trabalhos instituídos junto às Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão, Assessorias da Reitoria, Diretorias-Gerais e Diretorias de Áreas dos treze câmpus da UTFPR.

1.2.4 Descrição dos Macro-Objetivos do PDI 2018-2022

O resultado deste trabalho, elaborado de forma coletiva, foi distribuído nos cinco eixos avaliativos do SINAES, resultando em 91 macro-objetivos. Nos Quadros 2 a 6 estão registrados, para cada macro-objetivo, a área responsável, o(s) colaborador(es), o cronograma de realização, os fatores condicionantes.

a) Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

O Eixo 1 do PDI que trata do “Planejamento e Avaliação Institucional”, está sistematizado no Quadro 2. Destaca-se que os macro-objetivos estruturados neste eixo têm por finalidade o fortalecimento de áreas estratégicas, como, por exemplo, a assessoria de legislação, de suporte jurídico e ouvidoria, aperfeiçoar a política de capacitação dos servidores, fortalecer a área de tecnologia da informação (TI) da universidade.

Quadro 2 - Metas do Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

Macro-Objetivo	Cronograma	Responsável	Colaborador(es)	Fator(es) Condicionante(s)
1.1 Aprimorar as políticas e procedimentos, visando fortalecer o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão	2019	Reitoria	Pró-Reitorias e Diretorias de Gestão	
1.2 Aprimorar os mecanismos de avaliação de servidores, levando em consideração a distribuição de carga horária docente e os indicadores de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e gestão	Permanente	Reitoria	DIRGEP, PROPPG, PROGRAD, PROREC, DIRAV	Sistema de métricas; Disponibilidade de sistemas de informação

1.3 Fortalecer as assessorias de legislação e normas	2019	Reitoria		Dotação orçamentária; Disponibilidade de servidores para remanejamento
1.4 Aperfeiçoar o suporte jurídico para gestão dos câmpus	2022	Reitoria		Disponibilidade de pessoal na Advocacia Geral da União (AGU)
1.5 Definir diretrizes básicas para padronizar processos e procedimentos na universidade, adequando os sistemas informatizados	Permanente	Reitoria	Pró-Reitorias e Diretorias de Gestão	
1.6 Aprimorar a política de capacitação e desenvolvimento de servidores	Permanente	DIRGEP	Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão, Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária; Disponibilidade de pessoal
1.7 Ampliar fontes de apoio a estudantes da UTFPR em mobilidade internacional	Permanente	DIRINTER	PROGRAD, ASSAE, PROPLAD	Dotação orçamentária; parcerias com entidades externas
1.8 Fortalecer o envolvimento do setor de TI com a gestão da universidade	Permanente	DIRGTI	Reitoria e Diretoria-Geral dos câmpus	
1.9 Aperfeiçoar o Processo de Avaliação do Docente pelo Discente	Permanente	DIRAV	PROGRAD, DIRGRAD, ASAVI, DIRGTI	Dotação orçamentária; Disponibilidade de sistemas de informação
1.10 Aprimorar o Processo de Avaliação dos Setores	Permanente	DIRAV	DIRGEP, COGERH, ASAVI	Dotação orçamentária; Disponibilidade de sistemas de informação
1.11 Aprimorar o Processo de Avaliação do Clima Organizacional	Permanente	DIRAV	DIRGEP, COGERH, ASAVI	Dotação orçamentária; Disponibilidade de sistemas de informação
1.12 Ampliar os Processos de autoavaliação	Permanente	DIRAV	PROGRAD, ASAVI, DIRGRAD, DIRGTI	Dotação orçamentária; Disponibilidade de sistemas de informação
1.13 Fortalecer e disseminar o papel da Ouvidoria	Permanente	Reitoria	Ouvidoria, Diretoria-Geral nos câmpus	Infraestrutura; Dotação orçamentária; Disponibilidade de pessoal
1.14 Revisar os documentos institucionais, garantindo mecanismos de participação da comunidade interna	2019	Reitoria	Todas as áreas	Deliberação COUNI

b) Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

O Eixo 2 do PDI que trata do “Desenvolvimento Institucional”, está sistematizado no Quadro 3. Os macro-objetivos estipulados neste eixo têm por finalidade fortalecer a identidade institucional, reforçar as ações de comunicação com a sociedade, implantar a gestão de riscos na universidade e, também, fomentar atividades culturais, artísticas e esportivas no âmbito da UTFPR.

Quadro 3 - Metas do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

Macro-Objetivo	Cronograma	Responsável	Colaborador(es)	Fator(es) Condicionante(s)
2.1 Promover a criação de CEPI (Centros de Pesquisa e Inovação) para fortalecer a interação com o setor produtivo, por meio de grupos de laboratórios afins	Permanente	PROREC		Dotação orçamentária
2.2 Promover ações de articulação e integração da universidade com a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, assim como com as áreas de atuação profissional dos cursos de graduação.	2022	PROGRAD	DIRGRAD	Dotação orçamentária; Disponibilidade de pessoal
2.3 Estabelecer políticas e estratégias para integração entre graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão	Permanente	Reitoria	PROGRAD, PROREC, PROPPG	
2.4 Fortalecer as atividades artísticas, culturais e esportivas na UTFPR	Permanente	PROREC	Todas as áreas	
2.5 Consolidar o Empreendedorismo	Permanente	PROREC	PROGRAD	Dotação orçamentária
2.6 Elaborar e implementar um Plano de Marketing da UTFPR	2019	DIRCOM	Todas as áreas	Dotação orçamentária; Política de comunicação
2.7 Apoiar os projetos-destaque desenvolvidos por servidores e discentes (e.g.: Baja, Aerodesign, entre outros)	Permanente	PROREC	PROPPG, PROGRAD, PROPLAD	Dotação orçamentária
2.8 Fomentar a expansão, consolidação e internacionalização dos programas de Pós-Graduação	Permanente	PROPPG		Dotação orçamentária; Política institucional de otimização de recursos; Política de Fomento à Pesquisa e Pós-Graduação
2.9 Institucionalizar o escritório de processos e gestão de riscos	2019	Reitoria		Deliberação COUNI
2.10 Implantar a Política de Comunicação da UTFPR	2018	DIRCOM	Todas as áreas	Deliberação COUNI
2.11 Desenvolver o plano para comunicação estratégica da universidade	2019	DIRCOM	Todas as áreas	Política de comunicação

2.12 Aperfeiçoar o fluxo e os procedimentos para realização de Concursos Públicos e Processos Seletivos	2018	DIRGEP	PROGRAD, PROPPG, DIRGTI	
2.13 Promover a capacitação de servidores para a internacionalização de atividades docentes e administrativas	Permanente	DIRGEP	Todas as áreas	Dotação orçamentária; disponibilidade de servidores; parcerias estabelecidas
2.14 Promover o intercâmbio de servidores com organizações internacionais	Permanente	DIRINTER	Todas as áreas	Dotação orçamentária; disponibilidade de servidores; parcerias estabelecidas; capacitação linguística
2.15 Vincular a Diretoria de Relações Internacionais à Reitoria	2019	Reitoria		Deliberação COUNI
2.16 Intensificar o investimento (financeiro e/ou de pessoal) em tecnologia da informação para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão	Permanente	DIRGTI	Todas as áreas	Dotação orçamentária; disponibilidade de servidores
2.17 Ampliar e/ou aprimorar as funcionalidades nos sistemas institucionais	Permanente	DIRGTI	Todas as áreas	Dotação orçamentária; Política de desenvolvimento colaborativo
2.18 Desenvolver banco de dados para a gestão das demandas empresariais e competências da UTFPR	2022	PROREC	DIRGTI	Dotação orçamentária; Política de desenvolvimento colaborativo
2.19 Fortalecer a marca e a identidade da UTFPR	2022	DIRCOM	Todas as áreas	Dotação orçamentária
2.20 Implantar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Até 2022	Reitoria		Deliberação COUNI
2.21 Implantar a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento	Até 2022	Reitoria		Deliberação COUNI
2.22 Implantar a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Até 2022	Reitoria		Deliberação COUNI

c) Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

O Eixo 3 do PDI, que trata das “Políticas Acadêmicas”, está sistematizado no Quadro 4. Dentre os macro-objetivos registrados neste eixo, destacam-se as políticas para ensino, pesquisa e extensão, a criação da política estudantil, formação continuada e inserção da universidade no cenário nacional e internacional.

Quadro 4 - Metas do Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

Macro-Objetivo	Cronograma	Responsável	Colaborador(es)	Fator(es) Condicionante(s)
3.1 Promover ações para o fortalecimento da extensão	Permanente	PROREC	Todas as áreas	Sistema de métricas
3.2 Desenvolver e implementar o Programa de acompanhamento discente da UTFPR, focando na permanência do estudante e na integralização de seu curso	2020	PROGRAD	ASSAE	
3.3 Institucionalizar a Política Estudantil da UTFPR, abrangendo as ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão	2019	ASSAE		Deliberação COUNI
3.4 Instituir indicadores qualitativos e quantitativos de Gestão Acadêmica (métricas) nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão	2018	Reitoria	PROGRAD, PROPPG, PROREC	
3.5 Estabelecer políticas institucionais específicas para os cursos de licenciatura, de formação pedagógica, de segunda licenciatura, de bacharelados e dos CSTs	2020	PROGRAD		
3.6 Desenvolver políticas de formação continuada e de acompanhamento do corpo docente da UTFPR e implementar programa de desenvolvimento profissional docente	Permanente	PROGRAD	PROPPG, PROREC	Deliberação COUNI
3.7 Estimular a formação acadêmica voltada à sustentabilidade, inovação, interdisciplinaridade, empreendedorismo e empregabilidade (auto/intra-empreendedorismo)	Permanente	PROGRAD	PROPPG, PROREC	
3.8 Flexibilizar e compatibilizar currículos, valorizando atividades práticas como componentes curriculares dos cursos de graduação, assim como estimular a mobilidade discente e a internacionalização	Permanente	PROGRAD	DIRINTER	
3.9 Aprimorar o acompanhamento de egressos	Permanente	PROREC	PROGRAD, PROPPG, DIRGTI	Dotação orçamentária; disponibilidade de sistemas; atualização cadastral
3.10 Atualizar e otimizar os processos de estágios da UTFPR	2019	PROREC	PROGRAD, DIRGEP, DIRGTI	Dotação orçamentária; disponibilidade de sistemas
3.11 Incentivar e fortalecer a pesquisa e a inovação	Permanente	PROPPG	PROREC	Políticas de fomento para Pesquisa e Pós-

				Graduação; Infraestrutura para Pesquisa e Pós- Graduação; Dotação orçamentária
3.12 Intensificar a disponibilização de informações de ensino, pesquisa, extensão e gestão da UTFPR, no cenário nacional e internacional	Permanente	DIRCOM	Todas as áreas	Disponibilidade de informações
3.13 Promover e fomentar a ampliação de acordos de dupla-diplomação, na graduação e pós-graduação, com instituições de ensino superior de outros países	Permanente	DIRINTER	Pró-Reitorias, DERINT, DIRGRAD, DIRPPG, Coordenações de curso	Dotação orçamentária; flexibilização curricular; disciplinas em outros idiomas; capacitação em línguas estrangeiras
3.14 Aprimorar mecanismos de atração de alunos e pesquisadores de outros países	Permanente	DIRINTER	Todas as áreas	Editais; capacitação em línguas estrangeiras; parcerias; infraestrutura
3.15 Promover a cultura da internacionalização no âmbito da UTFPR	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	
3.16 Aprimorar mecanismos de inserção e elevação da UTFPR em rankings nacionais e internacionais	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	Critérios utilizados nos rankings
3.17 Instituir e implementar uma política de capacitação em línguas estrangeiras para a universidade	2020	PROGRAD	DIRINTER	Deliberação COUNI
3.18 Avaliar formas diferenciadas de ingresso aos cursos de graduação, nos casos de vagas ociosas e de fomento à internacionalização	Permanente	PROGRAD		
3.19 Fomentar a realização de fóruns de cursos e áreas para produção colaborativa de diretrizes de cursos de graduação	Permanente	PROGRAD	PROPLAD	Dotação orçamentária
3.20 Assegurar que 10% do total da carga horária curricular exigida para graduação, seja desenvolvida em programas e/ou projetos de extensão	2022	PROGRAD	PROREC	

d) Eixo 4 - Políticas de Gestão

O Eixo 4 do PDI que trata das “Políticas de Gestão”, está sistematizado no Quadro 5. Os macro-objetivos registrados neste eixo têm como premissa fortalecer a universidade por

meio do desenvolvimento de ações relacionadas à qualidade de vida do servidor, internacionalização institucional, formação e capacitação de servidores e, também, respeito à diversidade.

Quadro 5 - Metas do Eixo 4 - Políticas de Gestão

Macro-Objetivo	Cronograma	Responsável	Colaborador(es)	Fator(es) Condicionante(s)
4.1 Buscar fomento externo às ações apoiadas pela PROREC/DIREC	Permanente	PROREC		Limite orçamentário
4.2 Prover infraestrutura física, pessoal e fomento para internacionalizar a UTFPR	Permanente	DIRINTER	PROPLAD, DIRPLAD, DERINT	Dotação orçamentária; disponibilidade de ambientes; diagnóstico de necessidades
4.3 Promover a ampliação de parcerias com organizações internacionais	Permanente	DIRINTER	DERINT	Contato entre servidores e parceiros potenciais
4.4 Implementar a política e a metodologia para o desenvolvimento de sistemas institucionais	2019	DIRGTI	COGETI	
4.5 Intensificar o relacionamento com o setor produtivo	Permanente	PROREC	PROPPG, PROGRAD, DIRCOM	
4.6 Vincular o Sistema de Bibliotecas à Reitoria	2022	Reitoria		Deliberação COUNI
4.7 Consolidar as ações do projeto UTFPR Digital	2022	Reitoria		
4.8 Instituir instância organizacional e infraestrutura administrativa de apoio vinculada à PROGRAD, voltada aos programas de formação de professores para a educação básica	2022	PROGRAD		Deliberação COUNI
4.9 Otimizar o registro de atividades de extensão e pesquisa	2020	PROREC	PROPPG, DIRGTI	Dotação orçamentária; desenvolvimento de sistemas
4.10 Promover parcerias internacionais para realização de pesquisas tecnológicas	Permanente	PROREC	DIRINTER	Dotação orçamentária; legislação
4.11 Promover a formação dos servidores da Universidade, em pós-graduação <i>stricto sensu</i> , alinhada ao interesse institucional	Permanente	PROPPG	Todas as áreas	Política de identidade institucional
4.12 Promover, por meio de uma política de depósito e acesso das produções da Universidade, a visibilidade e difusão do conhecimento via repositórios institucionais	2019	Reitoria	Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão, SIBI	Deliberação COUNI; Infraestrutura de sistemas de informação

4.13 Aprimorar o controle patrimonial	2021	PROPLAD	DIRMAP	Dotação orçamentária; disponibilidade de sistemas de informação
4.14 Estudar a viabilidade de realizar o processo de compras públicas de forma centralizada	2018	PROPLAD	DIRMAP	
4.15 Consolidar as políticas ambiental e de sustentabilidade	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	Deliberação COUNI
4.16 Consolidar o novo Portal Institucional	2020	DIRCOM	Todas as áreas	Política de uso do Portal; Deliberação COUNI
4.17 Implementar programa institucional de integração de novos servidores	2018	DIRGEP	SEDEP	
4.18 Promover ações que divulguem as atividades e temáticas desenvolvidas nos setores da UTFPR	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	
4.19 Desenvolver e aprimorar ações voltadas à melhoria de qualidade de vida no trabalho e saúde do servidor	Permanente	DIRGEP		Disponibilidade orçamentária; Envolvimento de profissionais da área da saúde, segurança do trabalho e orçamento e gestão
4.20 Realizar estudos para dimensionar o quadro de servidores	2019	DIRGEP	Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão, Diretoria-Geral dos câmpus	Revisão dos documentos institucionais
4.21 Analisar a viabilidade de adoção de <i>softwares</i> livres	2019	DIRGTI	Todas as áreas	Capacitação
4.22 Aprimorar os mecanismos de Transparência e Políticas de Participação Social	Permanente	Ouvidoria	Todas as áreas	Regulamentação governamental
4.23 Fortalecer o respeito à diversidade, assegurando a convivência entre todos de forma respeitosa	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	

d) Eixo 5 - Infraestrutura Física

O Eixo 5 do PDI que trata da “Infraestrutura Física”, está sistematizado no Quadro 6. Estão registrados os macro-objetivos relativos à criação, revitalização e modernização de espaços disponíveis nos câmpus, bem como a acessibilidade a ambientes.

Quadro 6 - Metas do Eixo 5 - Infraestrutura Física

Macro-Objetivo	Cronograma	Responsável	Colaborador(es)	Fator(es) Condicionante(s)
5.1 Estabelecer a política para	2022	Reitoria	PROGRAD,	Dotação

ampliação e atualização contínua na infraestrutura e no acervo das bibliotecas (nos formatos físico e digital) e promover a segurança, autonomia do usuário, padronização dos serviços e produtos ofertados			PROPLAD, SIBI	orçamentária
5.2 Apoiar a Criação de Centros de Inovação, com infraestrutura adequada para incentivar a criatividade, ideação e prototipação de ideias	Permanente	PROREC		Dotação orçamentária; Disponibilidade de espaço
5.3 Prover e compatibilizar infraestrutura multiusuária para atendimento às demandas de ensino, pesquisa e pós-graduação	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	Política institucional de otimização de Recursos; Política de Fomento à Pesquisa e Pós-Graduação; Dotação orçamentária
5.4 Disponibilizar infraestrutura e sistemas informatizados integrados, para atender as demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão	Permanente	DIRGTI	Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão	Dotação orçamentária; infraestrutura de sistemas de informação
5.5 Intensificar a criação de espaços de convivência nos câmpus	Até 2022	PROPLAD	DIRPRO, Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária; planos diretores
5.6 Intensificar a criação e revitalização de espaços culturais e esportivos	Até 2022	PROPLAD	DIRPRO, Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária; planos diretores
5.7 Ampliar, adequar e revitalizar a infraestrutura nos câmpus	Permanente	Reitoria	PROPLAD, DIRPRO, Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária; planos diretores
5.8 Intensificar ações para regularização da documentação relativa às obras dos câmpus, com atualização dos planos diretores	Permanente	PROPLAD	DIRPRO, Diretoria-Geral dos câmpus	Órgãos públicos; Dotação orçamentária
5.9 Intensificar as ações para promover a acessibilidade	Permanente	PROPLAD	DIRPRO, PROGRAD, DIRGTI, Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária; disponibilidade de projetos
5.10 Promover melhorias nos restaurantes universitários	Permanente	PROPLAD	Diretoria-Geral dos câmpus	Dotação orçamentária
5.11 Criar o Museu da UTFPR	2022	Reitoria	DIRCOM	Elaboração do projeto; Dotação orçamentária; Infraestrutura física
5.12 Aprimorar a infraestrutura física e de recursos humanos dos setores da UTFPR	Permanente	Reitoria	Todas as áreas	Códigos de vaga, dotação orçamentária, projetos

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UTFPR, dentro dos limites estabelecidos em sua Lei de criação, atua nos 13 câmpus com diferentes níveis e modalidades de ensino, contando com o apoio de recursos humanos, orçamentários e financeiros, bem como infraestrutura física.

A seguir, são registradas as áreas de atuação acadêmica (ensino) da UTFPR.

1.3.1 Cursos Regulares Presenciais

1. Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Cursos Técnicos);
2. Graduação (Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologias); e
3. Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* (Aperfeiçoamentos, Especializações, Mestrados e Doutorados).

1.3.2 Ensino a Distância

1. Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil); e
2. Pós-Graduação *Lato Sensu*, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

1.3.3 Curso de Educação Continuada

1. Cursos de extensão; e
2. Cursos no âmbito do Programa Especial de Formação Pedagógica.

2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) da UTFPR foi elaborado no ano de 2006, por uma Comissão denominada Estatuinte, e é um documento que, na sua essência, objetiva definir a filosofia e os princípios balizadores da atuação da, então, recente Universidade Tecnológica.

O PPI, aprovado pela Deliberação nº. 01/2007 do Conselho Universitário (COUNI), de 09/03/2007, foi elaborado em processo de construção coletiva, contando com a participação da comunidade, envolvendo tanto os segmentos internos quanto os externos à Universidade.

Na sua concepção, o PPI foi estruturado com vistas ao alcance dos seguintes objetivos: (i) construir uma identidade própria para a UTFPR, sem desconsiderar o conhecimento acumulado em quase cem anos de existência da Instituição; (ii) explicitar em seus valores, a atuação prioritária na área tecnológica; (iii) articular o ensino, a pesquisa e a extensão; (iv) orientar a mobilidade acadêmica, nacional e internacional; (v) ampliar a articulação e a interação com a comunidade externa; e (vi) estabelecer a gestão com sistema de representação de todos os segmentos nos planos e ações nas diversas instâncias da Universidade.

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

A interiorização da UTFPR tem como principal objetivo a disponibilidade de oportunidades de acesso aos cursos ofertados, bem como às suas diversas áreas de atuação e em localidades abrangidas pelos 13 câmpus no Estado do Paraná. Aliada ao ensino, à pesquisa e à extensão tem possibilitado e incentivado o desenvolvimento regional, notadamente no conhecimento científico e tecnológico, aliado à cultura e às ações de cunho social.

A forma de gestão acadêmica e administrativa adotada pela Instituição possibilita que cada câmpus da UTFPR incorpore e mantenha os princípios e os valores historicamente estabelecidos, dentre os quais se destacam:

- a. uma Instituição “sem muros”, na qual a interação com a comunidade orienta as políticas de ensino, pesquisa e extensão;

- b. o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos que atendam às demandas locais e regionais;
- c. a integração com o segmento produtivo como estratégia de oportunidades à comunidade interna;
- d. o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperados, apoiados no binômio: universidade-empresa;
- e. a promoção e o apoio às atividades extensionistas e de pesquisa que retornam à comunidade, à produção acadêmica desenvolvida pela Universidade; e
- f. a participação nas iniciativas locais de incubadoras, parques tecnológicos e dos núcleos de inovação, como estímulo ao desenvolvimento regional.

2.2 FILOSOFIA INSTITUCIONAL

A UTFPR é orientada pela ética e qualidade de vida, prevalecendo um ambiente que visa: o equilíbrio entre os interesses pessoais e institucionais; o fortalecimento das relações institucionais com todos os envolvidos no desenvolvimento das atividades; a consolidação da imagem institucional e suas ações; e a melhoria contínua nos resultados institucionais.

O fortalecimento do trabalho cooperativo entre as diversas instâncias institucionais, em torno de objetivos comuns, é um direcionamento historicamente construído. O resultado do trabalho em rede permite compartilhar objetivos e procedimentos para a construção de vínculos de interdependência e de complementaridade, possibilitando que as ações realizadas e os resultados obtidos possam ir além dos limites de cada câmpus, alcançando e fortalecendo a Instituição e beneficiando a comunidade.

A exigência de níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados e o desenvolvimento de competências cognitivas cada vez mais complexas, que vão além da competência técnica, demanda que o profissional dos dias atuais compreenda globalmente o processo produtivo, o que requer a apreensão do saber científico e tecnológico, sempre alicerçados em valores humanos. As transformações contínuas desencadeadas pela ciência e tecnologia, que se operam não apenas no trabalho, mas em todas as esferas da sociedade, gerando contradições entre avanços e riscos, exigem formação humana baseada na apropriação crítica dos saberes tecnológicos, de forma a permitir articulação entre as relações sociais e as de produção para a tomada de decisões.

A partir de uma leitura de mundo, fundamentada nos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos historicamente acumulados, é possível compreender a dinâmica da interação entre ciência, tecnologia e sociedade.

Essas questões constituem-se em desafios à Educação Tecnológica, quando elas preveem na união das interfaces uma reflexão além de um lema institucional, visto que apontam para uma proposta educacional que privilegia tanto o conhecimento científico e tecnológico quanto o potencial humano que está presente na construção permanente do mundo em que vivemos. O desenvolvimento da educação científica e tecnológica deve ser entendido como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às necessidades locais e globais.

Desse modo, a formação humana e integral não pode ser entendida apenas como requisito para formar um bom trabalhador, um bom profissional ou um bom empreendedor. A formação integral do cidadão, almejada pela UTFPR, deve possibilitar que o mesmo se desenvolva como um sujeito autônomo, numa concepção ampliada de cidadania, que contemple a preocupação com a preservação do ambiente, dos recursos naturais, das formas de vida do planeta, com os valores éticos e morais comprometidos com a ética e a qualidade de vida.

O papel da UTFPR, enquanto uma universidade tecnológica, é contribuir para transformar a sociedade em uma sociedade socialmente mais consistente e justa, e à altura das necessidades sociais que ainda são imensas no Brasil. Isso só é possível com a transformação da condição de um país exportador de *commodities* para uma nação capaz de gerar conhecimento e tecnologia e que seja um exportador de bens de valor industrial agregado. Para que essa transformação ocorra é necessário, principalmente, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A qualidade de vida da população brasileira é o ponto nodal em que se articulam o papel da universidade e as necessidades de um país que é, ao mesmo tempo, tão rico e tão pobre.

A atuação verticalizada da UTFPR nos diversos níveis da educação tecnológica, possibilita a integração das diversas etapas de formação, da graduação à pós-graduação que, por meio de projetos de pesquisas, acolham estudantes em diferentes estágios formativos, apoiados nos grupos de estudos e no uso comum da infraestrutura disponível. Assim, compreende-se a oferta de diversos níveis e modalidades de ensino, priorizando uma área

comum de conhecimento que, articulada aos diferentes campos do saber, permite ao estudante ascender a graus mais elevados de titulação na própria Instituição.

A atuação da UTFPR considera igualmente o conceito de horizontalidade, caracterizado, fundamentalmente, pela sua interação com a sociedade, que se traduz na capacidade de atuar como indutora e apoiadora do desenvolvimento com perspectiva global, transformando as expectativas, os anseios, as demandas e as necessidades sociais em objetos de ensino, pesquisa e extensão.

Tal orientação possibilita, ainda, a contínua atualização científica e tecnológica, pela articulação entre os câmpus da UTFPR, bem como com instituições congêneres, não apenas pertencentes à rede de universidades brasileiras, mas também à rede mundial de universidades, principalmente àquelas de cunho tecnológico.

A orientação horizontal apresenta-se, assim, como importante canal de atualização para o ensino, a pesquisa e a extensão; a orientação vertical, por sua vez, eleva o patamar das competências internas, resultando em níveis mais avançados de interação com os diferentes setores com os quais a Instituição tem interface. Trata-se, em última instância, de dois vetores complementares que devem continuar sendo expandidos.

A articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e de extensão deve considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização, a saber:

- a. a do pesquisador e do extensionista, ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para problemas práticos, com a possibilidade de interferir, indiretamente, nas formas de gestão e nas relações de trabalho;
- b. a do mundo do trabalho, que poderá ser beneficiado com os conhecimentos disponibilizados por essas iniciativas, mas precisará submeter-se às exigências decorrentes do “rigor acadêmico” que, necessariamente, revestem tais atividades.

A UTFPR deve estar permanentemente receptiva para discutir, propor e implantar as reestruturações que a realidade educacional exige, de tal modo que expressões como mobilidade, itinerários formativos, interdisciplinaridade, currículos flexíveis, atividades formativas, compromisso socioambiental, inovação no processo didático-pedagógico,

internacionalização, qualidade de vida, entre tantas outras, ultrapassem o plano das discussões e tornem-se reais oportunidades aos educandos.

Desta forma, os cursos da UTFPR deverão incentivar, difundir e ampliar a interdisciplinaridade, processo de integração recíproca e capaz de ultrapassar as fronteiras das diferentes áreas do conhecimento, no intuito de promover a integração destas áreas ao longo do curso. Devem, também, permitir que os discentes estabeleçam percursos acadêmicos diferenciados ao longo do curso e que realizem a troca de experiências acadêmicas por meio da mobilidade acadêmica, em âmbito nacional ou internacional, tornando o profissional formado pela UTFPR mais adequado às demandas que a contemporaneidade exige.

Assim, os cursos da UTFPR, ofertados nos diferentes níveis e modalidades de ensino, deverão dar ênfase à formação de recursos humanos no âmbito da educação tecnológica, para os diversos setores da economia, envolvidos em práticas tecnológicas e educacionais. Alia-se a essa formação, a vivência com os problemas reais da sociedade, voltados, notadamente, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, desenvolvendo e aplicando a tecnologia e buscando alternativas inovadoras para resolução de problemas técnicos e sociais que resultem em uma melhor qualidade de vida.

2.3 POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas de ensino da UTFPR devem considerar os atributos da especialidade constante em sua designação, em consonância com a sua vocação histórica e legal, como critério definidor de suas prioridades e como contribuição necessária e fundamental para consolidação de sua identidade. É por isso que as engenharias, os cursos de tecnologia, licenciaturas nas áreas de ciências e matemática e os cursos técnicos, ainda ofertados, se constituem como naturalmente predominantes, na busca de transformar a UTFPR na maior Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) na oferta de cursos da área tecnológica.

A construção da identidade de uma instituição de ensino não se reduz exclusivamente à definição da sua área de atuação e de suas prioridades; mas depende, em grande medida, das características da educação que desenvolve, do tipo de egresso que forma, independentemente da modalidade/nível de ensino e do setor da economia a que atenda.

Nesse sentido, a UTFPR deve contribuir para o avanço conceitual da educação profissional e tecnológica, tomando como princípio a formação integral do homem, em bases científicas e ético-políticas, entendendo que o exercício das atividades humanas não se restringe ao caráter produtivo, mas compreende todas as dimensões: social, política, cultural e ambiental.

A partir das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), independentemente do nível e modalidade de ensino e da demanda social a que atendam, devem ser considerados os aspectos a seguir.

2.3.1 Articulação entre a Teoria e a Prática

A educação tecnológica tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencie e lhe dê sustentação. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

A educação em todos os seus níveis e modalidades deve ser encarada como referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento do ser humano pautado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. A educação profissional e tecnológica pressupõe, portanto, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla que permita o domínio de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens para construir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

2.3.2 Desenvolvimento de Competências Profissionais

A UTFPR entende que competência não se limita ao “saber fazer”, pois pressupõe acerto no julgamento da pertinência da ação e no posicionamento, de forma autônoma, do indivíduo diante de uma situação.

A ação competente envolve atitude relacionada com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, o cuidado com o meio ambiente, a convivência participativa e

solidária, iniciativa, criatividade, entre outros. E, assim sendo, por sua natureza e características, a educação profissional e tecnológica deve contemplar o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional e a uma atuação cidadã. Nesta ótica, a adoção do conceito de competência amplia a responsabilidade do ensino, porque exige:

- a. a adoção de métodos diferenciados de ensino e de novas formas de organização do trabalho acadêmico, que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas que integrem a vivência e a prática profissional;
- b. a incorporação dos saberes dos estudantes às práticas de ensino, como forma de reconhecimento de possibilidades diversas de soluções de problemas, assim como de percursos de aprendizagem;
- c. o estímulo à criatividade, à autonomia intelectual e ao empreendedorismo; e
- d. a valorização das inúmeras relações entre conteúdo e contexto, que se podem estabelecer; e a integração de estudos de diferentes campos, como forma de romper com a segmentação e o fracionamento, entendendo que os conhecimentos se inter-relacionam, contrastam-se, complementam-se, ampliam-se, influem uns nos outros.

2.3.3 Flexibilidade Curricular

O Plano Nacional de Educação, Lei nº. 10.172/2001, define nos objetivos e metas, em nível nacional, as diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes IES, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.

Os Pareceres CNE/CES nº 776/97 e nº 583/2001 ressaltam, entre outros aspectos:

- a. A necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos estudantes;
- b. Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, por meio de diretrizes curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem,

quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão do conhecimento; e

- c. Necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, o tempo presente exige a superação dos modelos de ensino estruturados sob a ótica de grades curriculares inflexíveis, estanques, caracterizadas pela fragmentação e hierarquização das disciplinas, alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados.

A flexibilização curricular surge das seguintes demandas:

- a. da sociedade – que requer formar profissionais críticos para compreender as novas relações de produção e de trabalho e as exigências por elas colocadas;
- b. do processo de conhecimento – que exige um processo permanente de investigação articulado com a produção do saber e de novas tecnologias; e
- c. Por uma formação crítica e cidadã de profissionais - a universidade, além de formar profissionais críticos para o exercício da sua prática na sociedade, deve assumir seu papel protagonista no processo da construção de uma nação menos desigual.

A flexibilização curricular, baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na visão do ensino centrada na criatividade, que tem como exigência a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional e a interdisciplinaridade, propõe:

- a. a formação profissional voltada para ampla competência e o domínio de muitas habilidades técnicas e cognitivas;
- b. a construção científica sólida;
- c. uma estrutura curricular flexível que possibilite ao estudante percursos formativos diferenciados;
- d. o rompimento com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização artificial de conteúdos;
- e. o ensino não pode estar confinado à sala de aula;
- f. o ensino não pode ficar submisso a conteúdos descritivos. O saber é dinâmico, ultrapassa o aparente. Ao estudante deve ser dada a possibilidade

de ampliar os horizontes do conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional;

- g. o ensino não pode ser refratário à diversidade de experiências vivenciadas pelos estudantes; e
- h. o estímulo à aprendizagem permanente.

Os cursos da UTFPR devem ser organizados de modo a permitir itinerários formativos alternativos construídos pelo discente, em áreas afins e/ou correlatas ao de seu curso, e que contribuam para o perfil profissional do egresso previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Visando a maior flexibilidade, os pré-requisitos nos cursos de graduação deverão ser minimizados, podendo ser dispensados, desde que a organização didático-pedagógica do curso assegure a sequência lógica dos conteúdos.

Currículos menos densos devem, também, ser buscados, dentro de uma tendência presente nas principais instituições de ensino do Brasil e do mundo, visando a formação de um profissional com perfil moderno e adequados as demandas presentes e que podem ser perspectivadas em cenários futuros

2.3.4 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade é prevista para os cursos de graduação em dois planos, o interno (intercampi) e o externo (interuniversitário nacional e internacional).

A mobilidade interna deve ser assegurada por meio de diretrizes comuns. A mobilidade externa deve ser buscada por um conjunto de ações, tais como:

- a. ampliação de programas de dupla diplomação, quer na graduação, quer na pós-graduação;
- b. realização de estágios e/ou de trabalhos de conclusão de curso no país e no exterior;
- c. apoio a convênios multilaterais de estudos, pesquisa e desenvolvimento, envolvendo docentes e discentes; e
- d. intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico e cultural entre docentes, pesquisadores e discentes das diferentes IES.

A UTFPR participa do convênio de mobilidade estudantil organizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), entre todas as universidades federais do Brasil, assim como da rede de universidades estaduais do Paraná, convênio realizado por intermediação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). As reformas de modularização e flexibilização curricular tendem a incrementar os cursos da UTFPR com a possibilidade facilitada para a participação dos discentes nesses convênios.

Atualmente, a UTFPR tem participado do programa Ciência Sem Fronteiras, cujo objetivo é promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, apoiados pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Secretaria de Ensino Técnico e Tecnológico (SETEC), ambas do MEC.

Para viabilização da mobilidade estudantil, a dupla diplomação demanda uma modernização e flexibilização curricular. A maior dificuldade encontra-se na demanda de equivalências e convalidações entre currículos de cursos diferentes ou de outras localidades e legislações.

2.3.5 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O ensino é o alicerce formativo do futuro profissional. É nele que se ancora a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, proporcionando uma visão de mundo ampliada.

A pesquisa acadêmica permite desvendar as diversas áreas do conhecimento humano e constitui-se como parte inseparável do ensino universitário, dando-lhe significação sempre renovada.

As atividades extensionistas constituem práticas acadêmicas articuladas ao ensino e à pesquisa, que permitem estabelecer os vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade e o conhecimento acadêmico. O contato com a comunidade constitui-se espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para

o desenvolvimento social e deve ser, por esses motivos, preocupação fundamental da UTFPR.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no escopo da educação tecnológica, que tem seu fundamento na realidade social e produtiva e no entendimento da tecnologia enquanto conjunto de conhecimentos que, absorvidos e assimilados, conduzem à inovação, contribuem, impulsionam e servem de parâmetro para o desenvolvimento científico, econômico e social.

A legislação traduz, assim, o entendimento do que já faz parte da cultura desta Instituição - que o ensino não se reduz à transmissão de conhecimentos é indissociado da pesquisa e da extensão e deve buscar condições de produção de conhecimentos novos, que possam ser transferidos à sociedade.

O conceito de indissociabilidade é entendido, na UTFPR, como um todo orgânico, global, cuja materialidade será resultante de esforços intencionais, dirigidos e conscientes. Tal concepção leva à constatação de que o ensino só será indissociável da pesquisa e da extensão se houver uma valorização igualitária de todos os pilares deste tripé.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no PPI da UTFPR, significa que aprender não é estar em atitude contemplativa em relação ao conhecimento e, sim, envolver-se na construção de conhecimento compartilhado, com o intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida. A intervenção na realidade, o pensar ciência, tecnologia e sociedade, passa a ser atitude consciente na busca da emancipação.

2.3.6 Políticas e Metas dos Cursos de Graduação

As políticas da UTFPR para os cursos de graduação envolvem processos permanentes que integrem o estudo de demandas locais para implantação, adequação e ampliação de cursos, bem como de ações voltadas para a assistência estudantil e a internacionalização, considerando as características que emanam da identidade da universidade.

A proposição de ações de integração e articulação da graduação e da pós-graduação para o período de 2018 a 2022, assim como a ampliação de atividades extensionistas no âmbito dos cursos de graduação fazem parte constitutiva das políticas institucionais para o aprimoramento dos projetos pedagógicos de cursos.

No conjunto de ações para implementação dessas políticas destacam-se duas grandes frentes: I) a consolidação da identidade dos cursos de graduação ofertados na

universidade, considerando-se a natureza dos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos); II) a formação e desenvolvimento profissional docente para atuação nos cursos de graduação.

Para a consolidação da identidade e organicidade dos cursos no contexto de uma universidade multicampi, tem-se na dinamização de Fóruns de Área compostos por coordenadores de cursos e representantes de Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes o caminho para a elaboração e revisão de políticas institucionais para os projetos pedagógicos de cursos, ancoradas na legislação educacional vigente, nas demandas emergentes do contexto social e das tendências inovadoras nas áreas de conhecimento específicas. Faz-se necessário, portanto, também como uma das ações norteadoras para a implementação da política dos cursos de graduação, a manutenção destes fóruns de forma permanente.

No que tange aos processos de formação e desenvolvimento profissional docente para atuação nos cursos de graduação, destaca-se a necessária promoção de processos formativos para a docência universitária, uma vez que no cenário nacional, é previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no 9394/96, em seu artigo 66 que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, mas não há nenhuma exigência de formação que habilite o futuro professor para a docência. Nesse sentido, a criação e consolidação de programas institucionais voltados à profissionalização dos professores para a atividade docente, faz-se mister.

Dentre os princípios norteadores para as políticas de graduação destacam-se: a flexibilidade curricular, a articulação com a sociedade, a mobilidade acadêmica, a inovação curricular e metodológica e a internacionalização.

2.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

As atividades de pesquisa e pós-graduação estão intrinsecamente interligadas, sendo a primeira condição imprescindível para a pós-graduação *stricto sensu*, pela exigência de atividades de pesquisa consistentes, originais e de impacto relevante na comunidade científica, além de ser papel do *stricto sensu* formar os sujeitos pesquisadores. A acreditação e relevância de uma Instituição de Ensino Superior, tanto em seu país de origem, como pela comunidade internacional, faz-se, também, e de forma decisiva, pela qualidade e densidade

da pesquisa desenvolvida em seu âmbito, que termina por ecoar e robustecer os seus Programas de Pós-Graduação.

Na UTFPR, por outro lado, também há o desenvolvimento da pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico de forma independente das atividades formais de pós-graduação. Pelas próprias características da Instituição, como Universidade Tecnológica, estas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico também possuem um caráter de atendimento sob demanda e cooperado com os pesquisadores e instituições parceiras. Novamente, na conotação de Universidade Tecnológica, tais tipos de cooperação podem, também, permear as atividades de pesquisa desenvolvidas na Pós-Graduação *stricto sensu*.

Por outro lado, as atividades de pós-graduação *lato sensu* se caracterizam por não necessariamente apresentarem atividades de pesquisa sistemáticas. Nestes casos, o objetivo principal é formar especialistas em áreas selecionadas do conhecimento por meio de disciplinas concatenadas de forma coerente e a elaboração de uma monografia de fim de curso.

Ressalta-se que todas estas atividades têm forte correlação com as atividades de graduação, caráter fortemente incentivado pela Capes e também na procura pela excelência dos cursos de graduação da UTFPR. Docentes e discentes atuantes em atividades de pesquisa são fortes candidatos a trazerem o “estado da arte” em suas áreas de conhecimento para discussões em espaços formais e não formais de ensino dos cursos de graduação.

Esta interação pode ocorrer de forma direta, por meio de programas institucionais de iniciação científica, de iniciação tecnológica e do programa de ações afirmativas para inclusão social, ou indiretamente, pela participação de docentes, inseridos na pós-graduação *stricto sensu* e em atividades de pesquisa, ministrando aulas na graduação.

A política de pesquisa e pós-graduação fomentada na UTFPR inclui ações voltadas para:

- a. O incentivo à ampliação dos programas de pós-graduação existentes (infraestrutura e número de docentes, com o consequente aumento do número de estudantes) e a abertura de cursos de doutorado;
- b. o desenvolvimento de ações voltadas à consolidação dos programas de pós-graduação em funcionamento na Universidade, cujos resultados qualitativos possam ser mensurados, também, pela elevação das notas destes Programas nas Avaliações Quadrienais da Capes;

- c. a implantação de novos programas de pós-graduação;
- d. o incentivo à criação de novos cursos de especialização;
- e. o fortalecimento dos programas institucionais de pesquisa, voltados à participação de discentes da graduação, como o programa institucional de iniciação científica, iniciação tecnológica e programa de ações afirmativas para inclusão social;
- f. o fortalecimento e implementação de programas institucionais de pesquisa voltados a grupos de pesquisa e aos seus pesquisadores, como Apoio à Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, apoio à participação em eventos científicos, missões de cooperações internacionais e apoio à criação e manutenção de laboratórios multiusuários;
- g. a coordenação da política de qualificação de pessoal da instituição;
- h. o incentivo e suporte à captação de fomento para a pesquisa realizada pelos docentes por meio da submissão de projetos a agências de fomento e convênios com empresas;
- i. o incentivo e suporte à agregação de docentes/pesquisadores de alta qualificação buscando a criação de núcleos de excelência em áreas selecionadas;
- j. a facilitação no desenvolvimento de pesquisas realizadas por demanda do setor produtivo,e
- k. o desenvolvimento de ações voltadas à *elevação dos conceitos dos cursos de pós-graduação stricto sensu* em funcionamento.

Neste contexto, com estas ações objetiva-se: (i) formar pessoal qualificado em nível de especialização, mestrado e doutorado; (ii) oportunizar aos estudantes de graduação atividades que permitam iniciá-los na pesquisa científica e tecnológica; e (iii) adequar e ampliar a infraestrutura, principalmente de laboratórios, visando a realização de pesquisas de ponta; e (iv) colaborar de forma direta com o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Estas ações encontram sua convergência na meta maior da pesquisa e pós-graduação da UTFPR, que é provocar um aumento no impacto, na acreditação e no reconhecimento, na comunidade científica nacional e internacional, da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico realizados pela UTFPR e também em conjunto com os seus

parceiros. Programas de Pós-Graduação consolidados, com mestrados e doutorados que dialoguem com o contexto regional da identidade institucional, mas também com vistas à comunidade internacional, virão a contribuir, de forma incisiva e orgânica com a internacionalização da Universidade. Desta forma, a pesquisa e pós-graduação demandam suporte, incentivo e avaliação constantes, em caráter institucional.

2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A UTFPR é a única universidade tecnológica federal no Brasil. Como tal, tem características exclusivas que a distinguem das demais instituições universitárias. Entre estas características está a Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias, responsável pelas atividades de relações empresariais, inovação, empreendedorismo e extensão universitária. Assim, justifica-se uma pró-reitoria com este foco em uma universidade tecnológica que, por sua natureza singular, tem forte interação com o setor produtivo.

A área de relações empresariais ocupa-se de uma diversidade de ações de interação com o setor produtivo, entre estas, os estágios curriculares e o acompanhamento de egressos, já que estes, em sua maioria, atuam no setor produtivo. Destacam-se nas ações da área de relações empresariais o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com instituições públicas e/ou privadas. Dentre os projetos executados e em execução, enfatizam-se os desenvolvidos em parceria com a Petrobras, totalizando cerca de R\$ 60 milhões nos últimos 10 anos, e com a Copel, concessionária de energia elétrica paranaense, totalizando 22 milhões. Projetos desta natureza têm fomentado de forma significativa a pesquisa aplicada na UTFPR. Este fomento se dá tanto pela formação de infraestrutura laboratorial (equipamentos, *software*, obras, manutenção, entre outros), insumos e bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação, mas principalmente pela formação ímpar propiciada pela proximidade dos estudantes com problemas práticos do mercado.

A área de inovação é responsável pelo registro da propriedade intelectual, incluindo a motivação, fomento e processo de submissão de PI, bem como pela posterior transferência tecnológica deste patrimônio intelectual para a sociedade. A área de empreendedorismo, com forte interação com a área de inovação, envolve o despertar do empreendedorismo nos estudantes da UTFPR, a motivação, a pré-incubação, a incubação, a aceleração, os programas de *startups* e de empresas juniores.

Por fim, a Extensão Universitária, que atua em suas oito frentes (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e

Produção, Trabalho), é responsável por diversas categorias de atividades de interação bidirecional com a Sociedade: Extensão Tecnológica, Extensão Social, Sustentabilidade, Atividades Culturais, Ações Governamentais de Desenvolvimento e Cidadania, caracterizando uma importante vertente de inserção da UTFPR no ecossistema comunitário. A UTFPR é reconhecidamente uma Instituição que possui forte vinculação com o mundo do trabalho. Isto decorre de de uma consolidada política de interação universidade-empresa, que canaliza competências institucionais, nas atividades de ensino e pesquisa tecnológica, e da interação com a comunidade.

A existência da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias e das Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias nos câmpus consolida a relação entre a academia e o segmento empresarial, historicamente construída dos tempos de Escola Técnica Federal e de Centro Federal de Educação Tecnológica.

Como Universidade Tecnológica, a Instituição, com consistente atuação na extensão tecnológica empresarial, tem buscado maior participação na extensão social. Como ações efetivas neste âmbito, estão:

- a) a participação no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).
- b) o cadastro na Rede Nacional de Extensão (RENEX), que divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão(SIEX/Brasil).
- c) o fortalecimento da Diretoria de Extensão (DIREX).

Com a missão de fomentar a transferência de tecnologia, seguindo uma tendência mundial, em que as instituições acadêmicas buscam valorizar transferir e proteger o conhecimento desenvolvido por seus ativos, a UTFPR possui sua Agência de Inovação (AGINT), cujo objetivo é identificar oportunidades e incentivar a inovação, como nicho de mercado, amparada pela Proteção Intelectual.

As atividades de extensão (empresarial e comunitária) e de transferência de tecnologia aderem integralmente aos objetivos estratégicos da UTFPR e contribuem para a promoção e o fortalecimento dos seus vínculos com instituições, empresas e comunidades. Nesse sentido, a política de extensão da UTFPR, contempla:

- a. A intensificação na relação da UTFPR com a comunidade empresarial, visando ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de ensino,

pesquisa e extensão. Esta política possibilita o aprimoramento do perfil dos profissionais a partir da aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos.

- b. o atendimento dos pressupostos do Plano Nacional de Extensão, com foco nos oito eixos temáticos (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho), visando assegurar que a UTFPR estreite sua relação com a sociedade, enquanto instituição pública, buscando a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão, em consonância às políticas públicas; a consolidação da UTFPR como um Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia envolvendo: (i) suportes e apoios tecnológicos para demandas específicas; (ii) promoção de cursos de qualificação profissional e treinamentos específicos.
- c. emprego intensivo de mecanismos para proteção da propriedade intelectual desenvolvida na instituição.
- d. aprimoramento dos instrumentos para licenciamento das tecnologias desenvolvidas na Instituição.
- e. fomento ao empreendedorismo e à inovação.

2.6 POLÍTICAS DE GESTÃO

A gestão administrativa e acadêmica em uma Universidade com estrutura multicâmpus deve buscar, no seu planejamento e no cotidiano institucional, a coexistência entre a integração e a autonomia. Na UTFPR, a integração tem ocorrido pela busca contínua da construção de políticas comuns, por meio da definição de políticas e diretrizes institucionais nas áreas de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão administrativo-financeira. Para isso, desde o ano de 2000, a Universidade implantou e consolida a cada dia um modelo sistêmico de organograma no qual a gestão institucional, seja ela administrativa e/ou acadêmica, atua sob forma matricial no gerenciamento desta estrutura multicâmpus.

A estrutura organizacional desta Universidade compreende a Reitoria, com suas Assessorias, quatro diretorias de gestão (Avaliação, Comunicação, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação) e quatro Pró-Reitorias (Pesquisa e Pós-Graduação, Graduação e Educação Profissional, Relações Empresariais e Comunitárias e Planejamento e

Administração), com sede em Curitiba, e as 13 Diretorias-Gerais dos câmpus. Para o funcionamento desta organização, o orçamento é descentralizado, conforme os parâmetros qualitativos e quantitativos, oportunizando por delegação na gestão uma significativa e necessária autonomia de cada câmpus.

2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Toda Universidade deve ser pensada, e assim agir, como um espaço privilegiado de formação humana, de reflexão crítica e de produção, acumulação e socialização de conhecimentos que almejem à construção da cidadania, à autonomia, ao livre arbítrio e à dignidade humana. Assim, a educação superior deve ser considerada como patrimônio público, na medida em que exerce funções de caráter político, ético e humano, que, em muito, ultrapassam a mera função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para o mercado de trabalho. Essa função pública é a essência da Universidade na responsabilidade social.

Neste contexto, a UTFPR, ao longo de sua trajetória histórica, tem buscado responder às necessidades sociais por meio do ensino de qualidade e da pesquisa comprometida, bem como da concepção e desenvolvimento de projetos que visam contribuir para a melhoria da sociedade. Adicionalmente, a Instituição deve buscar maior diversidade nas atividades de interação com a comunidade por intermédio de ações que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa e solidária, comprometida com o contexto sociocultural em que está inserida.

Tendo clareza que uma Instituição não deve se fechar em si mesma, a UTFPR está comprometida com o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do seu entorno e deve permanentemente estar capacitada para fazer continuamente uma leitura, permanentemente atualizada, do ambiente externo para alimentar seus processos educacionais e de produção acadêmica, assim como dar respostas adequadas aos anseios, expectativas e demandas da comunidade onde está inserida.

Dentre as atividades existentes, destacam-se as de pesquisa e extensão que, além de permitirem a materialização da funcionalidade social do conhecimento, também geram notável qualificação interna. O professor/pesquisador/extensionista desempenha melhor e com mais dinamismo a docência, e exerce papel preponderante no desenvolvimento científico e tecnológico, quer pela orientação de pesquisas, quer pela atuação em empresas, em institutos especializados ou em grupos de pesquisa. O contato do pesquisador com os

problemas reais da sociedade e com pesquisadores de outras universidades nacionais ou estrangeiras estimulam-no a buscar sempre maior preparo em sua área de atuação, como condição para responder aos desafios que lhe são postos.

Além da pesquisa e da extensão, outros mecanismos de interação com a comunidade também devem ser postos em ação, como: programas de educação continuada; programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer; programas de desenvolvimento social e comunitário; transferência de conhecimento, sustentabilidade ambiental, apoio ao desenvolvimento de *habitats* de inovação, entre outros.

Cabe ressaltar, também, que a UTFPR, em articulação com o poder público e a iniciativa privada, busca catalisar a formação de pré-incubadoras, incubadoras e parques tecnológicos, que são mecanismos que favorecem a produção e transferência de tecnologia e permitem também alojar, no local ou na região, empreendimentos de geração de emprego e renda, com alto valor agregado.

Para que todas essas ações sejam possíveis, e tendo em vista o princípio do trabalho em rede, interno e externo, investir-se-á permanentemente no fortalecimento das relações interinstitucionais, traduzindo-as em acordos de cooperação com instituições que tenham objetivos comuns e que se complementem em suas ações, aproximando culturas diversas para produzir ações cooperativas, tais como pesquisa colaborativa, apoio tecnológico, intercâmbio profissional, ações de socialização do conhecimento, entre outros.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 OFERTA DE CURSOS

A Universidade, atualmente, conta com 113 cursos regulares em atividade, sendo 4 cursos técnico integrado de nível médio e 108 cursos de graduação. Os cursos de graduação presenciais são ofertados em três modalidades: Tecnologias, Bacharelados e Licenciaturas, distribuídos em 13 câmpus. Atualmente, são 21 cursos de Tecnologias, 19 cursos de Licenciaturas e 68 Bacharelados, destes a UTFPR conta com 51 cursos de Engenharia.

Considera-se, neste documento, que o termo *ampliação* da abertura de novos cursos não significa necessariamente cursos ofertados pela primeira vez, mas que também inclui a transformação ou substituição de cursos implantados por outros cursos já existentes, motivados por demandas internas e locais de cada câmpus. Desse modo, o tema ampliação da oferta é contextualizado na seguinte composição de palavras: ampliação/transformação/substituição.

No que se refere à ampliação da oferta de novos cursos da UTFPR, para o período de vigência deste PDI, serão condicionados fatores externos e internos que dependem da disponibilidade de servidores, infraestrutura e recursos financeiros, necessários para a manutenção da universidade.

No atual cenário, a abertura de novos cursos de graduação se faz necessária para estruturar os câmpus. No entanto, os cursos de graduação em atividade devem ser consolidados primando pela qualidade, com foco na internacionalização, extensão, sustentabilidade, inovação, interdisciplinaridade, empreendedorismo e empregabilidade, descritos nos Macro-Objetivos da seção 1.2.4.

3.1.1 Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Enquanto CEFET-PR, a atuação prioritária da Instituição esteve centrada na formação de técnicos de nível médio, mas com a implantação dos cursos Superiores de Tecnologia e, principalmente, com a transformação em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o foco institucional tornou-se o nível superior.

Além disso, com o aumento dos cursos de graduação e pós-graduação, a exigência de contratações de docentes do Magistério Superior e a aposentadoria de docentes do

Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, comprometeram a manutenção e a estrutura dos câmpus que ofertam tais cursos.

Neste contexto, a critério de cada câmpus e com suas especificidades, os cursos de técnico integrado de nível médio poderão solicitar ao Conselho de Graduação e Educação Profissional a migração para o nível de ensino superior.

A seleção dos novos estudantes é realizada por intermédio de processo seletivo que, para cursos semestrais, é o Exame de Seleção de Verão (entrada para o 1º semestre) e Exame de Seleção de Inverno (entrada para o 2º semestre). Os estudantes para cursos anuais são classificados somente pelo Exame de Seleção de Verão.

O quadro 7 apresenta as informações relacionadas aos cursos neste nível de ensino para o ano de 2017, considerando somente a modalidade presencial.

Quadro 7 - Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados em 2017-1

Curso	Modalidade	Vagas anuais	Turno	Regime de matrícula
Câmpus Campo Mourão				
Informática	Integrado	40	M/T	Anual
Câmpus Curitiba				
Eletrônica	Integrado	80	M/T	Semestral
Mecânica	Integrado	80	M/T	Semestral
Câmpus Pato Branco				
Agrimensura	Integrado	40	M	Anual

Legenda: M – Manhã e T – Tarde.

Fonte: Assessoria de Estatística e Pesquisa Institucional

Em relação à modalidade a distância, a UTFPR oferta o curso Técnico Subsequente, por meio do programa e-Tec. Em 2017, o Câmpus Ponta Grossa ofertou 100 vagas para o curso Informática para Internet.

3.1.2 Cursos de Graduação

O quadro 8 apresenta as informações sobre a oferta dos cursos de graduação presenciais, para as modalidades de Superiores de Tecnologia, Bacharelados e Licenciaturas, ofertados no ano de 2017.

Quadro 8 - Informações dos cursos de graduação ofertados em 2017.

Curso	Modalidade	Vagas anuais	Turno	Regime de matrícula
Câmpus Apucarana				
Design de Moda	Tecnologia	80	N	Semestral
Engenharia Civil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Elétrica	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Engenharia Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Têxtil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Química	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	4E+1T+1L=06	520	M/T/N	Semestral
Câmpus Campo Mourão				
Alimentos	Tecnologia	22	N	Semestral
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Ambiental	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Civil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	88	M	Semestral
Ciência da Computação	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Química	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	5E+1T+1L=07	550	M/T/N	Semestral
Câmpus Cornélio Procopio				
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	88	N	Semestral
Engenharia de Computação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Elétrica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Software	Bacharelado	88	N	Semestral
Matemática	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	6E+1T+1L=08	704	M/T/N	Semestral
Câmpus Curitiba - Ecoville				
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Civil	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Processos Ambientais	Tecnologia	60	N	Semestral
Total em andamento	3E+1T+2B=08	500	M/T/N	Semestral
Câmpus Curitiba - Neoville				
Educação Física	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Total em andamento	1B = 01	88	M/T	Semestral
Câmpus Curitiba - Centro				
Design Gráfico	Tecnologia	44	M	Semestral
Design Gráfico	Tecnologia	44	N	Semestral
Radiologia	Tecnologia	52	T	Semestral
Sistemas de Telecomunicações	Tecnologia	60	N	Semestral
Automação Industrial	Tecnologia	44	N	Semestral
Administração	Bacharelado	88	M	Semestral
Comunicação Organizacional	Bacharelado	88	N	Semestral
Design	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Computação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	88	T/N	Semestral

Curso	Modalidade	Vagas anuais	Turno	Regime de matrícula
Engenharia Elétrica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Elétrica	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Engenharia Mecatrônica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Sistemas de Informação	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Física	Licenciatura	88	T	Semestral
Letras: Português	Licenciatura	88	N	Semestral
Letras: Inglês	Licenciatura	88	T	Semestral
Matemática	Licenciatura	88	M	Semestral
Total em andamento	6E+5T+4B+4L=19	1476	M/T/N	Semestral
Câmpus Dois Vizinhos				
Engenharia Florestal	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Software	Bacharelado	88	N	Semestral
Agronomia	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Zootecnia	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Ciências Biológicas	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	3E+2B+1L=06	528	M/T/N	Semestral
Câmpus Francisco Beltrão				
Engenharia Ambiental	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Informática	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	3E+1L=04	352	M/T/N	Semestral
Câmpus Guarapuava				
Engenharia Civil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Manutenção Industrial	Tecnologia	60	N	Semestral
Sistemas para Internet	Tecnologia	80	N	Semestral
Total em andamento	2E+2T=04	316	M/T/N	Semestral
Câmpus Londrina				
Engenharia Ambiental	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Materiais	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Produção	Bacharelado	88	N	Semestral
Engenharia Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Química	Licenciatura	88	N	Semestral
Alimentos	Tecnologia	80	N	Semestral
Total em andamento	5E+1T+1L=07	608	M/T/N	Semestral
Câmpus Medianeira				
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Ambiental	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Elétrica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Produção	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Ciência da Computação	Bacharelado	88	T	Semestral
Química	Licenciatura	88	N	Semestral
Alimentos	Tecnologia	52	N	Semestral
Gestão Ambiental	Tecnologia	88	N	Semestral
Manutenção Industrial	Tecnologia	52	N	Semestral
Total em andamento	4E+3T+1L+1B=09	720	M/T/N	Semestral
Câmpus Pato Branco				

Curso	Modalidade	Vagas anuais	Turno	Regime de matrícula
Administração	Bacharelado	44	N	Anual
Agronomia	Bacharelado	88	M/T	Anual
Ciências Contábeis	Bacharelado	44	N	Anual
Engenharia de Computação	Bacharelado	88	T/N	Semestral
Engenharia Civil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Elétrica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Letras: Português – Inglês	Licenciatura	88	N	Semestral
Matemática	Licenciatura	44	N	Anual
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	52	N	Semestral
Manutenção Industrial	Tecnologia	52	N	Semestral
Total em andamento	4E+2T+2L+4B=12	852	M/T/N	Semestral
Câmpus Ponta Grossa				
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Mecânica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Produção	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Química	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Ciência da Computação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais	Licenciatura	44	N	Semestral
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	60	N	Semestral
Automação Industrial	Tecnologia	60	N	Semestral
Fabricação Mecânica	Tecnologia	40	N	Semestral
Total em andamento	5E+3T+1L+1B=10	732	M/T/N	Semestral
Câmpus Santa Helena				
Ciência da Computação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Ciências Biológicas	Licenciatura	88	N	Semestral
Total em andamento	1L+1B=02	176	M/T/N	Semestral
Câmpus Toledo				
Engenharia Civil	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia de Computação	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	88	M/T	Semestral
Matemática	Licenciatura	88	N	Semestral
Processos Químicos	Tecnologia	80	N	Semestral
Sistemas para Internet	Tecnologia	80	N	Semestral
Total em andamento	4E+2T+1L=07	344	M/T/N	Semestral

Fonte: Processo Seletivo SiSU/MEC 2017-2 – Edital 11/2017 – publicado em 26/05/2017.

Legenda:

E – Engenharias

T – Superiores de Tecnologia

L – Licenciaturas

B – Bacharelados (excluindo as Engenharias)

Por exemplo: Câmpus Toledo – 7 cursos – 4 de Engenharia + 2 de Tecnologia + 1 de Licenciatura + nenhum curso técnico (4E+2T+1L)

Visando fortalecer a identidade e a inserção da Universidade no cenário nacional e internacional, destacado nos Eixos *Desenvolvimento Institucional e Políticas Acadêmicas*, a abertura de novos cursos de graduação requer uma política específica. Neste sentido a PROGRAD, em conjunto com a comunidade acadêmica, pretende instaurá-la no decorrer da vigência deste documento.

No entanto, a Instituição, por meio de consulta aos câmpus, apresenta no Quadro 9 um planejamento para a oferta de novos cursos de graduação presencial na UTFPR. Essa expansão de cursos de graduação para o período de 2018 a 2022 estão condicionadas aos processos de negociação junto ao MEC e seguem as diretrizes gerais de estímulo ao aumento do número de vagas do ensino superior.

Além disso, a disponibilidade de servidores, de infraestrutura para laboratórios, salas de aula, biblioteca e disponibilidade de recursos financeiros, entre outros, são fatores que interferem diretamente na abertura de curso.

Quadro 9 - Programação da oferta de novos cursos de graduação

Curso	Câmpus
Engenharia de Computação	Apucarana
Engenharia Agrônoma	Apucarana
Arquitetura	Apucarana
Tecnologia em Mecanização em Agricultura de Precisão	Apucarana
Engenharia Química	Campo Mourão
Engenharia Elétrica	Campo Mourão
Licenciatura em Física	Cornélio Procopio
Tecnologia Assistiva	Cornélio Procopio
Engenharia Automotiva	Cornélio Procopio
Engenharia Civil	Cornélio Procopio
Engenharia de Produção	Curitiba
Engenharia de Biomedicina	Curitiba
Engenharia de Telecomunicações	Curitiba
Arquitetura e Urbanismo	Dois Vizinhos
Ciência da Computação	Dois Vizinhos
Gestão e Agronegócio	Dois Vizinhos

Engenharia de Software	Francisco Beltrão
Engenharia de Materiais	Francisco Beltrão
Engenharia de Controle e Automação	Francisco Beltrão
Engenharia de Produção	Guarapuava
Engenharia Elétrica	Guarapuava
Engenharia de Alimentos	Londrina
Engenharia Biomédica	Londrina
Engenharia de Computação	Londrina
Engenharia Química	Medianeira
Engenharia de Software	Medianeira
Licenciatura em Física	Medianeira
Engenharia de Materiais	Pato Branco
Engenharia de Produção	Pato Branco
Licenciatura em Física	Pato Branco
Engenharia Cartográfica	Pato Branco
Engenharia Elétrica	Ponta Grossa
Engenharia Civil	Ponta Grossa
Arquitetura	Ponta Grossa
Agronomia	Santa Helena
Engenharia Mecânica	Toledo
Arquitetura e Urbanismo	Toledo
Licenciatura em Ciências	Toledo

Fonte: PROGRAD

3.1.3 Cursos de Pós-Graduação

3.1.3.1. Pós-Graduação *Lato Sensu*

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na UTFPR é motivada por demandas da comunidade, a partir do apoio de ações do Governo Federal, tais como as criadas por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por iniciativa dos docentes para atendê-las, ou também como uma forma de compartilhar com a sociedade os frutos da pesquisa aplicada, desenvolvida em suas áreas do conhecimento.

A oferta de cursos *lato sensu* é condicionada à submissão e à aprovação do respectivo projeto pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPPG). Assim, não há regularidade tanto no número de turmas abertas quanto no quantitativo de estudantes

inscritos. A série histórica mais recente aponta a oferta de 76 cursos de especialização em 2013, 91 em 2014, 99 em 2015, 40 em 2016 e, até o presente momento, 102 cursos ofertados em 2017. Durante a vigência deste PDI, a UTFPR continuará apoiando a criação de novos cursos neste nível e modalidade de ensino.

3.1.3.2. Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A UTFPR possui atualmente 55 Programas de Pós-Graduação, os quais ofertam 35 cursos de mestrado acadêmico, 11 cursos de mestrado profissional, 07 cursos de mestrado em rede nacional e 08 cursos de doutorado. O Quadro 10 apresenta a relação dos Programas por câmpus, a data de início e a nota da CAPES, obtida no último quadriênio de avaliação (2013-2016).

Quadro 10 - Relação dos Programas de Pós-Graduação por Câmpus da UTFPR.

	Sigla	Nome do Programa	Nível	Início	Nota
Campo Mourão					
1	PPGIT	Inovações Tecnológicas	Mestrado Profissional	09/16	3
Cornélio Procopio					
2	PPGEE	Engenharia Elétrica	Mestrado Acadêmico	01/10	4
3	PPGEM	Engenharia Mecânica	Mestrado Acadêmico	01/13	3
4	PPGI	Informática	Mestrado Profissional	01/13	3
5	PPGBIOINFO	Bioinformática	Mestrado Acadêmico	03/15	3
6	PPGEE (Em Associação UEL)	Engenharia Elétrica	Doutorado	07/16	4
Curitiba					
7	CPGEI	Engenharia Elétrica e Informática Industrial	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/88	5
8	PPGTE	Tecnologia e Sociedade	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/95	5
9	PPGEM	Engenharia Mecânica e de Materiais	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/00	4
10	PPGEC	Engenharia Civil	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/09	4
11	PPGCA	Computação Aplicada	Mestrado Profissional	01/10	3
12	PPGCTA	Ciência e Tecnologia Ambiental	Mestrado Acadêmico	01/10	3
13	PPGPGP	Planejamento e Governança Pública	Mestrado Profissional	01/11	4
14	PPGEB	Engenharia Biomédica	Mestrado Profissional	01/11	3
15	PPGFCET	Formação Científica, Educacional e Tecnológica	Mestrado Profissional	01/11	4
16	PPGQ	Química	Mestrado Acadêmico	08/14	3

17	PPGSE	Sistemas de Energia	Mestrado Profissional	03/15	3
18	PPGEL	Estudos de Linguagens	Mestrado Acadêmico	08/15	3
19	PPGA	Administração	Mestrado Acadêmico	03/16	3
20	PPGFA	Física e Astronomia	Mestrado Acadêmico	08/16	3
21	PPGEF ²	Educação Física	Mestrado Acadêmico	03/17	3
Dois Vizinhos					
22	PPGZO	Zootecnia	Mestrado Acadêmico	01/11	3
23	PPGSIS	Agroecossistemas	Mestrado Acadêmico	08/15	3
Francisco Beltrão					
24	PPGEA	Engenharia Ambiental: Análise e Tecnologia Ambiental	Mestrado Acadêmico	03/17	3
Londrina					
25	PPGTAL	Tecnologia de Alimentos	Mestrado Profissional	01/11	3
26	PPGEA	Engenharia Ambiental	Mestrado Acadêmico	01/12	3
27	PPGEN	Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza	Mestrado Profissional	08/13	4
28	PPGMAT	Ensino de Matemática	Mestrado Profissional	08/15	3
29	PPGCEM	Ciências e Engenharia dos Materiais	Mestrado Acadêmico	04/16	3
Medianeira					
30	PPGTA	Tecnologia de Alimentos	Mestrado Acadêmico	03/11	3
31	PPGTAMB	Tecnologias Ambientais	Mestrado Acadêmico	04/13	3
32	PPGTCA	Tecnologias Computacionais para o Agronegócio	Mestrado Acadêmico	04/15	3
Pato Branco					
33	PPGAG	Agronomia	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/07	4
34	PPGEE	Engenharia Elétrica	Mestrado Acadêmico	01/09	4
35	PPGDR	Desenvolvimento Regional	Mestrado Acadêmico	01/10	4
36	PPGTP	Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	Mestrado Acadêmico	01/11	3
37	PPGEPS	Engenharia de Produção e Sistemas	Mestrado Acadêmico	01/14	3
38	PPGEC	Engenharia Civil	Mestrado Acadêmico	01/14	3
39	PPGL	Letras	Mestrado Acadêmico	08/15	3
Ponta Grossa					
40	PPGEP	Engenharia de Produção	Mestrado Acadêmico e Doutorado	01/04	4
41	PPGECT-PG	Ensino de Ciência e Tecnologia	Mestrado Profissional	01/08	5
42	PPGEE	Engenharia Elétrica	Mestrado Acadêmico	01/12	3
43	PPGECT-PG	Ensino de Ciência e Tecnologia	Doutorado	08/13	4
44	PPGEM	Engenharia Mecânica	Mestrado Acadêmico	01/14	3
45	PPGCC	Ciência da Computação	Mestrado Acadêmico	08/16	3
46	PPGBIOTEC (Ponta Grossa e Dois Vizinhos)	Biotechnology	Mestrado Acadêmico	03/17	4
47	PPGEQ	Engenharia Química	Mestrado Acadêmico	03/17	3

Toledo					
48	PPGQB	Processos Químicos e Biotecnológicos	Mestrado Acadêmico	05/15	3

De acordo com o quadro 11, a UTFPR mantém, até o momento, três programas com conceito 5, doze com conceito 4, os demais possuem conceito 3.

Além dos Programas de Pós-Graduação do quadro 11, existem quatro polos do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), em Curitiba, Pato Branco e Cornélio Procopio; dois polos do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (PROFIS) em Campo Mourão e Medianeira; o polo do Mestrado Profissional em Química (PROFQUI), também em Medianeira, e o polo de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) em Curitiba, conforme pode-se observar no quadro 11.

Quadro 11 - Relação dos polos de Programas Pós-Graduação em Rede Nacional da UTFPR

	Sigla	Nome	Nível	Início	Câmpus	Nota
1	PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	03/11	Curitiba	5
2	PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	2011	Pato Branco	5
3	PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	03/15	Cornélio Procopio	5
4	PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	2017	Toledo	5
4	PROFIS	Programa de Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física	Mestrado Profissional	2014	Campo Mourão	4
5	PROFIS	Programa de Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física	Mestrado Profissional	10/15	Medianeira	4
6	PROFQUI	Programa de Mestrado Profissional em Química	Mestrado Profissional	2017	Medianeira	4
7	PROFIAP	Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública	Mestrado Profissional	01/10/16	Curitiba	3

O plano para a apresentação de propostas para a abertura de novos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no contexto deste PDI, está registrado no quadro 12.

Quadro 12 - Estimativa de abertura de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Sigla	Nome	Nível	Câmpus	Previsão do ano de aprovação pela CAPES
PPGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional	Doutorado Acadêmico	Pato Branco	2018
PPGF	Programa de Pós-Graduação em Física	Mestrado Acadêmico	Toledo	2018
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação	Mestrado Acadêmico	Curitiba	2018

PPGEI	Programa de Pós-Graduação em Ensino Interdisciplinar	Doutorado Acadêmico	Londrina	2018
PPGPGP	Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública	Doutorado Profissional	Curitiba	2018
PPGSUAmb	Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Urbana e Ambiental	Doutorado Acadêmico	Curitiba	2018
PPGSM	Programa de Pós-graduação em Sistemas Mecatrônicos	Doutorado Acadêmico	Ponta Grossa	2018
PPGBiotec	Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	Doutorado Acadêmico	Ponta Grossa e Dois Vizinhos	2018
PPGMOSIN	Programa de Pós-Graduação em Modelagem de Sistemas Naturais	Mestrado Acadêmico	Campo Mourão	2018
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação	Mestrado Acadêmico	Campo Mourão	2018
	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado Acadêmico	Pato Branco	2018
PPGRNS	Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Sustentabilidade	Mestrado Acadêmico	Santa Helena	2018
PPGACA	Programa de Pós-Graduação em Análise e Controle Ambiental	Mestrado Acadêmico	Campo Mourão	2018
PPGEE	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Mestrado Acadêmico	Toledo	2018
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química	Mestrado Acadêmico	Apucarana	2018
PROFÁGUA	Polo do Programa de Mestrado Profissional de Gestão e Regulação de Recursos Hídricos	Mestrado Profissional	Campo Mourão	2018
	Programa de Pós-Graduação em Materiais Funcionais	Mestrado Acadêmico	Apucarana	2018
PPGF	Programa de Pós-Graduação em Física	Mestrado Acadêmico	Toledo, em associação com a Universidade Federal do Paraná, Câmpus Palotina.	2018

3.1.4 Programa Especial de Formação Pedagógica

O Programa Especial de Formação de Professores (PROFOP) é uma atividade formativa, não regular, instituído para certificar portadores de diplomas de graduação, excetuando-se os dos cursos de Licenciatura, para o exercício do magistério em disciplinas que integram as quatro últimas séries do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em Nível Médio nos diferentes sistemas de ensino.

O Programa pode ser desenvolvido em todos os câmpus, em regime especial, sendo que cada câmpus desenvolve turmas por demanda.

O PROFOP da UTFPR foi inteiramente reformulado e aprovado pela Resolução nº 28/11 – COGEP, de 12 de agosto de 2011 em decorrência do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR) e da Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, que estabelece as diretrizes operacionais para esta Política Nacional.

As turmas PARFOR têm variado em número de estudantes de acordo com a CAPES, devido à dificuldade em validar adequadamente os/as discentes para a necessidade real. Outrossim, existe por parte de candidatos/as equívoco para a proposta da certificação e entendendo ser curso de Pedagogia, enquanto a ênfase do programa na UTFPR é a preparação pedagógica para atuar nas diferentes áreas.

No primeiro semestre de 2018 haverá uma nova reformulação dos programas ofertados pela UTFPR considerando a necessária adequação à Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.”

3.1.5 Educação na Modalidade a Distância (EaD)

De acordo com o estabelecido na Resolução N.º 1, de 11 de março de 2016, do CES/CNE/MEC e com o estabelecido no Decreto N.º 9.057, de 25 de maio de 2017, a educação a distância é caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Nessa modalidade a UTFPR atua por meio de dois projetos financiados pelo MEC: (i) o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB); e (ii) o projeto da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). Ambos oferecem ensino gratuito, na modalidade a distância, em nível de especialização e técnico de Nível Médio, respectivamente.

A partir das novas regras estabelecidas no Decreto N.º 9.057, a UTFPR irá incentivar e apoiar ações na modalidade de EAD independentes de projetos de governo.

3.1.6 Cursos de Extensão

A Extensão Universitária está sendo continuamente expandida e fortalecida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Diversas ações são fomentadas pela Diretoria de Extensão (DIREXT) da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC), apoiadas pelos Diretores das Diretorias de Relações Empresariais (DIREC) dos 13 câmpus da UTFPR. Estas ações visam à consolidação das atividades e políticas extensionistas, devendo atender a uma mais ampla gama de problemas e pessoas, e em especial, àquelas parcelas da sociedade que não têm acesso aos bens científicos e culturais, produzidos ou sistematizados pelo saber humano.

Para dar suporte às atividades de extensão, a DIREXT conta com assessorias nas áreas temáticas de extensão em Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, e Trabalho e Produção. O planejamento, estabelecimento de metas e formas de acompanhamento em todos os câmpus são realizados por meio de dois encontros presenciais por ano e reuniões quinzenais via webconferência com os Departamentos de Extensão.

Os cursos de extensão são estruturados com base nas seguintes orientações: (i) são propostos por iniciativa dos servidores (cursos abertos) ou demandados por instituições externas (cursos fechados); (ii) os participantes são pessoas da comunidade (para cursos abertos) ou grupo de funcionários (para cursos fechados); (iii) são ofertados em diversas áreas do conhecimento para as quais há a competência interna; (iv) são de curta duração; e (v) ao final o participante recebe um certificado de conclusão.

No intuito de adequar-se ao aumento das propostas de extensão em programas, projetos, cursos e eventos estabeleceu-se em 2017 a meta de análise, revisão e atualização de todos os regulamentos pertinentes a extensão.

Para gerenciar as ações de extensão está sendo desenvolvido um Sistema Informatizado de Atividades de Extensão para registro das mesmas. Tal ferramenta eliminará o uso de papéis, automatizará os níveis de aprovação das propostas e possibilitará a geração de relatórios que atenderão demandas dos diversos órgãos de interesse e auditorias.

Em 2017 a PROREC/DIREXT firmou parceria com a Fundação Araucária, angariando 68 bolsas para estudantes vinculados a projetos de extensão. Somando-se às bolsas internas, com recursos da PROREC, o edital de 2017 contemplou 161 projetos com bolsistas. O intuito, com isso, é fomentar projetos de Extensão para que seja possível o atendimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024. Esta meta estabelece que seja ofertada aos estudantes a participação em projetos ou programas de Extensão que correspondam a pelo menos 10% da carga horária nos cursos de graduação.

Para conduzir o processo de inserção da extensão nos cursos foi estabelecido um diálogo com a PROGRAD que gerencia o Sistema Acadêmico. Dessa forma as atividades serão cadastradas no Sistema Acadêmico e constarão no histórico escolar dos discentes.

3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Como Políticas da PROGRAD para o atendimento das diretrizes pedagógicas, consolidam-se os Fóruns para construção das diretrizes curriculares institucionais. Com a aprovação, pelo COUNI, em 05/06/2009, do Regimento Geral, a UTFPR estruturou o Departamento de Educação, vinculado à PROGRAD. Dentre as suas principais competências regimentais, este Departamento desenvolve as seguintes ações:

- a) Criação, implantação e desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Profissional Docente I e II – PDPD I e PDPD II, que pretende suscitar novas temáticas para aperfeiçoamento docente, incentivar a participação em eventos relativos à docência, propor melhorias para o desenvolvimento do processo Ensino-aprendizagem numa rede de construção colaborativa e significativa do desenvolvimento humano, científico e pedagógico, com caráter contínuo, dialógico e formativo, envolvendo docentes, iniciantes e experientes, almejando o desenvolvimento do Ensino Superior na UTFPR, mediados por encontros presenciais e virtuais.
- b) propor diretrizes, coordenar a atuação e os procedimentos dos Departamentos de Educação dos Câmpus;

- c) viabilizar o acesso a conhecimentos pedagógicos que contribuam para a constituição da identidade docente da UTFPR;
- d) estabelecer políticas para o Desenvolvimento Profissional Docente; e,
- e) contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e proporcionar suporte metodológico para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos;

Também, vinculado ao Departamento de Educação nos câmpus, está estruturado o Núcleo de Ensino, responsável por: (i) executar a política de formação continuada dos docentes; (ii) apoiar didática e pedagogicamente os docentes; (iii) coordenar e ministrar as disciplinas pedagógicas comuns dos cursos de licenciatura e (iv) propor e executar ações relacionadas ao programa de Desenvolvimento Profissional Docente.

3.2.1 Perfil do Egresso da UTFPR

As oportunidades do mundo do trabalho, principalmente aquelas demandantes de elevado conhecimento científico e tecnológico, exigem os saberes adquiridos nos bancos Acadêmicos. Porém, não se limitam a eles, pois ensejam um perfil profissional com capacidade de interagir em situações novas e em constante transformação, desenvolvendo competências e habilidades, segundo as expectativas atuais e, ao mesmo tempo, de uma forma flexível, para que possa adaptar-se a diferentes perspectivas futuras, tendo em vista as novas demandas de funções sociais e os novos campos de atuação, que vêm emergindo continuamente.

Os cursos da UTFPR, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, deverão dar ênfase à ampla formação, que proporcione atitudes interativas e que valorize a atualização constante, promovendo estratégias e métodos de intervenção, cooperação, análise e reflexão, construindo um processo colaborativo e investigativo no âmbito da educação tecnológica, na vivência com os problemas reais da sociedade, voltados para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo e aplicando a tecnologia e buscando alternativas inovadoras para resolução de problemas.

3.2.2 Seleção de Conteúdos

Na concepção dos PPCs são considerados os seguintes componentes: (i) a Legislação Nacional; (ii) as políticas e DCIs específicas para cada nível ou modalidade de curso; (iii) as

recomendações dos Conselhos Profissionais ou Conselhos de Classe; e (iv) o levantamento das demandas profissionais locais e regionais. Ainda, a elaboração dos PPCs tem, no mínimo, as seguintes premissas:

- a) Perfil do egresso que assegure as competências, habilidades e atitudes para um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capaz de absorver novas tecnologias e que considera os aspectos globais que interferem na sociedade;
- b) projetos elaborados com articulação entre a teoria e a prática;
- c) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) indicação ao atendimento da flexibilidade como característica fundamental na estrutura curricular;
- e) construção do projeto orientado para permitir a mobilidade acadêmica;
- f) incentivo à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, processo para promover a integração das diferentes áreas de conhecimento ao longo do curso;
- g) incentivo à interação da graduação com a pós-graduação;
- h) previsão de disciplinas na modalidade de EaD;
- i) utilização de carga horária complementar;
- j) inclusão de atividades complementares, integradas à estrutura curricular;
- k) inserção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos cursos de graduação;
- e
- l) obrigatoriedade do Estágio Curricular Supervisionado em todos os cursos.

3.2.3 Processo de Avaliação

Para consolidação dos PPCs, os cursos devem estar em permanente processo de avaliação e em articulação com a Avaliação Institucional e Nacional.

Com relação à avaliação do discente, o rendimento será desenvolvido por meio da frequência e avaliação do desempenho acadêmico, conforme previsto nos Regulamentos da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos da UTFPR. Com base nos pressupostos teóricos atuais, desenvolver os seguintes processos:

- I. Elaborar um processo avaliativo a partir das emergentes formas de ensinar e aprender;
- II. implementar um processo avaliativo para reorientar a prática docente;
- III. conscientizar os educandos sobre a condução de seu percurso de aprendizagem;
- IV. constituir propostas teóricas, metodológicas e instrumentais de avaliação diagnóstica, contínua e formativa que considere a realidade educacional por meio de práticas avaliativas que demonstrem coerência e compromisso com o processo de aprendizagem, o processo/instrumento de acompanhamento, mediação, diálogo e intervenção mútua entre o ensino e aprendizagem;
- V. reconstruir os nossos instrumentos de avaliação, a fim de que os alunos sejam acompanhados e estimulados constantemente, em função dos conhecimentos que tenham sido capazes de construir, a avaliação expressa por meio de procedimentos que envolvam processos contínuos e cumulativos que apresentem significância.

As avaliações realizadas no Estágio Curricular Obrigatório e no TCC seguem regulamentações próprias da UTFPR.

3.2.1 Atividades Complementares

As Atividades Complementares, previstas nos PPCs, possuem regulamentação própria e são componentes curriculares que objetivam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando o desenvolvimento de:

- a) atividades de complementação da formação social, humana e cultural envolvendo, entre outros, atividades esportivas, cursos de língua estrangeira, práticas artísticas e culturais, organização de exposições e seminários de caráter artístico, cultural ou científico;
- b) atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo envolvendo, entre outros: participação em órgãos de representação estudantil, participação em trabalho voluntário, ações comunitárias e ações beneficentes, engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar e participação em projetos de extensão, não remunerados, de interesse social;
- c) atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional envolvendo,

entre outros: participação em cursos e palestras, participação em congressos e seminários técnico-científicos, participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, publicações em revistas técnicas, participação em visitas técnicas e estágio não obrigatório na área do curso.

3.2.1.1. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado na UTFPR, obrigatório para todos os cursos de nível técnico e de graduação, visa à complementação do processo ensino-aprendizagem e tem como objetivos: (i) facilitar a futura inserção do estudante no mundo de trabalho; (ii) servir como mecanismo de relacionamento entre a UTFPR e as entidades concedentes de estágio; e (iii) propiciar a adaptação social e psicológica do estudante à futura atividade profissional.

O Sistema de Estágios da UTFPR, funcionando de modo integrado em cada câmpus, permite que: (i) empresas se cadastrem para ofertar estágios; (ii) empresas cadastrem ofertas de estágios e empregos; e (iii) que as atividades de estágio sejam acompanhadas e supervisionadas.

Atualmente, a UTFPR possui um cadastro com mais de 10.500 empresas e instituições conveniadas. O objetivo é acrescentar mais 2.200 entidades concedentes de estágio/emprego (cinco empresas por mês, por câmpus, ao longo de 2018 a 2021) no cadastro até 2021, devidamente validadas pelas coordenações de curso. Este processo de qualificação da vaga de estágio busca assegurar a consonância da atividade desenvolvida pelo estudante com a sua área de formação.

Destaca-se que a UTFPR atende na íntegra, desde 24/09/2008, a Lei no. 11.788, também conhecida como a Lei do Estágio.

3.2.1.2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para os cursos de graduação e possui regulamentação própria.

Os objetivos do TCC são:

- a) desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa e desenvolvimento;
- b) desenvolver a capacidade de planejamento e de disciplina para resolver

- problemas no âmbito das diversas áreas de formação;
- c) estimular o espírito empreendedor por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos;
- d) intensificar a extensão universitária por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade;
- e) estimular a interdisciplinaridade; e
- f) estimular a inovação tecnológica e a construção do conhecimento coletivo.

3.2.1.3. Inovação e Empreendedorismo

A área de Inovação, como um dos ramos de atuação da Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC), está representada pela Agência de Inovação Tecnológica (AGINT). Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), por sua vez, realizam o mesmo papel dentro das Diretorias Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) de cada câmpus.

Assim, os NITS, coordenados pela AGINT, têm a responsabilidade de realizar as ações de disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual (PI) nos treze câmpus da UTFPR. De forma contínua, estas ações são realizadas através de workshops, palestras e cursos, bem como através da Proteção do Conhecimento Tecnológico gerado na UTFPR. A motivação, o fomento ao processo de submissão e o registro da PI junto ao Instituto Nacional de Patentes (INPI) são atividades diárias realizadas pelas equipes multidisciplinares que atuam no binômio AGINT-NIT.

Pode-se ainda ressaltar a divulgação, a gestão, a promoção e a posterior transferência ou licenciamento das PI registradas, como atividades que complementam as já citadas. Como exemplo da importância do papel da AGINT e dos NITs, o mecanismo de transferência ou licenciamento é um meio efetivo de transferência de capital tecnológico da UTFPR para a sociedade, garantindo o cumprimento do papel primordial da Universidade como agente transformador da comunidade da qual faz parte. O Portfólio de Propriedade Intelectual conta, até o fim de 2017, com 193 pedidos de proteção, sendo que 54 já foram concedidos: 7 patentes de invenção, 5 marcas, 40 programas de computador e 2 topografias de circuitos integrados.

Por sua vez, outro importante ramo da PROREC, a área de Empreendedorismo, também representada pela AGINT por sua forte interação com a Inovação, envolve o

despertar do empreendedorismo nos estudantes, egressos e servidores da UTFPR. Os mecanismos institucionais de apoio compreendem:

- a) O Hotel Tecnológico (HT), o qual viabiliza uma pré-incubação para o desenvolvimento de projetos e ideias com ênfase em tecnologia e inovação. Até 2017, 363 projetos foram hospedados nos Hotéis Tecnológicos.
- b) A Incubadora de Inovações Tecnológicas (IUT), a qual viabiliza a incubação de empresas de base tecnológica da comunidade interna ou externa. 121 empresas foram incubadas nas Incubadoras de Inovações Tecnológicas.
- c) As empresas juniores (EJr), a quais são constituídas por acadêmicos das áreas de formação da UTFPR.
- d) O Programa de Empreendedorismo e Inovação (PROEM). Com mais de 20 anos de atuação. O PROEM propicia, além de assessoria de gestão, a participação dos pré-incubados, incubados e estudantes das empresas juniores, em treinamentos, eventos cursos e seminários. De forma mais ampla, através do PROEM, professores, pesquisadores, estudantes e ex-alunos empreendedores da Instituição são motivados a desenvolverem suas boas ideias a partir da estrutura e ambiente privilegiados. O PROEM já está implantado na maioria dos câmpus, de acordo com as condições de infraestrutura, notadamente de espaços e de recursos humanos disponíveis.

Como fomento às áreas de inovação e empreendedorismo, a PROREC distribuiu, somente em 2016, 24 bolsas para fomentar os projetos hospedados nos Hotéis Tecnológicos e 26 bolsas de Inovação da UTFPR. Além destas bolsas, recursos orçamentários foram distribuídos para os NITs realizarem ações de fomento junto aos câmpus, bem como foram alocados recursos para realização do Seminário de Extensão e Inovação da UTFPR, importante evento que tem por objetivo apresentar propostas e experiências, bem como promover discussões acerca do papel de cada um na composição da construção de uma forte política de inovação e extensão na Universidade, proporcionando a integração de todos, oportunizando trocas de saberes, de ideias, e garantindo espaço para o diálogo múltiplo e multicultural.

3.3 INOVAÇÕES CURRICULARES

Mesmo antes de sua transformação, a UTFPR discute as inovações curriculares a serem implantadas nos cursos, em função do nível ou modalidade de ensino, a seguir relatadas.

3.3.1 Complemento de Carga Horária

As Diretrizes Curriculares Institucionais (CDIs) dos cursos de graduação da UTFPR incluem o conceito de Complemento de Carga Horária (CCH). O CCH são atividades desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais e devem estar previstas no PPC e nos Planos de Ensino das disciplinas que as utilizarem. Considera-se como CCH: práticas em laboratório, desenvolvimento de projetos, estudos dirigidos, trabalhos individuais e em grupo, atividades de campo, oficinas, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, práticas de ensino e atividades específicas dos cursos de licenciatura, dentre outras.

3.3.2 Ensino Presencial, Semipresencial e Não Presencial

As DCIs dos cursos de graduação da UTFPR preveem a utilização de no máximo 20% (vinte por cento) da carga horária total na modalidade não presencial, nos cursos de graduação reconhecidos.

Desta forma, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação presencial, poderão ofertar o percentual supracitado não presencial, excetuando-se a carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares, nas disciplinas semipresenciais ou não presenciais aprovadas na Resolução n. 084/2017-COGEP.

3.3.3 Projetos Interdisciplinares

Os projetos integradores interdisciplinares, em algumas etapas do curso ou entre algumas disciplinas, tendem a proporcionar uma visão do todo e uma motivação maior dos discentes em função de aplicações mais significativas dos conhecimentos adquiridos.

Alguns dos objetivos dos projetos integradores interdisciplinares são: (i) a abordagem multidisciplinar com vistas à solução de um problema na área do curso; (ii) o relacionamento dos conceitos teóricos vistos em sala de aula com aplicações práticas; (iii) a aquisição de visão integrada entre as diversas áreas do curso; (iv) o fomento de atividades associadas à pesquisa e ao desenvolvimento; (v) o estímulo à criatividade e à articulação dos conhecimentos; e (vi) o desenvolvimento no estudante do espírito de trabalho colaborativo.

3.3.4 Avanços Tecnológicos

A integração das TICs aos processos de aprendizagem pode constituir um fator de inovação pedagógica, porém cabe ao docente transformar-se de simples transmissor de conhecimentos em organizador de aprendizagens. Neste sentido, o docente pode proporcionar ao estudante os meios necessários para aprender a obter a informação, construir o conhecimento e adquirir competências, desenvolvendo simultaneamente o espírito crítico, pois as novas gerações crescentemente têm outros modos de aprendizagem, baseados em estruturas não lineares, completamente diferentes da estrutura sequencial.

A infraestrutura de TICs para EAD na UTFPR encontra-se em fase de ampliação para a viabilização de cursos de graduação à distância com a interatividade que se faz necessária.

4 CORPO DOCENTE

O corpo efetivo de docentes da UTFPR é constituído por professores da carreira do Magistério Federal, que compreende os cargos do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior. O corpo docente está abrangido no Banco de Professor Equivalente, regulamentado pelo Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011.

Os docentes efetivos podem ser substituídos nas hipóteses previstas no Decreto nº 7.485, por professores substitutos, no limite de até 20% do quadro ocupado efetivo. A contratação de professores visitantes também possui regulamentação legal específica.

4.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Os requisitos de titulação para a admissão de docentes para o quadro efetivo são definidos nos editais de concurso público e possuem as regras estabelecidas pela Lei nº 12.772/2012 para a titulação exigida. A legislação citada exige a titulação de doutor para o ingresso na carreira do Magistério Federal, para o cargo de Magistério Superior.

Na UTFPR, não há mais previsão de provimentos efetivos para o cargo de Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, sendo possível apenas a contratação de docentes substitutos para atender às hipóteses previstas na legislação que versa sobre o tema.

4.2 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE

4.2.1 Experiência no Magistério Superior

Quando do concurso público para ingresso na UTFPR, a experiência acadêmica como professor no Magistério Superior, é pontuada na prova de títulos. Após o ingresso na Instituição, a experiência continua sendo qualificada na avaliação do docente, pontuando especificamente nos critérios acadêmicos (formação e atualização continuada), pedagógicos e na produção institucional.

4.2.2 Experiência Profissional Não Acadêmica

Quando do concurso público para ingresso na UTFPR, o edital estabelece que a experiência não acadêmica, desde que vinculada à atividade profissional na área do concurso, seja pontuada na prova de títulos.

4.3 POLÍTICAS PARA O CORPO DOCENTE

4.3.1 De Qualificação

A UTFPR incentiva a qualificação de seus docentes na obtenção da titulação *stricto sensu*, havendo regras internas aprovadas pelos Conselhos Superiores para a ordenação das solicitações de afastamento junto às áreas acadêmicas e substituições dos professores liberados. No afastamento, o docente é liberado de todas as suas atividades, devendo dedicar-se exclusivamente à sua qualificação.

A tabela 1 apresenta os indicadores de qualificação dos docentes da UTFPR, com posição em setembro de 2017.

Tabela 1 – Quantitativo de docentes efetivos, substitutos e temporários distribuídos por titulação.

Câmpus	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Apucarana	2	-	3	53	88	146
Campo Mourão	9	-	9	63	109	190
Cornélio Procópio	-	-	23	73	127	223
Curitiba	14	2	51	217	524	808
Dois Vizinhos	3	-	9	33	117	162
Francisco Beltrão	1	-	3	33	60	97
Guarapuava	4	-	-	45	29	78
Londrina	-	-	3	33	131	167
Medianeira	1	-	9	79	99	188
Pato Branco	5	-	18	120	192	335
Ponta Grossa	-	-	7	56	150	213
Reitoria	-	-	-	15	33	48
Santa Helena	-	-	-	13	29	42
Toledo	3	-	6	52	63	124
TOTAL	42	2	141	885	1751	2821

Fonte: Sistema Relatório Geral Parametrizável de Servidor

A meta da UTFPR é elevar todos os docentes à titulação mínima de especialista, incentivando, ainda, a capacitação via educação continuada.

4.3.2 Do Plano de Carreira

Na UTFPR, a carreira docente está separada em Carreira do Magistério Superior e Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Ambas regulamentadas pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Essas carreiras são compostas de classes e níveis, com acesso às classes vinculadas à titulação acadêmica e à mudança de níveis relacionados ao desempenho acadêmico.

4.3.3 Do Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos servidores docentes é definido em lei, podendo ser de tempo parcial (20 horas), tempo integral (40 horas) ou Dedicação Exclusiva (DE). No caso do DE, o docente fica impedido de possuir outra atividade remunerada, pública ou privada. É política da UTFPR a contratação no regime DE.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de docentes da UTFPR distribuídos por regime de trabalho, com posição em setembro 2017.

Tabela 2 – Quadro de docentes efetivos, substitutos e temporários distribuídos por regime de trabalho.

Câmpus	Regime de Trabalho			
	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva	TOTAL
Apucarana	-	14	132	146
Campo Mourão	-	30	160	190
Cornélio Procopio	-	28	195	223
Curitiba	15	85	708	808
Dois Vizinhos	3	17	142	162
Francisco Beltrão	-	11	86	97
Guarapuava	-	12	66	78
Londrina	-	13	154	167
Medianeira	-	22	166	188
Pato Branco	9	42	284	335
Ponta Grossa	2	24	187	213
Reitoria	-	-	48	48
Santa Helena	-	-	42	42
Toledo	1	20	103	124
Total	30	318	2.473	2.821

Fonte: Sistema Relatório Geral Parametrizável de Servidor

5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 Critérios de Seleção e Contratação

Os servidores para o quadro técnico-administrativo somente podem ser contratados por meio de concurso público, na forma da legislação vigente, para cargos específicos, identificados no edital de seleção.

5.2 Políticas para o Corpo Técnico-Administrativo

5.2.1 De Qualificação

Os servidores técnico-administrativos possuem cargos específicos. O Decreto nº 5.825, de 29/06/2006, estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

A tabela 3 apresenta o quantitativo de servidores técnico-administrativos distribuídos por titulação, com situação em setembro de 2017.

Tabela 3 – Servidores técnico-administrativos distribuídos por titulação.

Câmpus	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
Apucarana	-	1	9	45	10	1	66
Campo Mourão	-	-	10	48	16	2	76
Cornélio Procopio	1	4	21	54	10	-	90
Curitiba	6	20	58	107	22	4	217
Dois Vizinhos	-	2	6	32	14	4	58
Francisco Beltrão	-	-	6	26	12	-	44
Guarapuava	-	1	13	22	5	1	42
Londrina	-	1	8	37	18	4	68
Medianeira	1	13	11	41	23	2	91
Pato Branco	-	3	14	52	20	2	91
Ponta Grossa	1	1	19	49	14	1	85
Reitoria	-	3	28	70	34	4	139
Santa Helena	-	2	10	10	4	1	27
Toledo	-	1	15	30	11	4	61
Total	9	52	228	623	213	30	1.155

Fonte: Sistema Relatório Geral Parametrizável de Servidor

5.2.2 Do Plano de Carreira

A carreira dos servidores técnico-administrativos, regulamentada pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005, que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), possui os cargos escalonados em níveis de classificação (A, B, C, D e E), sendo estes divididos em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), cuja forma de acesso se dá por meio de participação do servidor em programas de capacitação e desenvolvimento, e 16 padrões de vencimento para cada nível de classificação, com mudança por meio da avaliação de desempenho.

A evolução na carreira ocorre por meio de capacitação, na forma de legislação, do mérito profissional. Essa lei também prevê o incentivo à qualificação dos servidores técnico-administrativos, conforme regulamentado em decretos específicos.

5.2.3 Do Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos servidores técnico-administrativos da UTFPR está definido na Lei nº 8.112/90, sendo a jornada tratada pelo Decreto 1590/95 e cabendo à UTFPR unicamente adequar o cumprimento do horário ao funcionamento da Instituição.

5.3 Política de Qualificação para Docentes e Técnicos-Administrativos

A UTFPR oportuniza o aprimoramento na área de atuação do servidor, incentivando a formação e a atualização continuada, aspectos administrativos e produção institucional por meio do desempenho funcional aferido anualmente.

As ações que visam à capacitação são integradas e contínuas, a fim de aperfeiçoar o servidor, contemplando ao longo da vida profissional as diversas interfaces que ele possui dentro e fora da Instituição a que pertence, sendo foco importante o treinamento e o desenvolvimento sob a responsabilidade da área de Gestão de Pessoas.

A capacitação é realizada visando atender às demandas da comunidade interna, previstas no Plano Anual de Capacitação, estimulando o relacionamento interdepartamental, orientada pela Política de Capacitação da UTFPR.

Cada câmpus elabora um Plano Anual de Capacitação. Além das ações internas, também é possibilitada a participação de servidores em ações de capacitação ofertadas por

outras instituições. Há, também, preocupação da Instituição com a área humanística e com a formação de servidores nos diversos níveis do ensino regular.

O Programa de Capacitação da UTFPR abrange diversas ações, entre as quais:

- a. integração de novos docentes, técnicos-administrativos e estagiários;
- b. parcerias para participação em cursos de graduação e especialização EAD;
- c. ações de promoção da melhoria da qualidade de vida;
- d. cursos de extensão ou aperfeiçoamento profissional; e
- e. participações em congressos, seminários, *workshops*, visitas técnicas, entre outros.

6 CORPO DISCENTE

6.1 Formas de Acesso aos Cursos da UTFPR

6.1.1 Formas de Acesso aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Os cursos de educação profissional técnica de Nível Médio são destinados aos egressos do Ensino Fundamental e o acesso a estes cursos pode ocorrer de duas formas: (i) por processo seletivo, denominado de Exame de Seleção, definido em edital público; e (ii) por meio de transferência interna ou externa.

Na existência de vagas para transferência do segundo período em diante nos cursos, estas podem ser ocupadas por requerimento de transferência dirigido ao Diretor de Graduação e Educação Profissional.

Desde 2008, de acordo com a Deliberação nº. 12/07 de 14/09/2007 do COUNI, foi estabelecida a reserva de 50% das vagas dos cursos da educação profissional técnica de Nível Médio, para estudantes que concluíram sua formação integralmente em escolas públicas, no nível de estudos anterior à UTFPR.

6.1.2 Formas de Acesso aos Cursos de Graduação

O ingresso aos cursos de graduação a partir do 1º semestre de 2010 passou a ser exclusivamente com classificação pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do SiSU.

Outra maneira de ingressar nos cursos de graduação da UTFPR é pela transferência interna ou externa.

Na existência de vagas a partir do segundo período nos cursos, estas são ofertadas à comunidade interna ou externa por intermédio de edital específico.

Para os portadores de diploma de cursos de graduação existe a oportunidade de ingressar por meio de edital de aproveitamento de curso.

Atualmente a UTFPR, atendendo a Lei 12.711 de 2012 oferta oito categorias de cotistas tanto para os cursos de graduação quanto para os cursos técnicos, a saber:

- a) C1c – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita, que não se declarou preto, pardo ou indígena;
- b) C1s – cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita, que não se declarou preto, pardo ou indígena;
- c) C2c – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- d) C2s – cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- e) C3c – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), que não se declarou preto, pardo ou indígena;
- f) C3s – cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação), que não se declarou preto, pardo ou indígena;
- g) C4c – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- h) C4s – cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto, pardo ou indígena.

6.1.2 Formas de Acesso aos Cursos de Pós-Graduação

O acesso aos cursos de pós-graduação se faz por meio de processo seletivo, de acordo com exigências previstas em edital público especialmente elaboradas para cada curso.

6.1.3 Formas de Acesso aos Cursos de Extensão

Os cursos de extensão podem ser organizados em duas modalidades:

- 1) Cursos abertos, de qualquer natureza e nível, ofertados por iniciativa dos servidores ou departamentos, e destinados à comunidade em geral. O mecanismo de ingresso para estes cursos é definido em edital próprio. Neste tipo de curso há uma reserva de 10% (dez por cento) das vagas que poderão ser destinadas aos servidores, visando à política de capacitação de recursos humanos da Instituição; e
- 2) Cursos fechados, de qualquer natureza e nível, formatados por solicitação de instituições e empresas, nas instalações da UTFPR ou em localização proposta pela demandante, com clientela por ela definida. Neste tipo de curso, o mecanismo de ingresso se dá a partir de uma lista de candidatos enviada pela empresa ou instituição. Normalmente, exigem-se pré-requisitos que devem ser atendidos pelo candidato.

6.2 PROGRAMAS DE APOIO AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

6.2.1 Apoio Pedagógico

O apoio ao processo didático-pedagógico ocorre na UTFPR pelo desenvolvimento de programas nos quais são envolvidos estudantes e professores orientadores. A efetividade destas ações é acompanhada pelos coordenadores de curso a partir de informações levantadas pelos Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e Apoio ao Estudantil (NUAPES).

6.2.1.1 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria da UTFPR tem como objetivos, apoiar o aprendizado dos estudantes do curso, visando contribuir para sua formação acadêmica, estimulando o desenvolvimento de práticas que possibilitem inovações curriculares, adequadas ao princípio da flexibilidade e que prezem pela construção de itinerários formativos diversificados. Oportunizando a participação do monitor na vida universitária em situações extracurriculares e que o conduzam à formação científica, técnica, cidadã e humana. Podendo também, contribuir para o desenvolvimento de novos recursos de ensino e na produção de material de apoio que aprimore o processo ensino-aprendizagem por meio de um objeto educacional como resultado da monitoria, poderá assumir os mais variados

formatos, tais como: materiais didáticos e instrucionais, aplicativos, elaboração de tutorial para estudo autodirigido, elaboração de produtos midiáticos, softwares, propostas de intervenção no processo ensino-aprendizagem, dentre outros. A Tabela 4 registra a quantidade de estudantes selecionados em 2017.

Tabela 4 – Quantitativo dos estudantes participantes do Programa de Monitoria 2017.

Câmpus	1º semestre		2º semestre	
	Com bolsa	Voluntário	Com bolsa	Voluntário
AP	24	14	22	17
CM	36	10	28	18
CP	42	6	40	7
CT	76	18	68	16
DV	30	10	19	22
FB	17	10	15	16
GP	15	17	16	14
LD	29	7	12	7
MD	28	2	25	2
PB	59	38	54	44
PG	39	28	39	38
SH	7	1	6	4
TD	22	14	28	27
Total	424	175	372	232

O desenvolvimento desta atividade é normatizado por regulamento próprio.

6.2.1.1. Programas Institucionais de Interação entre o Ensino de Pós-Graduação e Ensino de Graduação

6.2.1.3.1 Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é apresentado na tabela 5, que demonstra a evolução do número de bolsas e as respectivas fontes de financiamento, tendo como referência setembro de 2017. O programa atinge alunos de todos os câmpus da UTFPR.

Tabela 5 – Número de bolsas de iniciação científica (PIBIC).

Órgão de Fomento	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
CNPq	70	72	72	72	66	82
FUNTEF-PR	-	-	-	-	0	0
UTFPR	60	60	90	90	112	76
Fundação Araucária	135	135	123	120	116	116
Total	265	267	285	282	294	274

A tabela 6 mostra a distribuição de bolsas para o PIBIC por câmpus da UTFPR.

Tabela 6 – Número de bolsas PIBIC por câmpus da UTFPR em setembro/2017.

Câmpus	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
AP	05	12	15	15	15	15
CM	23	23	28	11	18	06
CP	16	15	16	17	19	22
CT	74	76	70	83	81	90
DV	25	25	25	27	27	25
FB	09	09	10	09	11	11
GP	00	01	01	01	00	00
LD	20	21	31	25	23	16
MD	15	15	17	15	14	07
PB	41	37	42	37	39	36
PG	33	32	36	28	30	27
SH	-	-	-	04	09	08
TD	04	04	05	09	10	11
Total	265	267	285	282	294	274

6.2.1.3.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI)

A tabela 7 mostra o número de bolsas e as respectivas fontes de financiamento para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI), tendo como referência setembro de 2017.

Tabela 7 – Número de bolsas de iniciação tecnológica (PIBITI)

Órgão de Fomento	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
CNPq	50	48	48	34	43
FUNTEF-PR	-	-	-	-	-
UTFPR	6	21	21	35	20
Fundação Araucária	-	13	30	29	29
Total	56	82	99	98	92

A tabela 8 mostra a distribuição de bolsas por câmpus da UTFPR.

Tabela 8 – Número de bolsas de iniciação tecnológica do programa PIBITI por câmpus da UTFPR.

Câmpus	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
AP	2	2	1	4	2
CM	4	2	3	6	5
CP	2	4	9	5	8
CT	16	26	29	27	18
DV	10	16	20	16	20
FB	2	2	5	3	6
GP	-	-	1	1	0
LD	5	8	11	10	10
MD	2	4	4	5	8
PB	7	9	8	9	6
PG	6	9	8	7	6
SH	-	-	0	1	1
TD	-	0	0	4	2
Total	56	82	99	98	92

6.2.1.1.3 Programa de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão Social em Atividades de Pesquisa

A tabela 9 mostra o número de bolsas e as respectivas fontes de financiamento para o Programa de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão Social em Atividades de Pesquisa, tendo como referência setembro de 2017.

Tabela 9 – Número de bolsas de Apoio a Ações Afirmativas

Órgão de Fomento	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
CNPq	10	10	10	10	08	10
UTFPR	-	-	-	-	-	-
Fundação Araucária	60	60	56	56	53	57
Total	70	70	66	66	61	67

O Programa deverá ser expandido, em termos de quantidade de bolsas, com o aporte de recursos próprios e oriundos de outras fontes de fomento.

6.2.1.1.4 Programa de Bolsas de Iniciação Científica para Alunos do Ensino Técnico e Médio (PIBIC-JR)

A tabela 10 mostra o número de bolsas e as respectivas fontes de financiamento para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica para alunos do Ensino Técnico e Médio (PIBIC-JR), tendo como referência setembro de 2017.

Tabela 10 – Número de Bolsas de Iniciação Científica para alunos do Ensino Técnico e Médio.

Órgão de Fomento	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
CNPq	100	100	100	100	100	100
UTFPR	-	-	-	-	-	-
Fundação Araucária	96	96	70	70	00	00
Total	196	196	170	170	100	100

Programa deverá ser expandido, em termos de quantidade de bolsas, com o aporte de recursos próprios e oriundos de outras fontes de fomento.

6.2.1.2. Programa de Educação Tutorial

O Programa de Educação Tutorial (PET) é composto por grupos tutoriais de aprendizagem e tem por objetivo propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares. Busca, ainda, proporcionar vivências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

O PET é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O quadro 13 apresenta os grupos PET da UTFPR em funcionamento em 2017.

Quadro 13 - Grupos PET da UTFPR

Curso	Câmpus	Início	Número de Bolsistas
Agronomia	Pato Branco	2006	12
Zootecnia	Dois Vizinhos	2007	12
Engenharia Industrial Elétrica - Eletrônica/ Telecomunicações	Curitiba	2008	12
Engenharia Florestal	Dois Vizinhos	2010	12
Engenharia Civil	Campo Mourão	2011	10
Computando Culturas e Equidade	Curitiba	2011	12
Engenharia de Computação	Curitiba	2011	10
Políticas Públicas	Curitiba	2011	7
Agricultura Familiar	Dois Vizinhos	2011	10
Produção Leiteira	Dois Vizinhos	2011	4

Quadro 13 - Grupos PET da UTFPR

Curso	Câmpus	Início	Número de Bolsistas
Tecnologia em Alimentos	Francisco Beltrão	2011	4
Tecnologia em Alimentos	Londrina	2011	12
Ambiental	Medianeira	2011	12

Fonte: PROREC

Os grupos deverão ser expandidos, em termos de quantidade de participantes nos próximos anos.

6.2.2 Programa de Bolsa de Extensão Universitária

O Programa de Bolsas de Extensão da UTFPR é uma iniciativa da Reitoria e da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias, a partir de recursos próprios da Instituição, propiciando a participação de estudantes em ações de extensão, vinculadas a projetos de extensão, coordenados por servidor da UTFPR.

O Programa visa contribuir para a transformação social das comunidades interna e externa. As atividades de extensão devem envolver a realização de ações integradas (ensino, pesquisa e extensão) nas áreas temáticas, contempladas pelo Plano Nacional de Extensão: (1) Saúde, (2) Educação, (3) Cultura, (4) Tecnologia, (5) Direitos Humanos, (6) Trabalho, (7) Meio ambiente e (8) Comunicação.

O Programa busca a expansão, em termos de quantidade de bolsas, com o aporte de recursos próprios e oriundos de outras fontes de fomento. Em 2017 a PROREC/DIREXT firmou parceria com a Fundação Araucária e angariaram 68 bolsas para estudantes vinculados a projetos de extensão. Somando-se às bolsas internas, com recursos da PROREC, o edital de 2017 contemplou 161 projetos com bolsistas.

O intuito, com isso, é fomentar projetos de extensão para que seja possível o atendimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024. Esta meta estabelece que seja ofertada aos estudantes a participação em projetos ou programas de extensão que correspondam a pelo menos 10% da carga horária nos cursos de graduação.

6.2.3 Programa de Auxílio Estudantil

A área de assistência estudantil é responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das ações atinentes aos estudantes contribuindo para a sua permanência, progressão curricular e com a conclusão de seus respectivos cursos.

O Programa Auxílio estudantil da UTFPR compreende o desenvolvimento das seguintes ações aos estudantes participantes, visando:

- I. Permanência Básica: entende-se por todas as medidas que visam prestar suporte financeiro, acesso à alimentação nos Restaurantes Universitários (RU) ao estudante de modo a apoiá-lo durante a realização de seu curso, contribuindo com a manutenção do seu vínculo com a UTFPR, de acordo com os recursos disponíveis;
- II. Culturais, desportivas e artísticas: entende-se por todas as ações que contribuem para a permanência do estudante relacionadas ao desenvolvimento humano, que integra aspectos como a qualidade de vida, bem-estar individual e social. Tais ações serão orientadas por editais publicados regularmente pela instituição;
- III. Emergenciais: têm a finalidade de apoiar o estudante, com o objetivo de atenuar ocorrências eventuais, adversas e momentâneas de ordem socioeconômica, extemporâneas ao período de inscrição nas ações de Auxílio Estudantil, as quais, após avaliação socioeconômica devidamente fundamentada.

O Programa Auxílio Estudantil - PAE é destinado aos estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados de Graduação, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e *Stricto Sensu* da UTFPR. E, atende prioritariamente, os estudantes que comprovem renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio nacional, vigente à época do processo de seleção. O PAE-UTFPR distribui os seguintes benefícios: Auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio básico e auxílio de instalação, de acordo com edital específico. O de 2017 está disponível no seguinte sítio eletrônico: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/editais-prograd/edital-do-auxilio-estudantil-2017-anual>.

O programa poderá apoiar – condicionado à disponibilidade de recursos – estudantes cujas necessidades de deslocamento, de alimentação dentre outras, sejam impedimentos para o acesso e conclusão do curso ou de suas atividades acadêmicas, que se

encontram: i) vinculados aos cursos de educação a distância; ii) em mobilidade internacional e nacional.

Além do Programa interno de Auxílio Estudantil, a área de assistência estudantil coordena o Programa Bolsa Permanência do MEC que distribui bolsas aos estudantes de acordo com os critérios definidos no seguinte sítio eletrônico: <http://permanencia.mec.gov.br/>. Como também coordena a distribuição das bolsas PROMISAES do Programa PEC-G do MEC, <http://portal.mec.gov.br/pec-g>.

O Auxílio Emergencial visa apoiar os estudantes fornecendo ajuda de custo e acesso à alimentação principalmente a estudantes que sofrem abruptas mudanças em suas condições socioeconômicas ou de saúde que os impossibilitem de manter-se na Universidade.

Além das distribuições das bolsas a Assistência coordena as ações de Qualidade de Vida, Protagonismo Estudantil e Apoio à Participação em eventos.

O Protagonismo Estudantil constitui-se como um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais nos quais o estudante pode atuar como o ator principal. Assim, esta ação financia projetos propostos pelos estudantes da UTFPR por meio de edital anual específico.

A Qualidade de Vida constitui-se na expressão que indica as condições de vida de um ser humano, que envolve várias áreas, como o bem físico, mental, psicológico e emocional, relacionamentos sociais, como família e amigos, e também saúde, educação e outros parâmetros que afetam a vida humana. Esta ação proporciona bolsas aos projetos propostos pelas áreas estudantis voltados à melhoria da qualidade de vida em cada campus da UTFPR, por meio de edital anual.

O apoio a eventos se trata de um recurso destinado a fornecer ajuda de custo a estudantes que tiverem artigos aceitos em congressos nacionais ou internacionais ou periódicos.

O Seminário de Boas Práticas Estudantis é realizado anualmente envolvendo os estudantes contemplados com as bolsas de Protagonismo Estudantil, os servidores responsáveis pelos projetos de Qualidade de Vida e aberto a toda comunidade acadêmica da UTFPR.

6.3 Estímulo à Permanência

Podemos considerar como ações de estímulo a permanência os Programas de Auxílio Estudantil e de Bolsa Permanência do MEC, como também a rede de Restaurantes Universitários com preço único para todos os estudantes da Universidade. Os acompanhamentos psicológicos, sociais, pedagógicos e de atenção à saúde são desenvolvidos pelos DEPEDs/NUAPEs nos campi e estão contidos também no bojo das ações de permanência, porém, estes serviços estão limitados a quantidade de profissionais e de estruturas físicas de atendimento dos câmpus.

6.3.1 Departamento de Educação e Divisão de Assistência Estudantil

O Regimento Geral da UTFPR, nos artigos 47 e 48, apresenta o Departamento de Educação (DEPEDUC) e a Divisão de Assistência Estudantil (DIASA) que estão subordinados à PROGRAD.

Ao Departamento de Educação (DEPEDUC) compete assessorar a PROGRAD nos assuntos concernentes às diretrizes, regulamentação e políticas dos processos pedagógicos dos cursos, na formação inicial e continuada dos docentes, no acompanhamento de desempenho dos docentes, nos processos de avaliação institucional, e na compilação, gerenciamento e socialização da documentação educacional interna e externa.

À Divisão de Assistência Estudantil (DIASA) compete propor diretrizes, políticas e coordenação dos programas institucionais de assistência estudantil, análise e propostas para a redução de evasão e retenção acadêmica, propor ações para a redução dos problemas decorrentes de vulnerabilidade socioeconômica discente, de educação inclusiva e estabelecer políticas para o atendimento psicopedagógico aos discentes.

Estão instalados nos câmpus o Departamento de Educação (DEPED) que está estruturado em dois Núcleos: (i) o Núcleo de Ensino (NUENS) que executa as ações relacionadas ao apoio pedagógico aos cursos de graduação e educação profissional propostas pelo DEPEDUC; e (ii) o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Apoio Estudantil (NUAPE) que desenvolve ações de acompanhamento pedagógico, psicológico e assistencial aos discentes, com vistas a sua permanência e promoção de aprimoramento no processo de ensino-aprendizagem, propostas pelo DIASA.

Ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais NAPNE compete a viabilização das ações de educação inclusiva e o atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas. Os componentes desse Núcleo deverão integrar o Núcleo de Acessibilidade que deverá ser criado em conjunto com a PROREC e PROPPG com vistas às ações de acessibilidade no ensino, pesquisa e extensão da UTFPR.

6.3.2 Serviço Médico-Odontológico e Psicológico

A UTFPR oferece aos estudantes, de acordo com a disponibilidade no quadro de pessoal do cargo de profissional de saúde em cada câmpus, os serviços de atendimento médico, enfermagem, odontológico.

6.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudantes da UTFPR dispõem de dois órgãos de representação, de acordo com o seu nível de ensino. Os estudantes dos cursos técnicos de Nível Médio são representados pelo Grêmio Estudantil César Lattes (GECEL), enquanto que os estudantes de graduação são representados pelo Diretório Central dos Estudantes – Estadual (DCE) no âmbito do estado e DCEs locais, Centro Acadêmicos nos *campi*.

Estes órgãos são regularmente convidados para indicação de representantes para compor comissões de trabalhos cujos resultados influenciam a vida estudantil, ou para integrarem os conselhos e colegiados institucionais, previstos nos documentos institucionais.

Os órgãos estudantis têm autonomia na sua composição e funcionamento e são geridos por estatutos próprios.

Os estudantes participam da gestão universitária com assento no COUNI, e nos demais Conselhos Deliberativos Especializados e na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

6.4 Acompanhamento de Egressos

A UTFPR dispõe de um Programa de Acompanhamento de Egressos, gerido pelas Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias dos câmpus, que buscam cadastrar todos os estudantes que participam da atividade de colação de grau.

Uma das principais ações do Programa é disponibilizar, aos egressos cadastrados, informações sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho e cursos regulares e de

extensão que acontecem na UTFPR, por meio de um endereço de correio eletrônico. Visando uniformizar a forma de captura de informações e vinculação do egresso com a UTFPR, a PROREC-DIREC, com o apoio da DIRGTI, está reestruturando os mecanismos existentes e desenvolvendo novos módulos. Para tanto, as seguintes ações estão sendo executadas:

- a) Espelhamento da base de dados de alunos formados pela UTFPR, transformando-a em banco de dados de egressos;
- b) Emprego do email institucional do aluno (conta vitalícia) para contato com egressos;
- c) A PROREC, em parceria com a DIRGTI, iniciou os testes de validação do sistema de acompanhamento do egresso, denominado PORTAL DO EGRESSO DA UTFPR. O sistema visa promover o acompanhamento dos egressos dos diferentes cursos da UTFPR, a partir dos câmpus. Considerando a necessidade de acompanhar também os egressos das Pós-graduações, trata-se de uma ação conjunta de duas Pró-reitorias: PROREC e PROPPG.
- d) Expandir a Associação de Ex-alunos, a exemplo da Associação existente no Câmpus Curitiba, para todos os câmpus. Os egressos da UTFPR contam com a Associação de Ex-alunos, gerida de forma autônoma, com estatuto próprio e com assento no Conselho Universitário (COUNI).

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Estrutura Organizacional

Os órgãos superiores da administração da UTFPR, de acordo com o Regimento-Geral, compreendem:

I. Deliberativo máximo:

- a. Conselho Universitário.

II. Deliberativos especializados:

- a. Conselho de Graduação e Educação Profissional;
- b. Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação;
- c. Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias;
- d. Conselho de Planejamento e Administração.

III. Executivo:

- a. Reitoria.

IV. Fóruns Consultivos:

- a. Fórum de Desenvolvimento da UTFPR;
- b. Fórum dos Executivos dos Municípios;
- c. Fórum Empresarial e Comunitário.

V. Órgão de Controle:

- a. Auditoria.

Ainda, de acordo com o Regimento-Geral, a Reitoria compreende:

- I. Reitor;
- II. Vice-Reitor;
- III. Gabinete da Reitoria;
- IV. Pró-Reitorias;
- V. Assessorias;
- VI. Órgãos de Apoio;
- VII. Procuradoria Jurídica;
- VIII. Ouvidoria; e
- IX. Diretorias de Gestão;

X. Diretorias-Gerais dos câmpus.

A figura 2 apresenta o organograma da UTFPR, compreendendo somente as instâncias da administração superior.

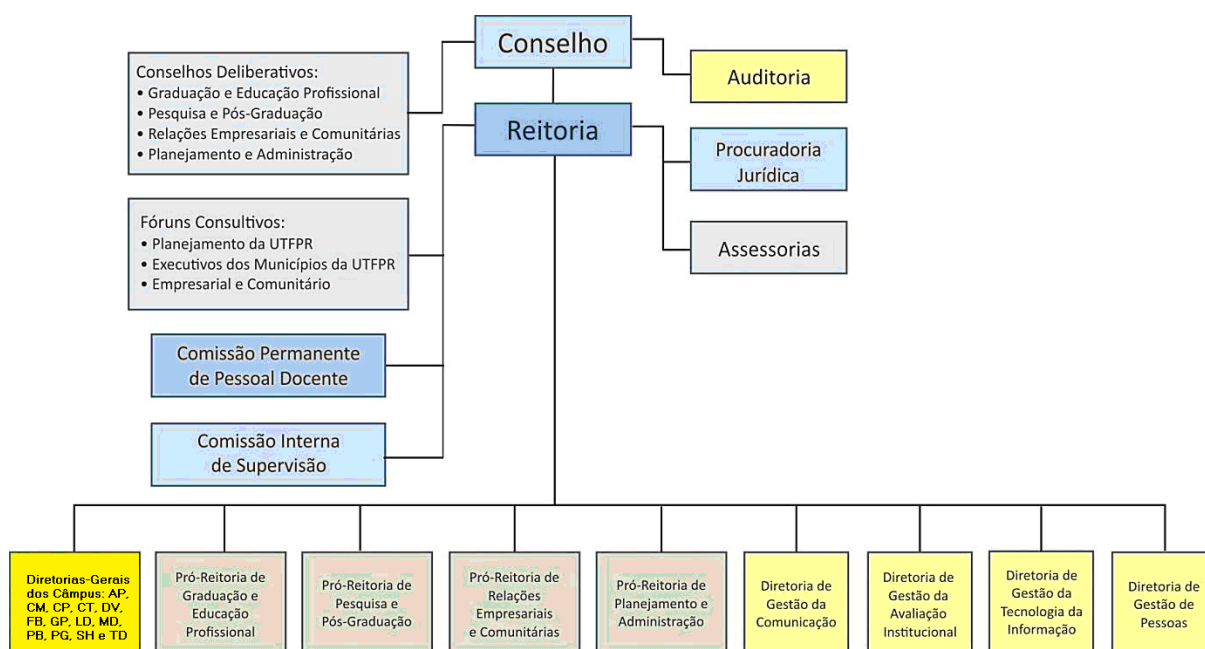


Figura 2 – Organograma da UTFPR no nível da administração superior.

Os câmpus da UTFPR, em decorrência dos seus diferentes anos de implantação, possuem estruturas diferenciadas que estão, na medida do possível, alcançando a estrutura prevista nos documentos institucionais.

De acordo com o Regimento-Geral, os câmpus devem ter a seguinte estrutura diretiva:

- I. Diretoria-Geral;
- II. Chefia de Gabinete;
- III. Diretorias de área;
- IV. Coordenadorias;
- V. Assessorias;
- VI. Órgãos de Apoio; e
- VII. Ouvidoria.

A figura 3 apresenta o organograma da estrutura diretiva para os câmpus.

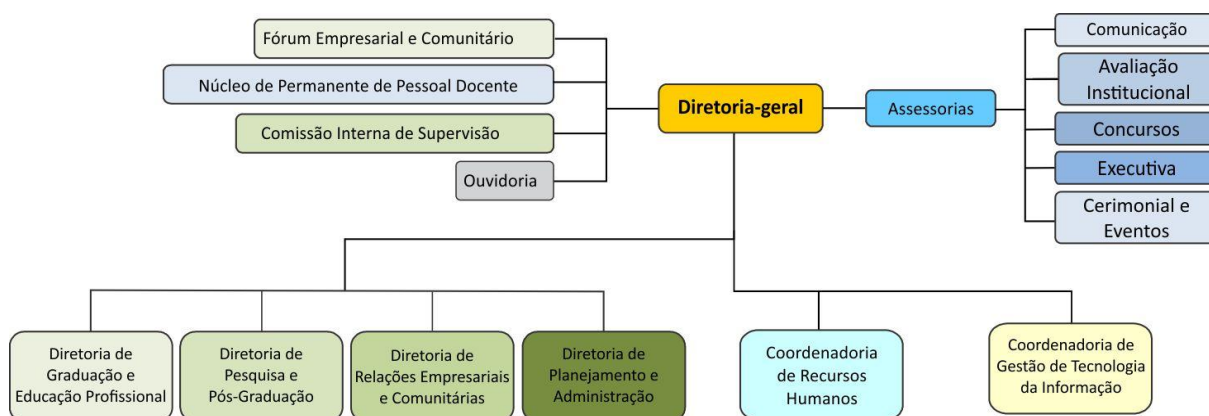


Figura 3 – Organograma da estrutura diretiva dos câmpus da UTFPR.

7.1.1 Gestão Universitária

A UTFPR tem sua gestão organizada de forma matricial, compreendendo três níveis hierárquicos: estratégico, tático e operacional. No plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento multicâmpus, não sujeitos às deliberações dos Conselhos Superiores, são definidos pela Reitoria, articulada com as Pró-Reitorias, Diretorias de Gestão e Diretorias-Gerais dos câmpus.

No plano tático, o planejamento estratégico e as ações institucionais são formulados pelas Pró-Reitorias e Diretorias de Gestão, em articulação com as Diretorias de área dos câmpus, em conjunto com os setores correspondentes às suas áreas nos câmpus.

As decisões que afetam o câmpus estão sob a responsabilidade da Diretoria-Geral e das Diretorias de Área: Graduação e Educação Profissional; Pesquisa e Pós-Graduação; Relações Empresariais e Comunitárias; e Planejamento e Administração, Assessorias de Gestão da Avaliação e Comunicação, Coordenadoria de Recursos Humanos e Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

A Diretoria-Geral do câmpus possui delegação na gestão dos seus recursos financeiros, materiais e de pessoal, observados os limites da legislação pertinente.

No plano operacional, a execução e o acompanhamento, tanto das políticas gerais da Universidade quanto das diretrizes de cada câmpus, estão sob responsabilidade das Diretorias de Área, dos departamentos e dos setores de apoio.

7.2 INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS INSTITUCIONAIS

7.2.1 Conselho Universitário (COUNI)

O COUNI, órgão máximo, normativo, deliberativo e de planejamento nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulados no Estatuto, no Regimento Geral e em Regulamento próprio. Observadas as disposições da legislação vigente, o COUNI é constituído por 47 membros sendo assim composto:

- I. Reitor, como seu presidente;
- II. Vice-Reitor;
- III. Representantes dos docentes;
- IV. Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional;
- V. Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VI. Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias;
- VII. Pró-Reitor de Planejamento e Administração;
- VIII. 5 (cinco) Representantes dos técnicos-administrativos;
- IX. 3 (três) Representantes dos discentes;
- X. 4 (quatro) Representantes externos;
- XI. Representante dos ex-alunos; e
- XII. Último ex-Reitor.

7.3 ORGÃOS DELIBERATIVOS ESPECIALIZADOS

7.3.1 Conselho de Graduação e Educação Profissional

O Conselho de Graduação e Educação Profissional, Órgão Superior Deliberativo da UTFPR em matéria de ensino de graduação e educação profissional, subordinado às diretrizes do COUNI, tem a seguinte composição:

- I. Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional, como seu presidente;
- II. Diretores de Graduação e Educação Profissional;
- III. Coordenadores e docentes eleitos e indicados das áreas dos Cursos Técnicos e de Graduação;
- IV. 03 (três) Representantes discentes; e
- V. 02 (dois) Representantes dos servidores Técnico-Administrativos.

7.3.2 Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, Órgão Superior Deliberativo em matéria de pesquisa e ensino de pós-graduação, é constituído pelos seguintes membros:

- I. Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, como seu presidente;
- II. Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação;
- III. Coordenador(es) eleito(s) dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- IV. Representantes docentes de grupos de pesquisas institucionalizados;
- V. Representante discente da Pós-Graduação *Stricto Sensu*; e
- VI. Representante dos servidores Técnico-Administrativos.

7.3.3 Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias

O Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias, Órgão Superior Deliberativo da UTFPR em matéria de programas, projetos e atividades de extensão, é constituído pelos seguintes membros:

- I. Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias, como seu presidente;
- II. Diretores de Relações Empresariais e Comunitárias;
- III. Coordenadores ou docentes envolvidos em Programas de Extensão;
- IV. 02 (dois) representantes do programa de empreendedorismo ou bolsistas de extensão; e
- V. Representante dos servidores Técnico-Administrativos.

7.3.4 Conselho de Planejamento e Administração

O Conselho de Planejamento e Administração, Órgão Superior Deliberativo da UTFPR em matéria de recursos humanos, financeiros, infraestrutura e desenvolvimento físico, é constituído pelos seguintes membros:

- I. Reitor, como seu presidente;
- II. Vice-Reitor;
- III. Pró-reitores;
- IV. Diretores-Gerais dos câmpus;
- V. Diretores de Planejamento e Administração;

- VI. Representante docente indicado pelo MEC;
- VII. Auditor institucional;
- VIII. Representante discente;
- IX. Representantes docentes; e
- X. Representante dos servidores Técnico-Administrativos.

7.4 FÓRUNS CONSULTIVOS

Os Fóruns de caráter consultivos, ainda não implantados, são órgãos de apoio da administração da UTFPR, previstos nas documentações internas, e buscam a interação com a comunidade externa, e com sua composição, estrutura, atribuições e funcionamento serão definidos em regulamento próprio.

7.4.1 Fórum de Desenvolvimento da UTFPR

Órgão de caráter consultivo que terá por finalidade aprimorar a interação da UTFPR com os diferentes segmentos da sociedade organizada, buscando aperfeiçoar as diretrizes institucionais e definir ações conjuntas que viabilizem e conduzam ao desenvolvimento da universidade e do Estado do Paraná.

7.4.2 Fórum de Executivos dos Municípios da UTFPR

Órgão de caráter consultivo que terá por finalidade assessorar a Universidade na consecução de seus princípios, finalidades e objetivos, prestando apoio institucional e político, visando ações conjuntas para o aprimoramento e expansão do atendimento dos anseios da comunidade paranaense.

7.4.3 Fórum Empresarial e Comunitário da UTFPR

O Fórum Empresarial e Comunitário, previsto nos artigos 6º e 32 do Estatuto, nos artigos 3º, 151 e 207 do Regimento Geral e no artigo 4º do Regimento dos Câmpus da UTFPR, é órgão consultivo da Direção-Geral de cada Câmpus da UTFPR e tem por finalidade

assessorá-la na interação com o segmento empresarial e comunitário, visando ao contínuo aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Compete à Plenária:

- I. Participar das reuniões do Fórum, contribuindo no estudo, nas discussões e na proposição de aprimoramentos e melhorias em relação ao tema-objeto de cada Fórum;
- II. Exercer o direito ao voto nas tomadas de decisão;
- III. Relatar, mediante parecer por escrito, a ser submetido à apreciação dos participantes, as matérias que lhe tenham sido encaminhadas pelo Presidente; e
- IV. Participar de Comissões Especiais, designadas pelo Presidente.

Para cada edição é proposto um tema, permitindo o debate com a comunidade e o setor empresarial de problemas, boas práticas e propostas de soluções para os desafios dinâmicos do ecossistema social da qual a UTFPR faz parte.

7.5 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é o órgão de assessoramento, acompanhamento e supervisão da política de pessoal docente, de acordo com o que estabelece o Art. 11 do Decreto nº 94.664/87, de 23/06/1987, regulamentado pela Portaria Ministerial nº 475, de 26/08/1987.

A CPPD, com funcionamento normatizado pela Deliberação COUNI nº. 03/11 de 17/06/11 é constituída pelo:

- I. Núcleo Permanente de Pessoal Docente (NPPD), instituído em cada um dos câmpus da UTFPR; e
- II. Comitê Central, no câmpus Sede da Reitoria.

O Comitê Central e os NPPDs terão a seguinte composição:

- I. Colegiado;
- II. Presidência e Vice-Presidência; e
- III. Secretárias.

Os NPPDs são instituídos por docentes da carreira de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, eleitos por todos os servidores docentes efetivos, lotados no respectivo câmpus, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição e sem limite para mandatos alternados.

7.6 COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO

A Lei nº 11.091/2005, que regulamenta a carreira dos servidores Técnico-Administrativos do serviço público federal, prevê a existência de uma Comissão Interna de Supervisão (CIS), cujas atribuições possuem caráter fiscalizador das ações da área de recursos humanos, tais como da avaliação de desempenho e do programa de desenvolvimento. Outras atribuições são emanadas pela Comissão Nacional de Supervisão, cuja designação de membros fica a cargo do MEC.

A CIS é constituída por servidores Técnico-Administrativos, que compõem:

- a. Comissão Central, no câmpus Sede da Reitoria; e
- b. Comissões de câmpus, instituídas em cada um dos câmpus da UTFPR.

7.7 ORGÃOS COLEGIADOS DE CURSOS

7.7.1 Colegiado de Curso de Graduação

O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão consultivo da Coordenação de Curso para os assuntos que envolvam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com os princípios, finalidades e objetivos da UTFPR estabelecidos nos documentos institucionais.

A forma de composição e funcionamento do Colegiado de Curso é definida nas Diretrizes dos Colegiados de Curso da UTFPR, aprovadas pelo COUNI.

7.7.2 Colegiado de Curso de Pós-Graduação

O Colegiado de Curso de Pós-Graduação é um órgão deliberativo, sendo corresponsável, juntamente com o coordenador de curso, pela administração do mesmo. A composição do Colegiado de Curso de Pós-Graduação de cada programa é definida pelos respectivos regulamentos, devendo ser composto por docentes do programa e pela

representação discente, na forma da lei. Deve-se ressaltar que o coordenador do programa é o presidente deste Colegiado.

7.8 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas são a Secretaria Acadêmica e seus departamentos: Registros Acadêmicos, Recursos Didáticos, Bibliotecas e Coordenação de Estação Experimental, os quais são responsáveis pelo apoio às atividades acadêmicas nos câmpus, tendo as suas atribuições definidas no Regimento dos Câmpus da UTFPR.

7.9 RELAÇÕES E PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

A UTFPR tem tradição no desenvolvimento de relações, interações e parcerias com vários setores da sociedade, estabelecidas por intermédio de inúmeros programas e mecanismos, implementados principalmente pela PROREC E DIRECs.

7.9.1 Comunidade Empresarial

A interação da UTFPR com empresas e entidades vinculadas ao mundo do trabalho tem sido um importante diferencial institucional em decorrência dos programas e ações desenvolvidos sob a gestão da PROREC e DIRECs.

Dentre estas ações, destacam-se as centenas de parcerias em projetos de pesquisa tecnológica com empresas, incluindo aquelas que estão em fronteiras tecnológicas, como, por exemplo, a Petrobrás. Destaca-se, ainda, que vários destes projetos são financiados em parceria pela empresa e por órgãos de fomento, como a FINEP, SEBRAE, MCTI, entre outros. Entre estas parcerias, os apoios tecnológicos, até 2017, apresentam um total de 841 clientes atendidos, com 229 apoios desenvolvidos.

A UTFPR desenvolve de forma contínua um Catálogo de Inovação, o qual mapeia suas competências nos diferentes campos em que atua, divulgando suas potencialidades junto à comunidade empresarial. Isto permite alavancar o aumento no número de parcerias com empresas dispostas a desenvolver conhecimentos e/ou produtos cooperados.

Um dos principais mecanismos de interação da Universidade com a comunidade empresarial tem sido o estágio curricular. Para o estudante, esta atividade visa complementar, consolidar e atualizar seus conhecimentos pela vivência direta no ambiente

profissional relacionada à sua futura área de atuação. Para a entidade concedente do estágio há o interesse em buscar, na Universidade, recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente aquelas ligadas à tecnologia.

Com o estabelecimento desta interação, ocorre a aproximação universidade-empresa e outras oportunidades, como a assessoria no desenvolvimento de projetos cooperados ou apoios técnico-científicos, podem ser efetivados. O Sistema de Estágio da UTFPR registra, no ano de 2017, 10.560 entidades cadastradas, com 4.597 contratos de estágios.

7.9.2 Comunidade de Egressos

A UTFPR já formou milhares de estudantes, em diversos níveis da educação e áreas do conhecimento, que mantêm contato com a Instituição via atividades de acompanhamento do egresso.

Há o interesse institucional de uma maior aproximação e interação com os ex-alunos, tanto por meio do Portal do Egresso quanto pela Associação de Ex-aluno, não estando, porém, descartados outros mecanismos propostos/implementados pela PROREC/DIRECs.

A UTFPR dispõe de um Programa de Acompanhamento de Egressos, gerido pelas Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias dos câmpus, que buscam cadastrar todos os estudantes que participam da atividade de colação de grau.

Uma das principais ações do Programa é disponibilizar aos egressos cadastrados, informações sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho e cursos regulares e de extensão que acontecem na UTFPR, por meio de um endereço de correio eletrônico. Visando uniformizar a forma de captura de informações e vinculação do egresso com a UTFPR, a PROREC-DIREC, com o apoio da DIRGTI, está reestruturando os mecanismos existentes e desenvolvendo novos módulos.

7.9.3 Intervenções Comunitárias

As intervenções comunitárias realizadas pela UTFPR, nos últimos anos, apresentaram uma ampliação significativa. São atendidas inúmeras demandas identificadas ou a ela encaminhadas por diferentes grupos sociais, em todos os seus câmpus, em múltiplas ações.

7.9.4 Relações Interinstitucionais

As atividades de interação institucionais e internacionais são fundamentais para que a UTFPR caminhe rumo ao seu objetivo de se tornar uma Universidade de Classe Mundial. Desta forma, a UTFPR tem buscado fortalecer as parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Atualmente, a UTFPR possui convênios estabelecidos com mais de 92 instituições de 24 países (e.g.: 22 com Portugal, 11 com a França, nove com a Alemanha), com destaque para o intercâmbio de estudantes para: França, Portugal, no âmbito da dupla-diplomação; Alemanha, Estados Unidos, Suécia, entre outros, para mobilidade acadêmica. Além dos países mencionados, também têm ocorrido ações de cooperação técnico-científica com universidades da América do Sul (e.g. UNAM-Misiones), proporcionando o fortalecimento dos avanços tecnológicos necessários para o desenvolvimento social e econômico regional. A participação nestes programas de mobilidade internacional proporciona ao estudante o enriquecimento técnico-científico, quer por completar parte do seu curso em outra instituição, quer por realizar o estágio curricular em indústrias/empresas estrangeiras, além de ampliar sua autonomia e fortalecer sua formação cultural e humanística.

Também, como resultado do efetivo esforço de sua inserção no cenário internacional, a UTFPR integra as seguintes redes: i/ FAUBAI-Associação Brasileira de Educação Internacional; ii/ GCUB-Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras; iii/ AUIP-Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado; iv/ UDUAL-Union of Universities of Latin America and the Caribbean; v/ LuMont-Rede de Investigação de Montanha da Lusofonia; vi/ AULP-Associação das Universidades de Língua Portuguesa; vii/ RED Utyp- Red de Universidades Tecnológicas y Politécnicas de América Latina y Caribe. Além disso, a UTFPR também já pleiteou o ingresso no Grupo Montevideo (Asociación de Universidades

Grupo Montevideo), que é uma rede de universidades públicas e autônomas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Nas relações interinstitucionais nacionais, destacam-se duas ações: (i) a UTFPR é signatária do convênio de Mobilidade Acadêmica da ANDIFES, que permite o intercâmbio de estudantes com a maioria das universidades pública brasileiras; e (ii) no âmbito paranaense a UTFPR firmou Termo de Cooperação com as instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná, via Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), visando à mobilidade acadêmica.

a) Ações de mobilidade: descritivo

No âmbito nacional, em 2017, a UTFPR recebeu dois alunos (Universidade Federal de São João del Rey e Universidade Federal do Pará) e enviou seis alunos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Por sua vez, no âmbito internacional, em 2017, a UTFPR interagiu com os estudantes brasileiros e estrangeiros, conforme pode ser observado no Quadro 14. Cabe destacar que as chamadas para o Programa de Mobilidade Internacional já ocorrem regularmente, duas vezes ao ano e que os Editais de Dupla-diplomação são lançados conforme as negociações de datas com as universidades parceiras.

Quadro 14 - Descritivo da atuação da UTFPR em ações de mobilidade internacional

		Número total	Distribuição por programa		Distribuição por câmpus		Distribuição por destino	
2017.1	Alunos da UTFPR que saíram em mobilidade internacional	46	MEI	23	CP	14	Alemanha	2
			DD	23	CT	9	Argentina	3
					DV	5	Espanha	1
					MD	3	França	5
					PB	5	Japão	1
					PG	7	Portugal	3
					TD	3		
	Estudantes estrangeiros que vieram para a UTFPR em mobilidade	14	Distribuição por programa		Distribuição por câmpus		Distribuição por origem	
			PEC-G	3	CP	1	Chile	1
			MEI	1	CT	6	Colômbia	1
			DD	4	LD	1	Equador	2
			PAEC	6	PG	1	França	1
					PB	5	Gana	1
							Honduras	1

							México	1
							Paraguai	1
							Portugal	4
							Venezuela	1
2017.2	Alunos da UTFPR que saíram em mobilidade internacional	Número total	Distribuição por programa		Distribuição por câmpus		Distribuição por destino	
		116	MEI	44	CM	16	Alemanha	9
			DD	63	CP	11	Argentina	2
			MARCA	2	CT	32	Canadá	2
			PMPF	1	DV	2	Colômbia	1
			Brafitec	1	GP	2	França	1
			DD +	3	LD	2	Itália	1
			Volvo	1	MD	18	Portugal	8
			Eiffel	1	PB	12	Suécia	2
					PG	21		
	Estudantes estrangeiros que vieram para a UTFPR em mobilidade	Número total	Distribuição por programa		Distribuição por câmpus		Distribuição por origem	
		13	MEI	8	CT	5	Alemanha	4
			MARCA	2	MD	6	Paraguai	3
			DD	3	PB	2	Itália	1
							Argentina	5

Legenda:

BRAHITEC - Programa de Cooperação Bilateral Brasil-França

EIFELL - Bolsa do Governo Francês

MARCA - Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados

MEI - Mobilidade Estudantil Internacional

DD - Dupla-diplomação

PAEC - Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação – PAEC (OEA-GCUB)

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)

PMPF - Programa de Mobilidade Paulo Freire

Volvo - Acordo específico com a empresa

Também, merece destaque o lançamento, no segundo semestre de 2017, do Programa Engenheiro 3i, (Indústria, Inovação, Intercultural), concebido dentro da cooperação entre UTFPR e UTC, que foi estabelecido a partir da reflexão e da percepção de que o engenheiro do futuro deve ser capaz de empreender, inventar, prover soluções e liderar, atuando em empresas, em incubadoras de empresa e em centros de P&D públicos ou privados, adaptando-se a ambientes heterogêneos e multiculturais, presenciais e a distância. Num primeiro momento, o Programa envolverá a participação de seis alunos da UTFPR - Câmpus Curitiba e seis alunos da UTC, que iniciarão as atividades planejadas em 2018.

b) Ações específicas e pontuais

Por sua vez, em 2017 a Diretoria de Relações Interinstitucionais (DIRINTER) participou no planejamento e preparação de várias ações de caráter internacional e que contribuem para que a UTFPR atinja a condição de Universidade de Classe Mundial. Entre elas, cabe destacar: i/ envio de duas missões (13 professores no total), para Portugal, para consolidação/avaliação de atividades envolvendo dupla-diplomação; ii/ recepção de comitiva da Universidade de Tokushima-Japão, que culminou com a assinatura de memorando de entendimento; iii/ envio de quatro professores à UTC-França, para finalizar detalhes do lançamento do Programa Engenheiro 3i; iv/ recepção de missão da Universidade de Limerick, Irlanda, para divulgação de oportunidades de pesquisa conjuntas; entre outras.

c) Idiomas Sem Fronteiras

O Projeto Idiomas sem Fronteiras (ISF-UTFPR) conta com três professores atuando no NuCLI. Também, quando possível, conta com a colaboração de ETAs (*English Teaching Assistant*), principalmente, oriundos dos Estados Unidos da América. Assim, o ISF-UTFPR, atua em:

- a. Teste de nivelamento e proficiência (exame TOEFL-ITP ofertado nos 13 câmpus da UTFPR). Tem-se a previsão de se aplicar os testes TOEFL-ITP em todos os câmpus da UTFPR, sendo que para 2017 são estimadas 60 aplicações com um total de 1425 provas;
- b. Ensino de inglês on-line – *My English Online* (MEO);
- c. Ensino presencial – nos câmpus Curitiba e Pato Branco para os estudantes e servidores que tenham realizado o exame TOEFL ou que são ativos no MEO;
- d. Minicursos, Oficinas e *Conversation Club* – para participar dessas atividades não é necessário ter conhecimento prévio da língua, nem ter feito o exame TOEFL.

8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo planejado e normatizado na UTFPR. O intuito é mensurar indicadores, quantitativos e qualitativos, e, a partir destes, orientar a gestão, em todas as instâncias, para a busca permanente da qualidade, eficiência, eficácia e publicidade, entendidas como princípios que agregam valor às atividades desenvolvidas pela Instituição.

Neste processo, é considerado o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e, igualmente, o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas de oferta e demanda. O resultado da avaliação na UTFPR é considerado na definição dos rumos institucionais.

As orientações e instrumentos propostos na avaliação institucional apoiam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nos documentos aprovados pelo COUNI, nas DCIs, Decreto no. 5.773, de 09/05/2006, e na Lei no. 10.861 de 14/04/2004.

8.1 ÓRGÃOS DE CONTROLE OFICIAL

8.1.1 Comissão de Ética

A Comissão de Ética da UTFPR tem suas atribuições previstas no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto nº 1.171/94. A responsabilidade por zelar pelas normas de conduta na UTFPR é feita nos limites do Regime Jurídico Único (RJU) dos Servidores Públicos da União e no Código de Ética para avaliar a postura ética dos seus servidores e orientar os processos disciplinares.

8.1.2 Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral da UTFPR, aprovada pelo COUNI da UTFPR, Deliberação nº 16 de 29 de setembro de 2006, tem por objetivos: (i) estabelecer o elo entre o cidadão pertencente à comunidade externa ou interna da UTFPR e a Instituição; (ii) possibilitar o direito à manifestação dos usuários sobre os serviços prestados pela UTFPR, assegurando-lhes o exame de suas reivindicações; (iii) buscar a melhoria da qualidade e a eficiência nos serviços prestados pela UTFPR; (iv) construir e incentivar a prática da cidadania, ao permitir a participação do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da comunidade externa na administração do processo de prestação de serviços da UTFPR; e (v) garantir o direito à informação, orientando como o usuário poderá obtê-la.

Cada câmpus possui uma ouvidoria que responde à Ouvidoria Geral e sua atuação encontra-se detalhada no Regulamento da Ouvidoria.

A ouvidoria da UTFPR utiliza o Sistema da Ouvidoria Geral da União (e-ouv), para receber, tratar, encaminhar e responder as manifestações do Cidadão (elogio, solicitação, reclamação denúncia ou sugestão).

8.1.3 Serviço de Informação ao Cidadão

A Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e regulamenta o direito constitucional de acesso à informação.

O Serviço de Informação ao Cidadão da UTFPR, atende a pedidos realizados por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) disponível no sítio eletrônico www.esic.cgu.gov.br.

Neste local, além de encontrar relatórios estatísticos e links importantes sobre a Lei de Acesso à Informação, obtém-se acesso ao sistema, que permite ações como:

- Registrar pedidos e/ou solicitações;
- acompanhar pedidos de acesso à informação: trâmites e prazos;
- entrar com recursos e acompanhar o andamento deles;
- apresentar reclamação por omissão de resposta; e,
- consultar respostas recebidas.

8.1.4 Auditoria Interna

A Auditoria Interna foi criada pelo Estatuto da Universidade, que foi aprovado pela Portaria SESU nº. 303/2008 e pelo Regimento Geral aprovado pela Deliberação nº 07/2009 - COUNI.

Conforme explicita o Art. 1º do Regimento Interno, a Unidade de Auditoria Interna da UTFPR é o órgão técnico de controle interno, vinculado ao Conselho Universitário da UTFPR. Tem como objetivo fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Auditoria Interna (Audin) se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU),

conforme art. 15 do Decreto nº 3.591/2000. Ela atua em conformidade com as disposições contidas no Decreto nº. 3.591 e Instrução Normativa SFC nº 3/2017.

8.1.5 Ação da CGU na UTFPR

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.

A CGU também exerce, como Órgão Central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

Entre as competências, fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas com recursos oriundos dos orçamentos da União a entes públicos e privados; realiza auditorias e avalia os resultados da gestão dos administradores públicos federais; apura denúncias e representações; exerce o controle das operações de crédito; e, também, executa atividades de apoio ao controle externo.

8.1.6 Ação do TCU na UTFPR

O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Os administradores que utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam, aplicam ou administram dinheiros, bens e valores públicos federais ou pelos quais a União, devem, por força da lei, prestar contas ao TCU. Isso, pois, assumem, em nome da União, obrigações de natureza pecuniária as quais podem ocasionar perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; recebem contribuições para-fiscais e prestam serviço de interesse público ou social; praticam atos que estão sujeitos à fiscalização do TCU por expressa disposição legal; aplicam quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo ajuste ou outros instrumentos semelhantes.

8.2 ASPECTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) prevê a articulação entre a avaliação da Instituição (interna e externa), a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão da UTFPR, abrangem toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas, o que garante um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com os PPCs ocorre pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais, para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

8.3 METODOLOGIA

A metodologia da Avaliação Institucional é constituída pelas seguintes ações:

- a. reuniões da CPA, com a função de coordenar e articular o processo de autoavaliação;
- b. planejamento da autoavaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma;
- c. sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o envolvimento com o processo;
- d. definição das ações dos diversos grupos de trabalho;
- e. realização de seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho;
- f. construção e/ou aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação (formulários, questionários, entrevistas e/ou outros);
- g. aplicação dos instrumentos de avaliação;
- h. acompanhamento das visitas *in loco* e análise dos relatórios de avaliação de curso.
- i. análise e interpretação de dados; e
- j. organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica e administrativa.

8.4 EIXOS DO PROCESSO AVALIATIVO INSTITUCIONAL

Os eixos considerados no processo de Avaliação institucional da UTFPR, contemplam:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação;
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional: contempla as Dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes;
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes;
- Eixo 4 - Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes;
- Eixo 5 -Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

8.5 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O Processo de Avaliação Institucional é composto por diversos instrumentos, tanto externos quanto internos, cujo acompanhamento, análise e *feedback* são realizados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

Constituem instrumentos externos de fonte de dados e informações os seguintes componentes: (i) o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); (ii) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); (iii) a avaliação das condições de ensino; e (iv) a avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES.

No âmbito da avaliação interna, a UTFPR vem aprimorando e desenvolvendo instrumentos de acompanhamento e avaliação, com destaque para:

- a. o levantamento do perfil socioeconômico e educacional dos candidatos aos cursos técnicos;
- b. os instrumentos do processo de avaliação do desempenho do pessoal da UTFPR, que contempla a avaliação geral do desempenho docente;
- c. a avaliação do docente pelo discente;
- d. a avaliação do desempenho do pessoal técnico-administrativo.
- e. a avaliação do servidor em função de chefia;

- f. a avaliação do desempenho coletivo de setores da instituição;
- g. a Pesquisa de Clima Organizacional; e
- h. a Pesquisa de satisfação do cliente externo.

8.6 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de Autoavaliação Institucional é composto pelas seguintes etapas:

Etapas I – Planejamento e Preparação Coletiva

O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação, sensibilizar, estimular e envolver os atores no processo.

Etapas II – Desenvolvimento do Projeto Proposto

O objetivo é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de autoavaliação.

Etapas III – Consolidação do Processo e Programação de Redirecionamento

O objetivo é incorporar os resultados da avaliação e buscar, por meio destes, a melhoria da qualidade na UTFPR.

8.7 DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Para a comunidade acadêmica, as principais formas de avaliação são:

- a. os instrumentos do processo de avaliação do desempenho do pessoal da UTFPR, que contempla a avaliação geral do desempenho docente;
- b. a avaliação do docente pelo discente; e
- c. a pesquisa de clima organizacional, que é um instrumento da avaliação da gestão institucional.

8.8 DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para o corpo Técnico-Administrativo, a UTFPR utiliza-se de diversos instrumentos de acompanhamento e avaliação, destacando-se:

- a. a avaliação do desempenho do pessoal Técnico-Administrativo;
- b. a avaliação do servidor em função de chefia;

- c. a avaliação do desempenho coletivo de setores da instituição; e
- d. a Pesquisa de Clima Organizacional.

8.9 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

O resultados dos diversos processos de avaliação institucional produzem subsídios para proposição de melhorias anuais, que se tornam visíveis no acompanhamento do PDI da UTFPR.

O conhecimento dos resultados da avaliação associada às mudanças e desafios que vêm se apresentando para a sociedade como um todo, possibilita que UTFPR estabeleça de novos patamares institucionais, no sentido acadêmico e como indutora do desenvolvimento sustentável e de relevância social no seu entorno.

8.10 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação da UTFPR (CPA) tem por finalidade o planejamento, o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão da Política da Avaliação Institucional.

A Lei 10.861 de 14/04/2004, em seu artigo 11º, diz que "cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá uma Comissão Própria de Avaliação - CPA,(...), com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação à conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior."Esta Lei teve sua regulamentação pelo Artigo 7º da Portaria nº 2051, de 09/07/2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), "terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

§ 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior."

A CPA iniciou suas atividades em dezembro de 2004 (Deliberação nº 08/2004 - COUNI) e com a transformação de CEFET-PR em UTFPR, o seu regulamento foi atualizado pela Deliberação 13/2009 do Conselho Universitário (COUNI), de 25 de setembro de 2009. O sítio da CPA na internet está disponível por meio do endereço: <http://portal.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa>.

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

9.1.1 Demonstrativo das áreas dos câmpus

A expansão, o crescimento e a consolidação da UTFPR em seus 13 câmpus, relativas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, demandam, concomitantemente, a necessidade de construção/ampliação de ambientes e, consequentemente, de novas áreas. Atualmente a infraestrutura física está constituída conforme registrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Demonstrativo das áreas por câmpus (em m²).

Câmpus	Área total do terreno	Projeção da área ocupada por construção (coberta ou descoberta)	Área ocupada por projetos agropecuários	Área urbanizada	Área sem ocupação
Apucarana	70.575,00	6.847,89	–	38.612,09	25.115,02
Campo Mourão	83.888,00	16.036,22	–	16.375,12	51.476,66
Cornélio Procopio	168.919,51	31.926,20	–	10.074,97	126.918,34
Curitiba	167.162,40	38.666,77	–	23.578,64	104.916,99
Dois Vizinhos	1.913.280,00	25.135,85	1.148.080,48	178.919,59	561.144,08
Francisco Beltrão	258.894,00	9.895,05	–	83.332,30	165.666,65
Guarapuava	151.304,23	18.076,82	–	7.549,03	125.678,38
Londrina	109.696,42	7.483,03	–	9.810,06	92.403,33
Medianeira	122.165,60	23.093,72	–	78.227,81	20.844,07
Pato Branco	517.710,85	42.743,57	307.598,30	24.155,00	143.213,98
Ponta Grossa	142.168,60	25.653,61	–	81.484,56	35.030,43
Reitoria	245.456,30	37.282,46	–	–	208.173,84
Santa Helena	150.987,54	3.828,16	–	4.830,00	142.329,38
Toledo	59.721,80	13.389,03	–	14.718,27	31.614,50
Total	4.161.930,25	300.058,38	1.455.678,78	571.667,44	1.834.525,65

A tabela 12 apresenta o demonstrativo das áreas construídas por câmpus.

Tabela 12 – Demonstrativo das áreas construídas (em m²).

Câmpus	Área Construída Coberta	Área Construída Descoberta	Total
Apucarana	5 794,55	0,00	5 794,55
Apucarana	9.442,79	–	9.442,79

Tabela 12 – Demonstrativo das áreas construídas (em m²).

Câmpus	Área Construída Coberta	Área Construída Descoberta	Total
Campo Mourão	20.506,53	–	20.506,53
Cornélio Procópio	35.611,01	4.099,52	39.710,53
Curitiba	73.615,39	9.881,41	83.496,80
Dois Vizinhos	19.780,40	5.431,45	25.211,85
Francisco Beltrão	9.895,05	–	9.895,05
Guarapuava	17.719,50	1.642,20	19.361,70
Londrina	14.132,46	9.810,06	23.942,52
Medianeira	21.416,24	13.341,76	34.758,00
Pato Branco	35.745,20	16.754,66	52.499,86
Ponta Grossa	28.805,80	9.479,44	38.285,24
Reitoria	37.282,46	–	37.282,46
Santa Helena	3.828,16	–	3.828,16
Toledo	13.389,03	3.223,27	16.612,30
Total	341.170,02	73.663,77	414.833,79

9.1.2 Área Segundo a Utilização

A tabela 13 apresenta o demonstrativo de áreas, por tipo de utilização, nos ambientes dedicados às atividades acadêmicas.

Tabela 13 – Áreas por tipo de utilização nas atividades acadêmicas (em m²).

Câmpus	Salas de aula teórica	Laboratórios	Apoio pedagógico	Biblioteca	Atividades esportivas	Atendimento médico-odontológico	UEP*	Total
Apucarana	1.289,20	2.473,87	956,31	344,44	–	19,72	–	5.083,54
Campo Mourão	2.294,80	3.744,80	1.309,19	475,75	4.006,00	62,32	–	11.892,86
Cornélio Procópio	2.246,26	3.655,69	3.077,00	590,73	5.642,20	63,26	–	15.275,14
Curitiba	6.800,14	17.849,09	8.422,75	1.436,48	11.583,18	131,58	–	46.223,22
Dois Vizinhos	1.982,19	2.036,00	1.596,98	451,67	6.386,96	–	6.490,35	18.944,15
Francisco Beltrão	1.349,36	1.405,00	707,58	462,12	913,88	21,08	865,13	5.724,15
Guarapuava	1.738,81	2.625,38	1.544,50	582,15	1.642,20	–	–	8.133,04
Londrina	964,95	3.202,56	1.059,83	544,54	1.681,36	17,25	–	7.470,49
Medianeira	2.686,49	5.180,09	141,92	546,00	13.905,71	59,14	266,59	22.785,94
Pato Branco	5.111,98	5.492,57	4.019,30	1.290,43	17.192,80	51,38	–	33.158,46
Ponta Grossa	5.028,79	7.582,77	528,92	1.472,41	11.080,76	59,23	–	25.752,88
Santa Helena	360,00	369,61	482,76	121,00	900,00	–	–	2.233,37
Toledo	1.443,49	2.258,41	1.493,05	408,50	1.010,07	12,01	–	6.625,53

Tabela 13 – Áreas por tipo de utilização nas atividades acadêmicas (em m²).

Câmpus	Salas de aula teórica	Laboratórios	Apoio pedagógico	Biblioteca	Atividades esportivas	Atendimento médico-odontológico	UEP*	Total
Total (m²)	33.296,46	57.875,84	25.340,09	8.726,22	75.945,12	496,97	7.622,07	209.302,77

* Unidade Educativa de Produção

A tabela 14 apresenta o número de ambientes de ensino existentes.

Tabela 14 – Número de ambientes de ensino existentes.

Câmpus	Salas de aula teórica	Laboratórios		Auditórios	Total
		Geral	Informática		
Apucarana	26	31	4	1	62
Campo Mourão	33	48	10	2	93
Cornélio Procópio	33	40	17	1	91
Curitiba	376	114	200	55	745
Dois Vizinhos	29	17	2	4	52
Francisco Beltrão	16	8	7	1	32
Guarapuava	25	18	7	3	53
Londrina	21	59	2	–	82
Medianeira	32	49	13	2	96
Pato Branco	88	70	19	2	179
Ponta Grossa	53	67	7	4	131
Santa Helena	4	4	2	1	11
Toledo	23	22	7	3	55
Total	759	547	297	79	1.682

Capacidade dos Auditórios e Alojamentos

A tabela 15 registra a capacidade dos auditórios e alojamentos por câmpus.

Tabela 15 – Capacidade dos ambientes (números de lugares).

Câmpus	Auditórios (número de lugares)				Total
	Teatro	Miniauditório	Videoconferência	Pós-Graduação	
Apucarana	–	120	60	–	180
Campo Mourão	–	214	40	–	254
Cornélio Procópio	275	–	–	–	275
Curitiba	412	250	137	40	839
Dois Vizinhos	287	162	–	–	449
Francisco Beltrão	–	150	60	–	210

Tabela 15 – Capacidade dos ambientes (números de lugares).

Câmpus	Auditórios (número de lugares)				Total
	Teatro	Miniauditório	Videoconferência	Pós-Graduação	
Guarapuava	–	205	94	–	299
Londrina	–	–	102	100	202
Medianeira	–	368	82	150	600
Pato Branco	300	44	20	340	704
Ponta Grossa	700	160	1	60	921
Santa Helena	–	110	–	–	110
Toledo	–	70	53	–	123
Total	1.974	1.853	649	690	5.166

9.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

9.2.1 Laboratórios de Informática

A tabela 16 apresenta o demonstrativo de equipamentos de informática e recursos audiovisuais, disponíveis por câmpus em 31/12/2016.

Tabela 16 – Demonstrativo dos equipamentos de informática e audiovisuais.

Câmpus	Microcomputadores	Projetores multimídia	Impressoras			Recursos audiovisuais	Total
			Laser	Jato de tinta	Outras		
Apucarana	385	62	3	9	7	197	663
Campo Mourão	794	132	11	6	9	67	1.019
Cornélio Procópio	889	99	30	32	9	465	1.524
Curitiba	4.908	508	495	198	73	1.632	7.814
Dois Vizinhos	499	78	18	20	9	102	726
Francisco Beltrão	337	56	6	8	4	31	442
Guarapuava	307	46	1	2	5	153	514
Londrina	377	77	2	4	6	266	732
Medianeira	732	84	48	10	10	431	1.315
Pato Branco	1.144	185	43	5	5	237	1.619
Ponta Grossa	767	146	61	14	6	448	1.442
Reitoria	417	17	30	16	1	79	560
Santa Helena	246	17	–	–	1	9	273
Toledo	601	68	40	6	11	240	966
Total	12.403	1.575	788	330	156	4.357	19.609

Observações:

- 1) Número de equipamentos à disposição dos servidores e discentes, pertencentes à UTFPR e à FUNTEF-PR.
- 2) Os equipamentos de uso da Reitoria estão incluídos no quantitativo de equipamentos do câmpus Curitiba.

9.2.2 Laboratórios Didáticos Específicos

Os cursos da UTFPR mantêm laboratórios e estruturas didáticas de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Tais laboratórios, abrangem instalações equipadas com instrumental específico e ambientes de uso compartilhado entre diferentes cursos, como são os laboratórios de informática.

Como estratégia para apoiar o trabalho docente no atendimento adequado aos estudantes nas atividades práticas, os laboratórios são, majoritariamente, dimensionados e equipados para comportar módulos de 24 estudantes (aula teórica = 1 turma de 44 estudantes, aula prática = 2 turmas de 22 estudantes).

9.2.3 Biblioteca

As Bibliotecas da UTFPR servem de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, por meio da disponibilização de produtos e serviços de informação. O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é o órgão Coordenador das atividades das Bibliotecas da UTFPR para seu funcionamento sistêmico e tem por objetivo planejar e gerir de forma integrada as Bibliotecas, fortalecer e padronizar os produtos e serviços; otimizar recursos humanos, físicos e financeiros; atuar em rede para ampliar e uniformizar os serviços; integrar e atender as demandas visando inovação nos produtos e serviços. O SIBI é composto por quatorze bibliotecas, sendo uma biblioteca central em cada câmpus da Universidade e duas no Câmpus Curitiba: a Biblioteca da sede Centro e a setorial Ecoville.

Com a finalidade de proporcionar permanente expansão e desenvolvimento do acervo, as Bibliotecas da UTFPR contam com uma Política de Desenvolvimento de Coleções que ampara a tomada de decisão em relação à seleção e demais processos pertinentes ao acervo, buscando maior envolvimento da comunidade universitária por meio de uma Comissão Permanente de Aquisição de Acervo, designada em cada câmpus.

O processamento técnico do acervo está a cargo dos bibliotecários e o controle bibliográfico é totalmente automatizado, possibilitando consulta ao acervo, empréstimo domiciliar, renovação, reserva, empréstimo entre câmpus e disseminação seletiva da informação.

As bibliotecas da UTFPR dispõe de Acesso à internet, Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Acesso à Bases de dados e à coleção de E-books. Dispõem também do serviço de Comutação Bibliográfica - COMUT e Catalogação na fonte.

Com intuito de organizar e disseminar a Produção Acadêmica (Teses, Dissertações, TCCs), Artística, Científica (Artigos, Livros, Capítulos de Livros, Trabalhos Publicados em Eventos) e intelectual da UTFPR, contamos com o Portal de Informação em Acesso Aberto (PIAA), uma ferramenta que visa promover o acesso e ampliar a visibilidade da produção da UTFPR. Fazem parte do PIAA: RIUT, ROCA, PERI e EVIN.

O Repositório Institucional da UTFPR (RIUT) reúne, preserva e dissemina artigos publicados em periódicos ou anais de eventos avaliados por pares, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da Instituição.

O Repositório de Outras Coleções Abertas da UTFPR (ROCA) reúne, preserva e dissemina trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, recursos educacionais abertos, produção audiovisual e registros iconográficos, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da Instituição.

O Portal de Periódicos Científicos da UTFPR (PERI) disponibiliza todos os Periódicos Científicos vinculados a qualquer Câmpus da Universidade, gerenciados por um Conselho Editorial Próprio, apoiado pelo Comitê Gestor do PERI.

O Portal de Eventos Científicos da UTFPR (EVIN) gerencia e disponibiliza os Eventos Científicos Institucionais, gerenciados por um Conselho Próprio, apoiado pelo Comitê Gestor do EVIN.

9.2.3.1. Acervo por Área do Conhecimento Ofertados nos Câmpus

O acervo, em títulos e exemplares, das bibliotecas esta apresentado por câmpus nas tabelas 17 e 18, com indicadores de 2017.

Tabela 17 – Total do acervo bibliográfico disponível, em títulos, nos câmpus da UTFPR.

Material	Quantidade de TÍTULOS														Total
	AP	CM	CP	CT	DV	MD	FB	GP	LD	MD	PB	PG	SH	TD	
Livros	3.240	7.926	11.938	32.697	5.099	5.072	2.814	1.289	3.094	10.988	18.859	7.957	1.614	3.255	115.842
Normas	20	539	22	1.439	-	-	3	-	19	162	6	52	-	153	2.415

Periódicos	82	66	107	717	140	105	53	18	51	307	430	38	36	83	2.233
Diversos (1)	90	1.397	1618	5.576	1.368	2.519	290	7	424	2.176	2.693	1.956	6	82	20.202
Total	3.432	9.928	13.685	40.429	6.607	7.696	3.160	1.314	3.588	13.633	21.988	10.003	1656	3.573	140.692

1) DVD, CD-ROM, Anais, Apostila, Manuais, Monografias, Teses, TCC, Dissertação, Folhetos.

Fonte: Relatório DEPBIB 29/10/2017.

Tabela 18 - Total do acervo bibliográfico disponível, em exemplares, nos câmpus da UTFPR.

Material	Quantidade de EXEMPLARES														Total
	AP	CM	CP	CT	DV	MD	FB	GP	LD	MD	PB	PG	SH	TD	
Livros	11.037	19.391	26.243	76.558	14.208	15.100	10.735	5.385	13.484	26.357	45.653	22.199	6.628	12.900	305.978
Normas	20	628	25	1.636	-	-	18	-	41	189	7	52	-	161	2767
Periódicos	3.756	2.809	1.821	19.567	1.422	3.524	756	638	1.231	3.798	6.222	516	198	853	47.111
Diversos (1)	231	1.888	2.080	6.301	1.895	2.762	453	16	534	2.853	3.241	2.564	12	154	24.986
Total	15.044	24.716	30.169	104.062	17.525	21.386	11.962	6.039	15.290	33.197	55.123	25.331	6.838	14.068	380.750

1) DVD, CD-ROM, Anais, Apostila, Manuais, Monografias, Teses, TCC, Dissertação, Folhetos.

Fonte: Relatório DEPBIB 29/10/2017.

A tabela 19 apresenta a área total das bibliotecas dos câmpus da UTFPR disponível, com atualização em 31/12/2016.

Tabela 19 – A área total das bibliotecas da UTFPR.

Câmpus	Área total em Total m ²
Apucarana	344,44
Campo Mourão	475,75
Cornélio Procopio	590,73
Curitiba - Central	1.764,00
Curitiba - Ecoville	422,00
Dois Vizinhos	451,67
Francisco Beltrão	462,12
Guarapuava	582,15
Londrina	544,54
Medianeira	546,00
Pato Branco	1.290,43
Ponta Grossa	1.472,41
Santa Helena	121,00
Toledo	408,50

Fonte: Relatório de Gestão da UTFPR - 2016

9.3 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA E ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXISTENTES

O crescimento físico da Instituição vem demandando crescente esforço para o atendimento à conservação dos bens imóveis, segurança patrimonial e adequação dos espaços disponíveis.

Ainda, em função da implantação de novos cursos, a Diretoria de Projetos e Obras, subordinada à PROPLAD, desenvolve estudos, em articulação com as Diretorias-Gerais dos

câmpus, as necessárias atualizações dos Planos Diretores, em conformidade ao código de postura e legislações locais.

9.3.1 Conservação e Segurança

Cada câmpus da UTFPR possui um departamento responsável pela manutenção, limpeza e conservação, englobando serviços rotineiros de limpeza, vigilância, manutenção, recepção e motoristas. As ações de manutenção compreendem: pequenas adequações de ambientes, pinturas, estofarias, manutenção elétrica e hidráulica, serviços de serralheria, entre outras. Os recursos necessários a estas intervenções são disponibilizados no início de cada exercício.

A segurança patrimonial das instalações físicas é realizada por empresas especializadas, contratadas por meio de licitações.

Além desses serviços, os câmpus possuem ambientes com vigilância monitorada, terceirizada e própria, principalmente nas portarias, bem como seguro total de suas instalações físicas e de seus equipamentos, com cobertura contra incêndio, danos elétricos e acidentes.

Nos câmpus tem-se investido em sistemas de monitoramento interno, utilizando o Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com câmeras instaladas nos acessos externos, nas áreas de circulação interna, em alguns laboratórios e na biblioteca.

Outra ação visando uma maior segurança do patrimônio da Instituição é a adoção, nas bibliotecas dos câmpus, de etiquetas de segurança nos livros.

9.3.2 Limpeza, Conservação do Espaço Físico, do Mobiliário e Equipamentos

A limpeza e conservação dos câmpus são efetuadas por empresas terceirizadas, contratadas com o fornecimento de mão de obra e, em alguns casos, com o fornecimento de materiais e equipamentos. Acrescenta-se que os materiais de limpeza, em alguns câmpus, são produzidos pela própria Instituição, proporcionando redução de custos.

9.3.2.1. Modernização e Adequação de Ambientes e Equipamentos

A UTFPR busca permanentemente modernizar e adequar os laboratórios, bibliotecas, ambientes para estudos e outros espaços acadêmicos, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Para tal, inúmeras estratégias têm sido adotadas pela PROPLAD, em articulação com as Diretorias de Planejamento e Administração (DIRPLADs) dos câmpus, com destaques para: contenção e redução de despesas fixas, otimização de recursos físicos e financeiros e estabelecimento de parcerias com empresas e órgãos públicos para a doação de materiais e equipamentos, como ocorre regularmente com a Receita Federal.

9.3.2.2. Infraestrutura Disponível

Os câmpus da UTFPR apresentam em sua estrutura física os seguintes ambientes: salas de aula, laboratórios, ambientes para videoconferência, bibliotecas, instalações esportivas, restaurantes universitários, espaços de convivência, entre outros.

9.3.3 Serviços de Tecnologia da Informação (TICs)

A gestão da tecnologia da informação na UTFPR é realizada pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIRGTI). Esta diretoria é responsável por promover a eficácia dos processos operacionais, propor políticas e diretrizes na área de TI, e, prover recursos, soluções e serviços para as atividades da área de Tecnologia da Informação da UTFPR, para alinhar a atuação da TI com os objetivos estratégicos institucionais; ou seja, colocar a TI a serviço da estratégia do negócio institucional.

A DIRGTI é composta pelo Departamento de Sistemas de Informação (DESI) e pelo Departamento de Infraestrutura de TI (DEINFRA).

9.3.3.1. Sistemas de Informação

O DESI é responsável pelos sistemas, disponibilizados via *web*, que integram o conjunto de sistemas corporativos listados a seguir: Acadêmico (Gestão Acadêmica, Processo de Ingresso (Técnico e SISU), Gerenciamento de Horários e Ensalamentos, Matrículas, Diário Online, Registros Acadêmicos, Gerenciamento de Auxílio Estudantil, Integração ao Sistema de Biblioteca, ENADE); Sistema de Pós-Graduação, Portal do

Aluno/Egresso, Sistema de Orçamento e Gestão (SIORG), Sistema de Patrimônio, Sistema de Almojarifado, Gestão de Pessoas (Integrado ao SIAPE), Sistema de Acessos, Sistema de Estágio Interno, Identificação - Crachá e Carteira Funcional, Sistema de Avaliação, Protocolo, Agendamento de Veículos, Portaria, Indicadores de Gestão, Relatórios Analíticos de Gestão, Consulta aos Ramais, Atendimento ao Usuário, Sistema de Chamados, Gerenciamento de Eventos Científicos Internacionais.

9.3.3.2. Infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI)

O DEINFRA tem como responsabilidades: (i) administração da infraestrutura de redes de telecomunicações da UTFPR, do *backbone* da Instituição; (ii) conexão ao Ponto de Presença da Internet na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e demais serviços disponibilizados a comunidades da UTFPR (Rede Institucional, Rede Sem Fio, Email Institucional, Listas de E-mail/Broadcast, Portal Institucional, Suporte para sustentação aos sistemas institucionais, suporte ao Moodle institucional, Páginas Pessoais, Cloud - Serviço de compartilhamento de arquivo em nuvem, Armazenamento de arquivos, Videoconferência, Transmissões Web, Salas Virtuais (MConf), Repositórios Institucionais, Acesso aos serviços da Comunidade Acadêmica Federada CAFe – IdP), Backup de dados Institucionais, Antivírus Institucional, Anti-spam (iii) estabelecer padrões de segurança de informação dos recursos disponíveis na rede de computadores da UTFPR.

A tabela 20 apresenta a distribuição dos links de comunicação na Instituição.

Tabela 20 – Distribuição dos links de comunicação de dados entre os câmpus da UTFPR.

Câmpus	Links fornecidos pela UTFPR em Mbps	Links fornecidos pela RNP em Mbps	Total
Apucarana	-	60	60
Campo Mourão	-	60	60
Cornélio Procopio	100	60	160
Dois Vizinhos	-	60	60
Francisco Beltrão	-	60	60
Guarapuava	-	60	60
Londrina	-	60	60
Medianeira	100	60	160
Pato Branco	100	100 + 20 Estação experimental	220

Tabela 20 – Distribuição dos links de comunicação de dados entre os câmpus da UTFPR.

Câmpus	Links fornecidos pela UTFPR em Mbps	Links fornecidos pela RNP em Mbps	Total
Ponta Grossa	100	60	160
Santa Helena	-	20	20
Toledo	-	60	60
Curitiba - Ecoville	100	1 Gb	1.1 Gb
Curitiba - Neoville	20	-	20
Curitiba - Centro	-	1Gb	1Gb
Reitoria	-	2 Gb	2Gb

9.4 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Uma das estratégias para incrementar quantitativa e qualitativamente as atividades de pesquisa na UTFPR é a criação, suporte e ampliação de laboratórios multiusuários por meio de recursos próprios e recursos solicitados em chamadas públicas tais como: MCTI/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA, PRÓ-EQUIPAMENTOS da CAPES e PRÓ-EQUIPAMENTOS da Fundação Araucária.

Neste escopo, no ano de 2016, a PROPPG lançou chamada para seleção interna de propostas de caráter multiusuário como forma de concatenar e elaborar a proposta a ser encaminhada pela UTFPR para a Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT 02/2016 – Centros Nacionais Multiusuários. Já no ano de 2017, foi lançado Edital 10/2017 PROPPG, que institui, na UTFPR, o Programa de Apoio à Manutenção de Equipamentos Multiusuários. Por ocasião do mesmo, a comunidade de pesquisa e pós-graduação da UTFPR forneceu subsídios à PROPPG para encaminhar a proposta de elaboração de uma política e, também, de uma regulamentação de Centros Integrados de Pesquisa que, dentre as suas dimensões, contemplem os Laboratórios Multiusuários.

Ressalta-se que estes laboratórios, pelas suas próprias características, visam atender prioritariamente as atividades de ensino de pós-graduação *stricto sensu*, de ensino de graduação por meio dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e atividades de pesquisa em geral, incluindo também as interações entre a Universidade e o desenvolvimento tecnológico de interesse de parceiros da iniciativa privada, conforme disposto no item 1.1.

Exemplos em funcionamento atualmente na UTFPR, em conjunto com esforços das respectivas áreas de pesquisa são em Engenharia de Automação e Controle (CPGEI), Fotônica (CPGEI), Engenharia de Materiais (PPGEM), Engenharia de Fabricação e Manufatura (PPGEM), cujos recursos financeiros obtidos têm sido investidos no Laboratório Multiusuário de Caracterização Avançada de Materiais em Curitiba. O Laboratório Multiusuário de Análises Químicas – LAMAQ, é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Química do Câmpus Curitiba, que tem parceria com grupo de pesquisa em Química da Universidade Federal do Paraná. Outro exemplo é a Central Analítica Multiusuário destinado à área de Química Analítica e compartilhado pelos programas PPGTP, PPGAG e PPGDR do câmpus Pato Branco.

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A UTFPR, em todos os seus câmpus, desenvolve ações relativas à inclusão de pessoas com deficiência. Cada câmpus possui um Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), e complementando o que foi escrito anteriormente tem com objetivos complementares implementar ações de inclusão de pessoas com deficiência, focadas nos aspectos técnicos, didático-pedagógicos, adequações, quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais e educacionais, bem como as especificidades e peculiaridades de cada deficiência e superdotação.

Desde o ano de 2006, a UTFPR participa dos editais do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) do MEC, que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às IFEs. O Programa Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

A preocupação com os PNEs estendem-se às novas construções com previsão nos projetos de condições de acessibilidade. A UTFPR tem trabalhado continuamente para eliminar as barreiras arquitetônicas em todos os câmpus, bem como adequar os banheiros, reservar vagas especiais nos estacionamentos e dotar a infraestrutura interna de medidas que promovam a acessibilidade.

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A descentralização do Orçamento Global da UTFPR é implementada por meio de matriz anual, baseada no número de matrículas do ano anterior, ponderado por peso do curso, conforme apresentado no quadro 15.

Quadro 15 - Pesos para definição da matriz de descentralização orçamentária.

Nível e modalidade de curso	Peso
Cursos Técnicos de Nível Médio	1,0
Superior de Tecnologia	2,5
Bacharelado e Licenciatura	2,5
Mestrado	2,5
Doutorado	2,5

Os percentuais de rateio do orçamento para o exercício 2017 para os câmpus da UTFPR, aplicada a matriz anual, estão apresentados na Tabela 21.

Tabela 21 – Percentuais aplicados na descentralização orçamentária em 2017.

Câmpus	Rateio (%)
Apucarana	3,31
Campo Mourão	6,24
Cornélio Procopio	8,70
Curitiba	32,10
Dois Vizinhos	5,39
Francisco Beltrão	2,40
Guarapuava	2,70
Londrina	5,99
Medianeira	6,95
Pato Branco	11,79
Ponta Grossa	9,85
Santa Helena ¹	-
Toledo	4,58
Total	100

¹ O orçamento do Câmpus Santa Helena, para a sua implantação, é garantido pelo MEC.

A Tabela 22 apresenta os recursos de custeio para as despesas da Reitoria, Despesas Institucionais, Fundo de Reserva e apoio às atividades das UNEPEs do Câmpus Dois Vizinhos e Área Experimental do Câmpus Pato Branco, conforme percentuais estabelecidos pelo COPLAD.

Tabela 22 – Recursos para a manutenção da Reitoria, Custeio Institucional, Fundo de Reserva e UNEPEs do Câmpus DV, Área Experimental do Câmpus PB e rateio aos Câmpus.

Despesas	%
a) Reitoria	7,20%
b) Custeio Institucional	8,00%
c) Fundo de Reserva	2,00%
d) UNEPEs (DV)	1,00%
e) Área Experimental (PB)	0,27%

O recurso do Fundo de reserva é executado no atendimento das despesas institucionais da UTFPR, tais como: malote entre os câmpus, seguro da frota de veículos, estagiários e patrimonial, telefonia móvel, desembaraço aduaneiro, serviço de comunicação de dados, sistema PERGAMUN de biblioteca, banco de dados ORACLE, diárias e passagens para as convocações de reuniões da Reitoria, impressão de material Institucional, dentre outras. O recurso do Fundo de reserva é utilizado para despesas emergenciais.

11.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Demonstrativo das Receitas

As receitas da UTFPR são provenientes dos Recursos do Tesouro e de recursos próprios. A tabela 23 apresenta os quantitativos das receitas orçamentárias disponibilizadas à UTFPR no exercício de 2013 e a estimativa para os exercícios de 2017.

Tabela 23 – Demonstrativo da previsão de receitas para os anos de 2013 a 2017

Receitas (R\$)			
Exercício	Fonte: Recursos do Tesouro	Fonte: Recursos próprios	Total
2013	499.808.612,00	10.100.000,00	509.908.612,00
2014	574.779.903,80	11.615.000,00	586.394.903,80
2015	660.996.889,37	13.357.250,00	674.354.139,37
2016	760.146.422,78	15.360.837,50	775.507.260,28
2017	879.438.663,00	7.936.231,00	887.374.894,00

A Tabela 24 apresenta a estimativa do orçamento global da UTFPR, com a discriminação dos grupos de despesas para os exercícios de 2013 a 2017.

Tabela 24 – Demonstrativo da realização anual das despesas dos exercícios de 2013 a 2016, e a previsão da realização das despesas de 2017.

Orçamento Global (R\$)					
Fonte: Recursos do Tesouro e Recursos próprios					
Despesas	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal	345.800.000,00	413.870.000,00	492.746.000,00	584.074.385,00	704.810.666,00
Benefícios	18.608.612,00	21.399.903,80	24.609.889,37	28.301.372,78	37.941.780,00
Custeio	90.500.000,00	95.025.000,00	99.776.250,00	104.765.062,50	113.390.285,00
Capital	55.000.000,00	56.100.000,00	57.222.000,00	58.366.440,00	31.232.163,00
Total (R\$)	509.908.612,00	586.394.903,80	674.354.139,37	775.507.260,28	887.374.894,00

12 METODOLOGIA DE TRABALHO DA COMISSÃO

Os trabalhos para a elaboração do PDI da UTFPR, para o período 2018-2022, foram iniciados no dia 16 de março de 2017, com a Portaria nº. 477, que instituiu a comissão central responsável pela organização das propostas para o novo Plano de Desenvolvimento Institucional. A comissão foi composta por presidente, vice-presidente, pró-reitores, diretores de gestão, perfazendo um total de 21 membros. Em seguida, por meio da Portaria nº 971 de 19 de maio de 2017 (e suas alterações), foi designada a subcomissão do PDI, composta por diretores-gerais e diretores de áreas dos 13 câmpus, totalizando 117 pessoas.

A comissão central reuniu-se entre os meses de março a maio para desenvolver a metodologia de trabalho, organizar os instrumentos de divulgação e de coleta de dados, além da estruturação da página da comissão para contato com a comunidade. Todas as ações tiveram como objetivo sistematizar a elaboração do PDI 2018-2022, de forma coletiva. Para viabilizar a participação da comunidade, foram organizadas como ferramentas para a coleta de sugestões os seguintes instrumentos: audiências públicas em todos os câmpus, reuniões de áreas, formulário eletrônico para envio de sugestões, disponibilização do e-mail da comissão e protocolo de documentos. A Figura 4 registra as três fases de estruturação do PDI, a saber: organização, elaboração e finalização.

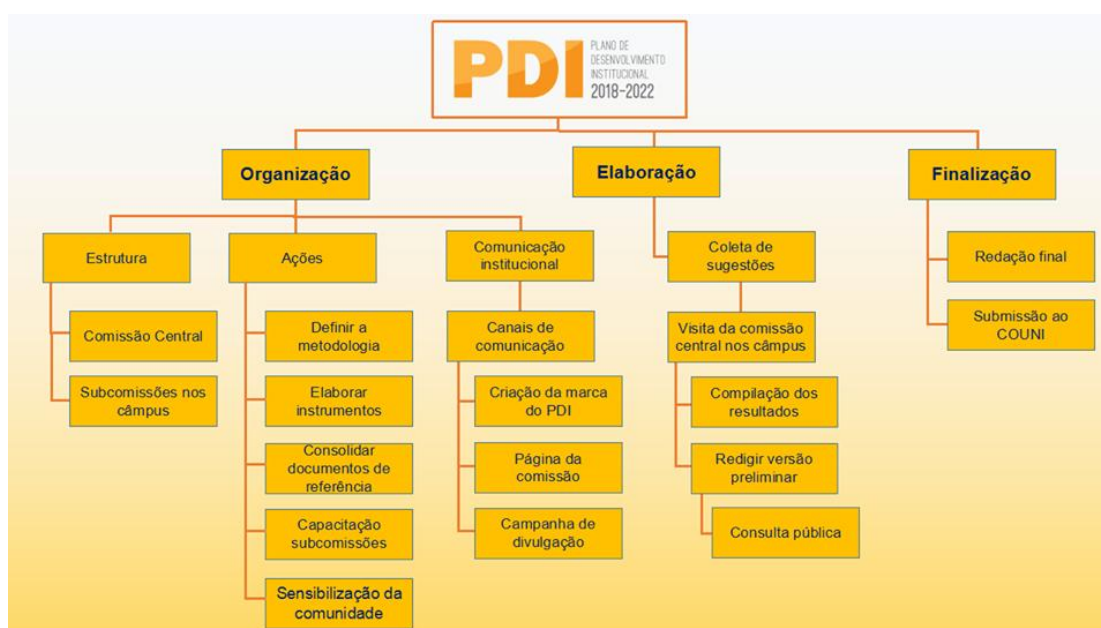


Figura 4 - Etapas elaboração do PDI

O fluxo das atividades de elaboração do PDI da UTFPR estão registrados na Figura 5.

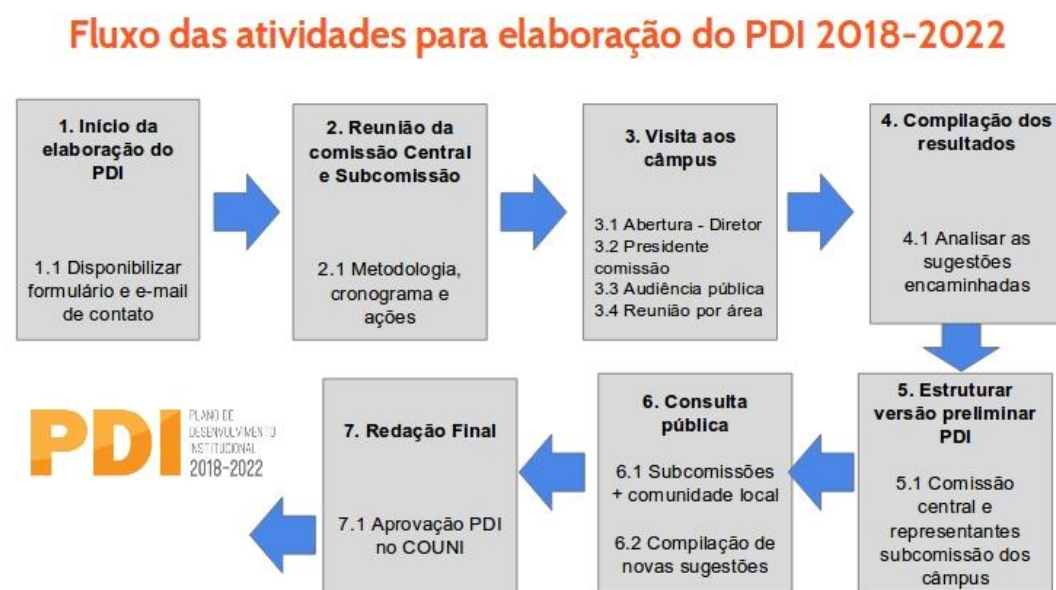


Figura 5 - Fluxo das atividades do PDI 2018-2022

Foram realizadas dezesseis audiências públicas, sendo uma em cada câmpus fora da Sede e quatro no Câmpus Curitiba, sendo duas na sede Centro, uma no Câmpus Ecoville e outra no Câmpus Neoville. As audiências públicas contou com a participação 1.817 pessoas da comunidade universitária (estudantes, docentes e técnico-administrativos). As audiências, que tiveram em média 3 horas de duração, iniciou os trabalhos com as boas vindas do presidente da submissão local. Em seguida, foi proferida palestra de, aproximadamente, 40 minutos, com apresentação das bases legais e os desdobramentos do processo. Na sequência, foi aberta a palavra para que, por meio de inscrição, os presentes pudessem dar suas contribuições com o processo. Foi concedida a fala para a maior quantidade de pessoas, coletando subsídios e informações para o planejamento da UTFPR, bem como oportunizar à comunidade a oportunidade de encaminhar seus pleitos, opiniões e sugestões, relacionadas ao desenvolvimento institucional. As audiências foram realizadas no período da manhã, conforme o cronograma apresentado no Quadro 16.

Quadro 16 - Cronograma das Audiências Públicas nos câmpus.

Data	Câmpus
23/05/2017	Dois Vizinhos
24/05/2017	Francisco Beltrão
25/05/2017	Pato Branco
29/05/2017	Ponta Grossa
30/05/2017	Guarapuava
05/06/2017	Cornélio Procopio

06/06/2017	Londrina
07/06/2017	Apucarana
08/06/2017	Curitiba - Centro*
13/06/2017	Curitiba - Ecoville**
13/06/2017	Curitiba - Neoville**
28/06/2017	Santa Helena
29/06/2017	Toledo
30/06/2017	Medianeira
04/07/2017	Campo Mourão
* Por solicitação da subcomissão do Câmpus Curitiba, foram realizadas apenas audiências públicas. Na sede Centro, as audiências ocorreram no período da manhã e tarde.	
** Na sede Ecoville a audiência foi realizada no período da manhã e, na Neoville, à tarde.	

No período da tarde, foram realizadas reuniões divididas por áreas (Pró-Reitorias de Graduação e Educação Profissional, Pesquisa e Pós-Graduação, Relações Empresariais e Comunitárias, Planejamento e Administração e com as Diretorias de Gestão da Avaliação, Comunicação, Pessoas, Tecnologia da Informação e Relações Interinstitucionais) que tiveram como principal objetivo levantar informações sobre a expectativa da comunidade para os próximos anos, em assuntos pontuais. Foram realizadas cento e dezoito reuniões de áreas.

Tanto nas audiências públicas, como nas reuniões de áreas foram registradas todas as sugestões encaminhadas pela comunidade.

Em paralelo, estavam disponíveis instrumentos especializados para o envio de contribuições adicionais, por meio eletrônico (formulário e/ou e-mail) ou por documentos protocolados junto à comissão central.

Após o encerramento da etapa de coleta de dados, a comissão efetuou a compilação de todas as sugestões.

As sugestões compiladas foram analisadas e consolidadas em uma reunião ampliada de, aproximadamente, 140 pessoas, constituído por diretorias de área, assessorias e coordenadorias de todos os câmpus, além dos membros da comissão central e subcomissão dos câmpus. Os trabalhos foram distribuídos por áreas e cada grupo elaborou um documento com os macro-objetivos estipulados para o PDI 2018-2022. A junção dos documentos organizados nas áreas subsidiou a elaboração da versão inicial do PDI, disponibilizada para a comunidade por meio desta consulta pública, abrindo um novo período para sugestões.

Finalizado o período de consulta deste documento, a comissão central se reunirá para dar forma à versão final do documento, que será encaminhada para apreciação do COUNI.

ANEXO 1 - Portaria de Nomeação da Comissão de Trabalho

Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Portaria nº 0477, de 16 de março de 2017

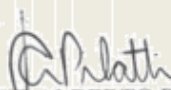
O REITOR DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ,
considerando o Decreto datado de 08 de setembro de 2016, publicado no D.O.U. de 09 subsequente;

considerando a Mensagem Eletrônica/GABIR, datada de 15.03.2017,

R E S O L V E

designar VANESSA ISHIKAWA RASOTO, Matrícula SIAPE nº 1293708, Vice-Reitora, JOAO PAULO AIRES, Matrícula SIAPE nº 2321017, Assessor de Planejamento e Finanças, ANDREA REGINA PRESTES ROCHA, Matrícula SIAPE nº 393692, Assistente em Administração, LUIS MAURICIO MARTINS DE RESENDE, Matrícula SIAPE nº 1037990, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, como Titular, GILBERTO SOUTO, Matrícula SIAPE nº 1467756, Professor do Magistério Superior, como Suplente, DOUGLAS PAULO BERTRAND RENAUX, Matrícula SIAPE nº 6392943, Professor do Magistério Superior, como Titular, e, CARLOS RAIMUNDO ERIG LIMA, Matrícula SIAPE nº 1037275, Professor do Magistério Superior, como Suplente, SANDRONEY FOCHESSATO, Matrícula SIAPE nº 2060050, Técnico em Assuntos Educacionais, como Titular, LEILA MILANI, Matrícula SIAPE nº 393655, Assistente em Administração, como Suplente, VALDIR FERNANDES, Matrícula SIAPE nº 2199767, Professor do Magistério Superior, como Titular, NESTOR CORTEZ SAAVEDRA FILHO, Matrícula SIAPE nº 1322814, Professor do Magistério Superior, como Suplente, HILDA ALBERTON DE CARVALHO, Matrícula SIAPE nº 1046902, Professor do Magistério Superior, como Titular, ADRIANA MARIA WAN STADNIK, Matrícula SIAPE nº 1078230, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, como Suplente, ROSANE BEATRIZ ZANETTI PUTZ, Matrícula SIAPE nº 1560472, Assistente em Administração, como Titular, EDUARDO RENAN MANIKA, Matrícula SIAPE nº 1755139, Analista de Tecnologia da Informação, como Suplente, MARIANGELA DE OLIVEIRA GOMES SETTI, Matrícula SIAPE nº 2273496, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, como Titular, PAULO JUAREZ RUEDA STROGENSKI, Matrícula SIAPE nº 393648, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, como Suplente, e SILVANA WEINHARDT DE OLIVEIRA MADALOSSO VIEIRA, Matrícula SIAPE nº 393777, Assistente em Administração, como Titular, THASIANA MARIA KUKOLJ DA LUZ, Matrícula SIAPE nº 2667609, Administrador, como Suplente, para, sob a presidência da primeira, vice-presidência do segundo, e secretaria da terceira, comporem Comissão, para no prazo de 180 dias, elaborarem o Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (PDI) para o período de 2017 a 2022.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Gabinete da Reitoria


LUIZ ALBERTO PILATTI
Reitor



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Portaria nº 0766, de 18 de abril de 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, considerando o Decreto datado de 08 de setembro de 2016, publicado no D.O.U. de 09 subsequente;

considerando a Mensagem Eletrônica, datada de 18.04.2017,

RESOLVE

incluir MAURICIO ALVES MENDES, matrícula SIAPE nº 392949, como titular, e CARLOS CZIULIK, matrícula SIAPE nº 392721, como seu suplente, ambos ocupantes do cargo efetivo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na Portaria nº 477, de 16.03.2017, que designa a Comissão responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (PDI) para o período de 2017 a 2022.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Gabinete da Reitoria


LUIZ ALBERTO PILATTI
Reitor